

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO 6 ECO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

**ENTRE DISCURSOS: MÍDIA E SUBJETIVIDADE NOS
ESPAÇOS POPULARES**

Carla Baiense Felix

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2008

CARLA BAIENSE FELIX

ENTRE DISCURSOS: MÍDIA E SUBJETIVIDADE NOS
ESPAÇOS POPULARES

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Comunicação
e Cultura da Escola de Comunicação da
Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte
dos requisitos necessários à obtenção do título de
Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Vaz

Rio de Janeiro
2008

F. 316 Felix, Carla Baiense.
Entre Discursos: Mídia e Subjetividade nos Espaços
Populares./Carla Baiense Felix ó 2008.
153 f.: 30 cm

Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) ó
Universidade Federal do Rio de Janeiro ó UFRJ, Escola de
Comunicação ó ECO, 2008.

Orientador: Paulo Vaz
Bibliografia: f. 135-140
Anexos: 141-153

1. Favelas ó Rio de Janeiro (RJ) - Brasil.
2. Rio de Janeiro (RJ) ó Condições sociais
3. Mídia - jornal. I.- Título.

CDD 302.2308

CARLA BAIENSE FELIX

ENTRE DISCURSOS: MÍDIA E SUBJETIVIDADE NOS ESPAÇOS POPULARES

Grau: _____

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr Paulo Vaz

Professora Dr. Marialva Barbosa

Professor Dr. Mohammed ElHajji

Rio de Janeiro
2008

Ao meu marido, minhas filhas, meus pais, minhas
irmãs ó minha pequena comunidade.
Aos meus queridos amigos da Maré ó minha grande
família.

AGRADECIMENTOS

Aos meus amores, Valentim, Dani, Fê, pela paciência, compreensão e carinho.

À minha mãe, solidária em todas as horas.

Ao meu orientador, Paulo Vaz, pela confiança e apoio incondicionais.

Ao João Paulo e demais companheiros do LECC, pelas preciosas dúvidas e incertezas que ajudaram a sacudir o pó das idéias.

Aos amigos do *Cidadão*, pelas histórias, experiências e, sobretudo, pela convivência que ensinou muito mais do que se pode aprender nos livros.

A todos os companheiros do Ceasm ó e foram muitos - que, de alguma forma, colaboraram para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao professor Vicente, pela mão amiga na montagem do banco de dados da pesquisa sobre a favela, e a todos os colegas do Colégio Cruzeiro, que acompanharam de perto e torceram por mim nesta jornada.

RESUMO

FELIX, Carla Baiense. *Entre discursos: Mídia e subjetividade nos espaços populares*. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) ó Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Neste trabalho refletimos sobre a representação da favela na grande mídia e sobre o esforço dos movimentos comunitários em produzir uma representação alternativa dos espaços populares. Nosso objeto de estudo é o bairro Maré, que reúne 16 favelas localizadas ao longo da Avenida Brasil, subúrbio do Rio de Janeiro. É neste espaço, marcado pela sociabilidade violenta e estigmatizado pela mídia, que se desenvolve um dos mais bem sucedidos projetos de comunicação comunitária, o jornal *O Cidadão*, feito pelos moradores e distribuído em todas as 16 localidades. Suas estratégias e efeitos sobre a subjetividade local são discutidos a partir do referencial teórico, da pesquisa empírica nos jornais e das entrevistas com produtores e leitores da publicação. Os depoimentos revelam que, apesar de ainda resistirem a uma subjetividade ligada à favela, seus moradores contestam os discursos da grande mídia que, através da espetacularização dos fatos, da supervalorização dos problemas e da militarização do discurso, legitimam a violência contra as comunidades. A sensibilidade dos moradores reitera as conclusões obtidas na pesquisa sobre a imagem da favela no noticiário televisivo: a presença constante da polícia (em 52% dos casos) nas reportagens cria o lugar de risco na sociedade contemporânea e criminaliza a pobreza. Neste sentido, defendemos que a produção de discursos alternativos sobre a favela não apenas abre a possibilidade de uma outra representação, mas inaugura um novo horizonte de expectativa para seus moradores.

ABSTRACT

FELIX, Carla Baiense. *Entre discursos: Mídia e subjetividade nos espaços populares*. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) ó Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

In this work, we reflect on the representation of the slums in the mass media and on the efforts of community movements to produce an alternative representation of popular spaces. Our object of study is the neighborhood of Maré, which brings together 16 slums located along Avenida Brasil, suburb of Rio de Janeiro. It is in this area, marked by a violent sociability stigmatized by the media, that the newspaper O Cidadão (The Citizen), one of the most successful projects of Community communication, made by residents and distributed to all 16 locations, is being developed. Their strategies and effects on local subjectivity are discussed from the theoretical reference, the empirical research in newspapers and interviews with producers and readers of the publication. The evidence shows that, although there is some resistance to a subjectivity linked to the slum, their residents refute the speeches of the major media, that through the spectacularization of facts, the overestimating of the problems and militarization of the speech, legitimize violence against the communities. The sensitivity of the residents reiterates the findings in the research about the image of the slum on the television news: the constant presence of the police (in 52% of cases) in the reports creates the post of risk in contemporary society and criminalizes poverty. Therefore, we support that the production of alternative discourses on the slum not only opens up the possibility of another representation, but opens a new horizon of expectation for its people.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1- Comunidade, favela, bairro: a articulação da diferença na construção de um projeto político	10
1.1 - A emergência da comunidade.....	10
1.2 - Comunidades da Maré	14
1.3 - O nascimento da favela	20
1.4 - Novos nomes para velhas lutas	23
1.5 - Resgatar o passado, ressignificar o presente	27
1.6 - Uma aposta no futuro: o bairro Maré	33
Capítulo 2 - A pobreza criminalizada	36
2.1 - De onde vem a insegurança pós-moderna?	36
2.2 - Favela midiaticizada	45
2.2.1 - Caso de polícia	48
2.2.2 - Lexicalização e significação	50
2.2.3 - O favelado e as vozes do discurso	53
2.2.4 - Cenas de pânico	58
Capítulo 3 - O Cidadão: o jornal do Bairro Maré	63
3.1 - Comunitário, alternativo, contra-hegemônico	63
3.2 - Minha casa, minha voz	69
3.3 - O jornal do Bairro Maré	74
3.4 - Mareense!? Existe Isso?!	89
3.5 - Domínio Local	94
3.6 - Independência ou morte?	105
Capítulo 4 ó Entre o local e o global: a luta no discurso	115
4.1 - O jogo da significação	115
4.2 - Espetacular: quanto pior, melhor	120
4.3 - Cenas reais na favela da ficção.....	125
Considerações finais	130
Referências bibliográficas	135
Anexos	141

Introdução

VIOLÊNCIA

Um dia após conflito na Maré, Linha Amarela volta a ser fechada

Publicada em **13/01/2008** às 12h28m

CBN/Globo Online/Globo

RIO - A Linha Vermelha, na pista sentido Centro, voltou a ser fechada neste domingo por conta de confrontos entre policiais e traficantes do Complexo da Maré. A polícia bloqueou a via por cerca de 30 minutos no fim da manhã deste domingo porque alguns bandidos tentaram fechar a pista aos tiros para atravessá-la.

O clima no entorno da favela é de tensão. Policiais do Bope voltaram a ocupar a favela, em pontos como Nova Holanda, Parque União, Timbau e Baixa do Sapateiro.

No sábado, um tiroteio no mesmo complexo deixou pelo menos duas pessoas mortas e oito feridas, informou Aldari Vianna, delegado titular da 21ª DP (Bonsucesso), responsável pelo registro dos casos. Segundo a Polícia Militar, Jefferson Leonardo Silva de Oliveira, de 22 anos, primeira das vítimas confirmadas, tinha envolvimento com o tráfico e foi morto durante o confronto. O gerente do tráfico de drogas da Nova Holanda também teria sido baleado. (veja também: Tráfico é responsável por 70% dos homicídios do Rio)

De acordo com a PM, por volta das 8h traficantes da Favela Nova Holanda deram início à invasão, com auxílio de grupos de outras favelas da mesma facção criminosa. Os bandidos teriam usado 18 carros de luxo roubados para entrar nas comunidades da Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau e Conjunto dos Tijolinhos, todas no Complexo da Maré.

A troca de tiros, intensa durante toda a tarde, deu uma trégua no início da noite. Policiais do 22º BPM (Benfica) ocuparam o local com o auxílio de dois blindados e de um helicóptero e estão nos principais acessos à Maré.

Segundo informações da polícia, Jefferson chegou a ser levado para o Hospital Geral de Bonsucesso, mas não resistiu aos ferimentos. O jovem foi atingido por dois tiros na barriga, dois na mão esquerda, três nas pernas e um na cabeça. Comerciantes da região foram obrigados a fechar as portas.

Perdoem-me a ousadia, mas não havia melhor maneira de apresentar esta dissertação. Às vésperas da conclusão deste trabalho, em que se analisa a narrativa jornalística a respeito da favela e o esforço comunitário para propor uma nova representação dos espaços populares, as notícias a respeito da Maré reiteraram duas certezas: a de que a favela hoje pode representar uma série de lutas por justiça social e a de que a mídia tornou-se a principal instância a partir da qual se dá este embate político.

Para um espectador comum, o tom dramático das reportagens sobre a guerra do tráfico na Maré reitera o sentimento comum: a impotência ante uma violência intrínseca que pode explodir a qualquer momento e pegar desprevenido mesmo o cidadão mais pacato a caminho da praia numa manhã de sábado.

Escrito no melhor estilo jornalístico, o texto toca em três das principais questões sobre as quais nos debruçamos ao longo deste trabalho: a construção da favela na mídia como território de risco, o privilégio de vítima concedido aos moradores da cidade, e a militarização do discurso sobre os espaços populares, que traduzindo o combate ao tráfico em termos de uma guerrilha urbana justifica a militarização da ação do Estado sobre o território inimigo.

A presença maciça da favela nas reportagens de crime e o uso sistemático de estatística não apenas atestam, mas efetivamente criam o lugar de vítima e bandido e produzem efeitos profundos sobre a subjetividade social. Corroboram a sistemática violência imposta aos moradores de comunidades, que se manifesta no plano prático, através das constantes intervenções armadas do Estado, e no plano simbólico, na divisão de uma sociedade em termos de asfalto e favela.

Em meio a tantos medos e fontes de insegurança, a favela passou a representar, sem dúvida, o mais temido dos territórios da cidade, a ameaça número um à segurança pública. Na cobertura jornalística, violência e favela tornaram-se sinônimos. Tamanha é a presença do assunto no noticiário que no Globo Online, de onde nos vem o exemplo apresentado, já existe uma rubrica específica para o tema: Violência. Pode-se argumentar que sob a editoria outros temas recebem destaque. Pois o que vamos defender aqui é o contrário.

Antes de seguir a argumentação, esclareço: não duvido dos riscos que as facções criminosas abrigadas em favelas representam para a população do Rio de Janeiro. Como a própria reportagem apresentada esclarece 70% dos homicídios do Estado são causados pelo tráfico. Questiono, sim, uma representação midiática que, reduzindo a vida na

favela à dimensão da violência e o morador à condição de bandido, confina a discussão sobre os graves problemas sociais brasileiros ao debate sobre segurança pública.

Como a reportagem selecionada nos mostra, trata-se de uma retórica construída a partir do ponto de vista do asfalto, daqueles que, obrigados a cruzar ruas e avenidas próximas a favelas, sentem-se ameaçados. Nesta retórica, constrói-se uma comunidade de vítimas virtuais, com a qual o leitor é capaz de identificar-se, mas que exclui um enorme contingente de cidadãos encurralados ante a violência do tráfico e a truculência policial.

Em todas as matérias sobre o episódio ó e não foram poucas ó não há relatos sobre os momentos difíceis vividos pelos moradores que não tiveram como chegar às suas casas no alto do morro ou não puderam sair delas, acuados diante do tiroteio à luz do dia que atingiu residências e prédios públicos da comunidade. A invisibilidade dessa população na mídia só é quebrada por seu oposto, a visibilidade violenta obtida pelos ôdonosô do tráfico nas regiões favelizadas.

Essa é uma retórica que se repete diariamente nos noticiários de rádios, TVs e jornais dos mais variados matizes. Essa reportagem, em especial, foi escolhida para esta apresentação por um outro motivo. O texto retrata, em tom espetacular, os episódios de uma trama vivida por policias e bandidos no Bairro Maré, na matéria, descrito como Complexo da Maré ou, simplesmente, como favela da Maré, nosso objeto de estudo.

Para qualquer carioca, a Maré, bairro composto por 16 favelas localizadas ao longo da Avenida Brasil, dispensa apresentações. Com uma das piores colocações no ranking do IDH brasileiro e marcada pelos conflitos entre três facções rivais, ocupa um lugar sombrio no imaginário contemporâneo.¹ É a partir deste espaço marcado pela violência que se vem desenvolvendo uma das mais bem-sucedidas experiências de comunicação comunitária, o jornal *O Cidadão*.

Este trabalho reflete, portanto, não apenas sobre a representação hegemônica da favela na grande mídia, mas sobre a efetividade de uma representação alternativa, construída pelos movimentos populares locais. Partindo de um passado desvinculado do crime e da violência, esses grupos de moradores e ex-moradores tentam ressignificar a presença da favela na cidade e empreender uma ação política no presente. Um

¹ O ômelhorô exemplo desta imagem talvez seja o episódio dos torcedores santistas que, perdidos na volta a São Paulo, foram executados na favela. Certamente muitos cariocas lembram-se desta e de tantas outras reportagens do lugar a partir das quais se fixou a imagem de violência que atemoriza os motoristas obrigados a atravessar as linhas Vermelha e Amarela, vizinhas à comunidade.

movimento no qual me engajei há quatro anos.

Minha presença nestes movimentos, no entanto, não é gratuita. Foi a maneira encontrada para pagar a dívida original à comunidade em que nasci, me recolocar no lugar que a globalização reservou às minorias silenciosas do planeta e participar do esforço coletivo de conquistar o direito à voz.

Como se pode ver, este trabalho está repleto de terceiras intenções. Nele estão refletidas as muitas questões que se colocam não apenas diante do pesquisador social, mas também do ativista que se propõe a pensar o alcance e os limites da sua ação.

No meu caso, o ativista precedeu o pesquisador. Ingressei nos movimentos locais pelas páginas do *Cidadão*, para o qual emprestei a experiência adquirida em 17 anos de jornalismo. Já nas primeiras leituras, a presença recorrente de um vocativo me intrigou. Nas matérias, os repórteres se referiam aos moradores como mareenses. A interpelação, absolutamente compreensível num jornal de bairros comum, me parecia incompreensível naquele espaço. Definitivamente não se tratava de um bairro comum.

Diante de uma discursividade hegemônica, reiterada pela dura realidade da violência, como não problematizar a eficácia de um discurso que insistia em afirmar o que todo morador sempre fez questão de esconder: seu pertencimento a um território associado à carência e, nos últimos vinte anos, ao crime?

Eu mesma, durante os 23 anos que morei na Maré, escondi o quanto pude mesmo dos amigos de faculdade mais chegados o que me parecia um atestado de incompetência, o sinal de uma diferença irreconciliável o qual, uma vez revelado, só poderia despertar dois sentimentos: piedade ou desprezo.

Uma diferença que, além de tudo, punha em risco, de modo objetivo, o acesso a determinados lugares. Lembro-me de quando, no último período de faculdade, depois de passar numa prova de estágio concorridíssima para o Jornal *O Globo*, convenci um desconfiado Luiz Garcia de que meu sonho era estagiar na editoria de Economia. A possibilidade de cobrir a *ÕGeralô* e me deparar, um dia, com uma reportagem sobre crimes na Maré, me causava verdadeiro pânico. Preferi me refugiar na Economia mesmo sabendo que a opção me restringia as chances de continuar no jornal depois de formada.

Foi a partir desta questão, nascida da prática, que me propus a estudar a importância do discurso sobre a favela na contemporaneidade. No interior dos movimentos sociais, cuja expressão mais bem consolidada, na região estudada, é o

Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm), se engendram novos discursos sobre a condição de favelado. Deslocando o estigma que pesa sobre estas populações, denunciam os problemas causadores da diferença e valorizam outras dimensões da vida nos espaços populares. O nascimento do jornal *O Cidadão*, do qual sou voluntária, está vinculado a esta intencionalidade de dar voz à minoria e possibilitar uma nova representação.

Este trabalho, em última análise, visa a discutir a contribuição dos movimentos sociais que, partindo de uma discursividade alternativa, pretendem apontar caminhos inovadores para um problema que não é meramente discursivo, mas que está intrinsecamente ligado à narrativa única da globalização.

Para empreender tal estudo, trabalhamos a partir de duas perspectivas: a representação hegemônica e a representação contra-hegemônica da favela. Por fim, pretendemos levantar algumas pistas para investigar os efeitos destes discursos sobre a subjetividade dos moradores e, em última instância, sobre a possibilidade de se pensar em novos futuros para a favela.

No primeiro capítulo, procuramos problematizar um conceito muito caro à nossa investigação: como se dá a emergência do *ôcomunitárioô* na sociedade contemporânea. Analisamos a comunidade a partir de três lugares de investigação, como repositório da diferença multiculturalista, como articulação dos que vivem à margem e como força que emerge da experiência.

A partir desta conceituação, examinamos, no item seguinte, como se constituiu a comunidade da Maré, das primeiras ocupações, formadas por imigrantes em busca de emprego na capital federal, ao diversos projetos de moradia popular, empreendidos pelo Estado. As mudanças sofridas pela região, o enfraquecimento das relações de vizinhança e a territorialização do espaço pelas facções do tráfico nos ajudaram a pensar com maior profundidade as muitas e profundas diferenças entre as comunidades que formam hoje o Bairro Maré.

No terceiro item, reconstituímos o nascimento da favela na cidade e no imaginário do Rio de Janeiro para, no item seguinte, pensar a possibilidade de ressignificar o termo, transformado em representação das lutas das minorias. Os limites e os esforços para se chegar a esta representação alternativa são contextualizados nos itens quatro e cinco do capítulo. No último item analisamos o bairro Maré enquanto projeto e estratégia, que afirmando a diferença reivindica o direito a um tratamento

igualitário na cidade.

No segundo capítulo, nos apoiamos no referencial teórico desenvolvido por Mary Douglas para entender como se constrói o consenso em torno dos riscos na sociedade contemporânea. Nosso argumento é de que a prevalência da voz da polícia na reconstrução dos fatos e a recorrência a estatísticas sobre o crime são os dois mecanismos através dos quais o jornalismo tem construído o consenso ou não - o consenso em torno dos riscos a que estamos expostos e apontado a favela como culpada por esta situação.

Para corroborar o argumento, apresentamos, no segundo item do capítulo, os resultados da pesquisa sobre a imagem da favela no noticiário. O corpus da pesquisa se constituiu a partir das gravações de programas do RJ TV Segunda Edição, noticiário local exibido de segunda a sábado, pela Rede Globo. Seleccionamos 23 dias de jornais, de forma aleatória, ao longo das semanas e nos 12 meses do ano de 2004. Da amostra, identificamos as matérias que tratavam da favela. A partir de um questionário com 21 perguntas, pudemos constatar no uso de metáforas, na escolha das imagens e na seleção das fontes como se constrói o consenso a respeito do lugar da favela na cidade.

De todos os dados, talvez o mais significativo seja o relativo à temática das matérias que se referem à favela. Em 73% das reportagens em que a favela aparece, trata-se da cobertura de crimes ou ações da polícia. Em 54% de todas as matérias analisadas há imagens de policiais armados. Dados como estes vão sustentar nossa argumentação, segundo a qual a escolha da insegurança como principal risco contemporâneo e da favela como seu responsável não é a causa da quantidade de matérias sobre o assunto. Na verdade, a quantidade, a frequência e a duração das matérias que relacionam os dois assuntos é que são responsáveis pela percepção da favela como território de risco.

No terceiro capítulo analisamos o contraponto à representação hegemônica da favela na mídia. Para chegarmos a esta conceituação, estudamos a articulação entre os termos comunitário, alternativo e contra-hegemônico, situando a especificidade de cada um e as interseções entre eles. A partir desta análise conceitual, definimos o comunitário como um jornalismo que trabalha no sentido de promover a cidadania e de dotar de voz as minorias.

Sua especificidade não está na manutenção de conselhos comunitários ou na gestão participativa, mas efetivamente na capacidade de ouvir a comunidade, em vez da

fonte oficial. Sustentamos que nessa versão extra-oficial, que põe em dúvida o discurso hegemônico, reside a intencionalidade da comunicação comunitária.

Dentro dessa tradição popular situamos o jornal *O Cidadão*, publicado pelo Ceasm, desenvolvido por moradores e distribuído no bairro Maré. No segundo item do capítulo problematizamos o surgimento do jornal. Equilibrando-se entre o comunitário e o institucional, entre a tradição popular e a influência da academia, entre a mensagem contra-hegemônica e a linguagem da grande mídia *O Cidadão* nasce da articulação entre lideranças locais e profissionais engajados num projeto social.

Para reconstituir a história do jornal recorremos à análise dos exemplares e a entrevistas com jornalistas que participaram do projeto em diferentes fases. Com base neste material, pudemos identificar três momentos distintos do jornal: o primeiro, que vai de agosto de 1999 até março de 2000, com a saída do jornalista Marlúcio Luna, foi marcado pelo olhar estrangeiro em relação ao temas da comunidade e por uma proposta claramente político-institucional.

A segunda fase, que se encerra em agosto de 2004, com a saída do editor André Esteves, ainda revela os laços entre o institucional e o editorial. Mas também assimila a fala das ruas, as histórias pessoais e a forma peculiar dos moradores de enxergar sua própria realidade. Dentro desta fase analisamos as circunstâncias em que surge o vocativo mareense e suas repercussões, a partir da própria resposta do jornal às reações dos moradores.

Já na terceira fase, a primeira em que um jornalista da comunidade assume a edição, analisamos o distanciamento entre o editorial e o institucional, e a progressiva aproximação da linguagem e dos temas da grande mídia. Argumentamos, no entanto, que a aproximação de uma estrutura discursiva própria do hegemônico não significa uma reverência ao padrão opressivo. Como assinala Certeau, consiste, antes, numa estratégia para quem não tem outra saída se não lutar no terreno inimigo.

No quarto e último capítulo, sistematizamos algumas conclusões a respeito do esforço coletivo para ressignificar a favela na cidade. Consideramos que a luta em torno do significado da favela expressa, na verdade, uma luta ideológica contra a criminalização da pobreza, que justifica a violência policial e a negação dos direitos básicos de cidadania à população. Ao contrário da leitura de setores à esquerda e à direita, não se trata, portanto, de um discurso que glorifica a favela, mas de uma reivindicação coletiva de igualdade perante a sociedade.

Essa luta, que não se dá apenas no plano discursivo, mas também em uma série de ações concretas na comunidade, também se expressa de maneira contundente nas páginas do *Cidadão*. Deslocando os significados dos seus lugares originais, os produtores se esforçam para reconstruir as cartografias a partir das quais se geram novas significações.

No segundo item do capítulo, apresentamos as conclusões de uma breve pesquisa que investigou os efeitos das mensagens midiáticas a respeito da favela. Obtidos a partir de um grupo focal com estudantes do Ensino Médio, moradores ou ex-moradores da região, os depoimentos nos revelam que, embora reconheçam os fatos e personagens das matérias produzidas pela grande mídia, os moradores contestam a maneira como são apresentados e, em última instância, a representação que produzem.

Os moradores destacam, em particular, a espetacularização e a parcialidade dos discursos, ambos diretamente ligados à presença da polícia nas favelas. Cruzando as conclusões da pesquisa sobre a imagem da favela no noticiário com as observações colhidas no grupo focal vamos sustentar a idéia de que a espetacularização dos fatos, a supervalorização dos problemas e a militarização do discurso sobre a favela na mídia contribuem para legitimar a violência contra os moradores.

No último item do capítulo, investigamos os efeitos dos discursos, tanto o hegemônico quanto o contra-hegemônico, nos processos de subjetivação. A partir dos depoimentos, concluímos que, apesar de contestarem o discurso midiático ou de fazerem uma leitura negociada, os moradores resistem a uma subjetividade ligada à favela. Essa resistência se dá, principalmente, na negação do bairro Maré.

Na nossa avaliação, no entanto, isso não desqualifica o esforço do *Cidadão*. Ainda que não tenha conseguido produzir novas ordens de pertencimento ou deslocado os significados ligados à favela, o jornal participa do mesmo esforço dos moradores em dar um sentido positivo ao lugar. Ao mesmo tempo, a conclusão aponta para a necessidade de o jornal retomar os temas ligados à afirmação dos valores e da cultura comunitária.

Por fim, nas considerações finais, reinterpretemos o sucesso obtido pelo jornal na criação de novas referências dentro da comunidade. A principal delas, sem dúvida, é a contestação de uma divisão territorial imposta aos moradores e que atua de forma dramática como vetor de subjetividade local. A construção do bairro Maré, encampada

pelo jornal, põe em xeque o fracionamento da comunidade pelas facções criminosas e suas linhas imaginárias.

A profissionalização da equipe e o domínio de todos os processos da produção jornalística também são apontados como conquistas de toda a comunidade. Afirmam a capacidade produtiva do morador da favela e criam novas referências positivas.

Apoiando-nos no argumento de Koseleck, que estuda as relações entre o espaço de experiência, o horizonte de expectativas e o presente histórico, concluímos que as narrativas alternativas sobre a favela apontam não apenas para novas possibilidades discursivas. Abrem, também, um novo horizonte de expectativa para as atuais gerações de crianças e jovens nascidas nos espaços populares e marcadas pela sociabilidade violenta e pelos discursos espetaculares da mídia.

Capítulo 1: Comunidade, favela, bairro: a articulação da diferença na construção de um projeto político

“O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence.”

(Milton Santos)

1.1 A emergência da comunidade

No dia 12 de outubro de 2006, moradores, lideranças comunitárias, políticos e comunicadores populares se uniram na Maré numa marcha pela paz. Solidarizaram-se em torno das mortes de crianças em comunidades do Rio de Janeiro, vítimas de confrontos entre polícia e bandidos². Uma das vítimas, Rannan Costa Ribeiro, de três anos, morador do bairro Maré, morreu durante uma ação policial no dia 1º de outubro, quando centenas de pessoas passavam pela Rua Principal, na Nova Holanda, a caminho das Zonas Eleitorais.

A manifestação não teve cobertura da grande mídia, mas encontrou ampla divulgação na imprensa sindical e recebeu apoio de várias organizações civis dentro e fora da Maré. Depois de percorrerem as ruas do bairro, cerca de 400 pessoas caminharam pacificamente pela Avenida Brasil, com balões azuis e brancos, faixas e cartazes. A polícia, como de costume, acompanhou de perto a manifestação silenciosa. Quem não diria que a comunidade estava ali?

Pensar o jornalismo comunitário requer, antes de tudo, uma reflexão a respeito do lugar da comunidade na pós-modernidade. Numa sociedade pautada por tantas diferenças e marcada pela valorização da individualidade, como se dá a emergência de um movimento que reconecta o indivíduo à coletividade? Essa nos parece uma discussão útil para entender o papel e os limites do jornalismo como exercício e reivindicação do direito de expressão das minorias³ contra o pensamento único da globalização.

Discutir a emergência da comunidade na Maré ou em qualquer outro lugar do mundo significa, hoje, interrogar-se a respeito das solidariedades sobre as quais se

² O ato “Viva a Criança Viva” chamava atenção para a violência policial nas favelas cariocas que vitimou, só no mês de setembro daquele ano, cinco crianças.

³ Minorias, no sentido proposto, segue o argumento de SODRÉ (2006), produzido a partir da leitura de Kant. Não se trata de uma definição que leva em conta a expressão numérica desses grupos, mas o poder de fala.

definem os laços comunitários. Os mitos fundadores só respondem em parte à constituição das novas identidades, formadas mais na articulação das diferenças do que na constituição de um passado comum.

Vários autores vêm estudando a emergência da comunidade na contemporaneidade. PAIVA (1998), em *O Espírito Comum*, faz uma ampla análise da trajetória conceitual do termo, a partir das perspectivas psicológica e sociológica. Na perspectiva psicológica, comunidade comporta relações sociais que vão desde a amizade à intimidade pessoal à comunicação ou à comunhão de idéias (1998:71).

Já na perspectiva filosófica e política trata-se de uma relação social radicalmente distinta, onde existe a possibilidade de participação nas decisões que o grupo deve tomar, vigindo o direito de ser consultado, de formular propostas, a tônica da cooperação. (PAIVA 1998:71). A partir destas duas leituras, a autora propõe um olhar contemporâneo sobre o termo, em torno da idéia de solidariedade:

“Solidariedade é, em termos de comunidade, uma verdadeira estratégia dos que, para viverem na escassez ou à margem, constroem um saber particular de convivialismo e de experiência local” (Paiva, 1998:11).

É uma leitura que distancia-se tanto do conceito medieval de comunidade o que absorvia todo o indivíduo, restringindo-lhe as liberdades e possibilidades de escolha o quanto da comunidade idealizada o e nunca realizada o do romantismo. Baseia-se na realidade globalizante, em que a sociedade encontra-se abandonada pelo Estado-nação e os que não podem comprar suas garantias individuais no livre jogo do mercado transnacional vêem-se desvalidos e procuram apoio mútuo.

Propõe a emergência da comunidade como uma resposta aos níveis de complexidade do mundo atual e ao desencantamento com a promessa do Estado-nação. Nesta perspectiva, globalização e localização são processos indissociáveis: a emergência do local está intimamente ligada às pressões do global.

É também dentro deste quadro de rearticulação entre o local e o global que encontramos uma outra proposta comunitária, a dos movimentos multiculturais. HALL (2006) nos lembra que, antes mesmo da globalização, o colonialismo europeu transformou as próprias colônias em regiões desde já e sempre diaspóricas, em relação ao que se poderiam imaginar como suas culturas de origem. Os processos de desconcolonização e os movimentos migratórios modernos só acentuaram o caráter híbrido das novas sociedades.

A afirmação identitária em torno de valores étnico-culturais dentro dessas sociedades tem fornecido a base da formação de processos comunitários. A pergunta que nos fazemos é: a afirmação da diferença pode atuar como cimento para a formação da comunidade e dotar-lhe de força política para intervir na sociedade? A palavra cimento é, certamente, uma metáfora provocativa, que nos ajuda a problematizar a idéia de uma essência comum que ampara vários destes movimentos multiculturais.

Há, de certo, várias maneiras de analisar o multiculturalismo ou vários multiculturalismos a serem analisados. Uma recente campanha publicitária da Coca-cola poderia bem ilustrar o problema do multiculturalismo como valor absoluto: através de múltiplos contatos, todos em torno do consumo do refrigerante, um personagem central vai assimilando um pouco da cultura daquele com que compartilha a bebida. No final do comercial, o personagem está irreconhecível: deglutiu o Outro num alegre movimento antropofágico.

Esta abordagem multicultural poderia encaixar-se no que HALL classifica de multiculturalismo de boutique, citando FISH (1998): comercializado e consumista, não distingue forma e conteúdo, mas privilegia o primeiro em detrimento do segundo, na representação da diferença.

Crítico voraz do multiculturalismo, BAUMAN (2003) não aponta sua artilharia contra o utilitarismo da diferença numa sociedade que precisa produzir novos e diferentes prazeres para sustentar-se economicamente. Vai combater a vertente política que elege a diferença como direito democrático, mas que paralisa a ação no momento mesmo em que o pleito é reconhecido. A luta pelo reconhecimento da diferença torna-se uma luta fechada em si mesma, desarticulada de uma reivindicação pela justiça social.

De certo há outras vozes e outras maneiras de conceber o multiculturalismo como bandeira política e cultural. O próprio Bauman abre uma concessão ao movimento, reconhecendo que, quando se preocupa em colocar em pauta as diferenças, não para simplesmente afirmá-las, mas dentro de uma moldura de justiça social, o multiculturalismo abre caminhos para o diálogo frutífero e para a construção de comunidades éticas.

Portanto, podemos considerar que a despeito da apropriação da alteridade pela estrutura de mercado, a afirmação identitária, que move as lutas pelo direito à diferença,

tem se constituído no ponto de partida de muitas formações comunitárias (ou no ponto de chegada delas?).

Porém, o essencialismo ou o desejo de fixar uma identidade, que acompanha muitas das propostas comunitárias, e instiga a busca de raízes profundas sobre as quais assenta-las, é uma controvérsia cada vez mais pertinente. A própria constituição dos Estado-nação, em grande medida, apoiou-se nas memórias do passado (HALL, 2005) e fabricadas ou não a fim de produzir uma narrativa fundante. Através de uma tradição, o indivíduo ingressa na comunidade imaginada (ANDERSON, 1983) da nação.

Mas o apelo a uma origem comum, a uma tradição autêntica e a um passado de glórias não são prerrogativas do Estado. Estão presentes na construção de diversos tipos de comunidade, tradicionais ou contemporâneas.

Mas em relação às minorias, como BHABHA (1998) assinala, o reconhecimento que a tradição outorga é uma forma parcial de identificação e não garante o direito de expressão ou aquisição de poder. Estes são produzidos não na afirmação, mas na articulação de diferenças culturais.

Pode-se considerar que, num primeiro momento, a comunidade da Maré tomou forma como resistência ao Estado, que insistia na retirada dos moradores das ocupações nascentes às margens da Avenida Brasil, na década de 40. Mas, o simples fato de morar na favela, ou na Maré, especificamente, fornece ainda hoje as solidariedades em torno das quais se possa lutar, de maneira coesa, pelas mesmas reivindicações?

A pergunta traduz não apenas um questionamento teórico. Ela expressa o dilema que muitos movimentos sociais, formados em torno de uma ideia de comunidade, enfrentam para manter-se e manter sua legitimidade. O problema não é simplesmente como manter coesa a comunidade. Ele passa, primeiro, pelo reconhecimento das identidades, num mundo pautado por tantas diferenças.

BHABHA coloca a questão em termos precisos, em sua análise da pós-modernidade como um fenômeno que transcende as ideias de tempo posterior ou de polaridade. Ele se interroga

De que modo chegam a ser formuladas estratégias de representação ou aquisição de poder [empowerment] no interior das pretensões concorrentes de comunidades em que, apesar de histórias comuns de privação e discriminação, o intercâmbio de valores, significados e prioridades pode nem sempre ser colaborativo e dialógico, podendo ser profundamente antagônico, conflituoso ou até incomensurável? (BHABHA, 1998:20)

A proliferação de vozes e narrativas produzidas a partir de diferentes identidades, que caracteriza a pós-modernidade, apresenta um desafio e uma oportunidade: não se trata de *unificar* estas vozes em torno de um projeto político comum, mas de produzir entre eles uma *articulação* que possibilite uma intervenção no presente.

A aculturação tornou mais suave os contornos da diferença, mas não a eliminou de todo. Principalmente porque a sociedade continua a nos lembrar o que nos diferencia. Dentro deste quadro, a afirmação de uma tradição, construída sobre o mito da resistência ao Estado, fornece, ainda, os afetos necessários ao projeto político do presente ou estamos diante de comunidade cujo sentido emerge em determinados momentos?

NANCY (1986, op. cit. TARRIZZO, 2007) nos convida a pensar, em termos filosóficos, sobre a comunidade que surge não da diferença, da essencialização da diferença, mas da experiência. Assim como o ser, que não mais pode ser definido em termos de essência, de princípio, de causa, de substância, e que, enfim, é abandonado ao seu simples estar-aí, ao seu estar-aquí, a comunidade possível é a comunidade inoperante. A comunidade abandonada ao seu simples vida-em-comum, privada de um nome ou de uma essência, é a comunidade que se torna toda em comum. Segue não à lógica da idéia, mas a da experiência.

“Não há um Sentido (último, fundador) da existência, portanto, mas o sentido se localiza de vez em quando em diversos pontos ... E o sentido do ser é o simples ‘com’ da existência: o ser-uns-com-os-outros, que é o sentido, cada vez mais singular e diferente, plural, da nossa ‘comun’ existência” (2007:38)

1.2 Comunidades da Maré

Formadas, basicamente, de migrantes ó principalmente fluminenses, mineiros e nordestinos de diferentes estados⁴ - õexpulsosõ do campo ou de pequenos

⁴ A população residente na Maré é majoritariamente fluminense (65,49%), seguida da população vinda dos estados da região Nordeste, especialmente da Paraíba (13,06%); Ceará (4,56%); Pernambuco (2,98%) e Rio Grande do Norte (2,79%). Dentro da região Sudeste, destaca-se o estado de Minas Gerais (2,82%), seguido pelo Espírito Santo (1,25%). Se considerarmos as comunidades mais antigas da região, no entanto, o número de migrantes sobe barbaramente. No Parque União, por exemplo, 48% da população nasceu em outros estados do país.

municípios e à procura de trabalho na capital federal, as primeiras ocupações da Maré guardavam um forte sentimento de comunidade, no sentido político e cultural.

A comunidade tinha, então, uma dupla função: remetia ao passado agrário dos moradores e se colocava como resistência ao estado que a negava. Enquanto comunidade remete a uma instância rural e a fortes laços comunitários, a cidade representa o lugar da multiplicação de papéis.

Se na cidade se dá a fragmentação, é possível pensar que estas populações, desenraizadas de suas comunidades originais, viam motivos para reconstruir, ao menos parcialmente, seus laços comunitários. Esta reconstrução se dava em termos políticos ó nas lutas coletivas - e simbólicos ó na afirmação cultural. O aterramento de vastas áreas alagadas em regime de mutirão, nesta perspectiva, colaborava tanto para o sentido de comunidade quanto a celebração das festas juninas ou as quermesses.

Não havia uma homogeneidade em relação às diversas ocupações criadas entre as décadas de 1940 e 1960 ó Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Maré, Parque Rubens Vaz e Parque União ó mas havia mais motivos para identificação entre elas do que em relação aos demais bairros da cidade. Vizinhos da Avenida Brasil e do campus da UFRJ, na Ilha do Fundão, muitos dos moradores se empregavam como operários na construção de ambas. Compartilhavam, assim, os mesmos sentimentos no que diz respeito ao trabalho e, nessa medida, aos valores de classe.

Nada disso ocorreu, no entanto, sem as marcas da ideologia, traduzidas em relações sociais que também se afirmavam em termos de diferença. Mas não se trata, agora, de fazer um trabalho arqueológico a respeito da formação e das complexas negociações em torno das quais se constituíram essas novas identidades, afastadas do meio rural, mas de certa maneira guetificadas na metrópole.

Outorgada à tradição ficou a memória de um tempo de lutas pelo reconhecimento do direito à moradia e de construção de um novo lugar. As lutas políticas se intensificaram a partir da década de 1960, com a constituição das associações de moradores, como relata ROSE (2006):

õDe uma forma geral, foi a partir da luta pela água que ocorreram as primeiras articulações internas para a organização política dos moradores da Maré, através da constituição de comissões e associações. A primeira associação de moradores surgiu em 1954 no Morro do Timbau e, em 1957, foi criada a União de Defesa e Melhoramentos do Parque Proletário da Baixa do Sapateiro. As associações do Parque Maré, Rubens Vaz e Parque União se constituirão no início da década de 1960.ö (2006:67)

O alargamento das fronteiras, em parte financiado pelo Estado, através de vários projetos de moradia popular instalados na região, deu um caráter ainda mais heterogêneo à localidade. Pelo menos nove comunidades foram construídas a partir da iniciativa estatal, entre eles o Projeto Rio, que erradicou as palafitas da região⁵.

Muitos dos novos moradores vieram removidos de outras áreas ó palafitas eliminadas da paisagem da Maré na década de 80, morros e favelas de áreas nobres, que passaram a ser alvo da especulação imobiliária, áreas alagadas em chuvas e enchentes. O crescimento da população e a proliferação de comunidades acompanharam a modernização da cidade e a fragmentação das relações de vizinhança em amplas áreas.

Hoje, o bairro Maré, criado por decreto municipal em 1994, congrega pelo menos 16 comunidades - Parque União, Vila dos Pinheiros, Parque Maré, Baixa do Sapateiro, Nova Holanda, Vila do João, Rubens Vaz, Marcílio Dias, Timbau, Conjunto Esperança, Salsa e Merengue, Praia de Ramos, Conjunto Pinheiros, Nova Maré, Roquete Pinto e Bento Ribeiro Dantas.

Segundo o IBGE, a população da Maré em 1991, considerando apenas nove das comunidades, chegava a 62,458 mil moradores. Em 2000, estas mesmas nove comunidades somavam 77,292 habitantes, um crescimento de mais de 20% em nove anos. Somando todas as 17 localidades, o número de moradores, em 2000, chegava a 113,817 mil pessoas⁶.

Os dados do Censo Maré 2000, realizado pelo Observatório Social da Maré, do Ceasm, revelam um pouco mais sobre o perfil das comunidades. Em termos de gênero, as mulheres são maioria, com exceção do Parque União e Rubens Vaz. A grande oferta de quartos e pequenos apartamentos, alugados para homens solteiros, explicaria a maior presença masculina nos locais.

Em relação à idade, o Censo descobriu que 1/3 da população local é formado por crianças e adolescentes de até 14 anos. Boa parte dessa geração nasceu no Rio de Janeiro e desconhece a história do bairro e da resistência construída ao longo dos anos.

Os indicadores sociais, nas comunidades mais antigas ó Parque União, Rubens Vaz, Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau e Maré ó apresentam números bem

⁵ As palafitas, no entanto, voltaram a fazer parte da paisagem da Maré ao longo da década de 1990, em novas ocupações, como Marcílio Dias.

⁶ Segundo o Censo Maré, o total de moradores da região chegava a 132,176 mil, em 2000.

próximos aos de outras áreas da cidade. A média de habitante por domicílio, que no município é de 3,4, apresentou um decréscimo em termos gerais, na Maré, baixando em um década de 3,79 para 3,45. Nas comunidades citadas, no entanto, a queda foi ainda maior. No Parque União, por exemplo, a relação é de 3,0 habitantes por domicílio. No Timbau, é de 3,2. Por outro lado, Nova Maré, a mais recente comunidade na época do Censo, tinha uma média de 4,5 moradores por residência.

Os analistas do Censo perceberam, com muita propriedade, que as comunidades nas quais a média de habitantes por domicílio estava acima das médias da Maré, de maneira geral, foram justamente aquelas criadas pelo poder público, em diferentes momentos: Marcílio dias, na década de 1940; Nova Holanda e Praia de Ramos, na década de 1960; Vila do João, Vila do Pinheiro e Conjunto Pinheiro, na década de 1980; Conjunto Bento Ribeiro Dantas, Nova Maré e Salsa e Merengue, na década de 1990.

Já em relação à densidade demográfica observa-se o inverso. Em relação à média do município, que é de 232,7 habitantes para cada 100m², na Maré as médias podem chegar até a 965,9 habitantes por 100 m², de acordo com a localidade. As ocupações mais antigas, como o Parque Rubens Vaz, citado no exemplo anterior, têm uma densidade populacional bem maior que as novas, como a Vila do João, que registra 269,1 habitantes por 100m².

Esses números apontam para a peculiaridade dos espaços populares na ocupação do solo e no uso do espaço da laje, que passa a abrigar as novas gerações de moradores, os filhos e netos casados. Revela, portanto, o processo de verticalização característico da favela e combatido pelo poder público com a construção dos conjuntos habitacionais, muito menos suscetíveis à adaptação. Essa, aliás, é uma das maiores críticas dos movimentos sociais que lutam pelo reconhecimento da diferença e das necessidades específicas desses espaços.⁷

A taxa de analfabetismo entre adultos, em 2000, estava em 7,9%, abaixo da média brasileira para aquele ano (13,3%), mas acima da média do município para 1999 (3,4%). A estatística, comunidade a comunidade, mostra um perfil bastante heterogêneo. Enquanto Vila Pinheiros liderava a lista de ocupações com maior número

⁷ SILVA e BARBOSA. Argumentam que os apartamentos e casas planejadas pelas agências do Estado e pelos intelectuais de matriz sociocêntrica ou progressista não levaram (e ainda não levam) em conta o significado da habitação na vida cotidiana das favelas. Projetar e construir habitações populares que impedem a expansão física da moradia, o deslocamento para lugares distantes da cidade e a participação popular na definição dos seus assentamentos urbanos são expressões de um mesmo ato violento (2005: 95).

de analfabetos acima dos 14 anos, com 13,87% da população, em Roquete Pinto havia 0,39% de analfabetos declarados.

Na segunda etapa das análises, os pesquisadores do Censo puderam tirar outras conclusões sobre os índices de analfabetismo na região. Os analistas identificaram que o índice de analfabetos funcionais (lêem, mas não escrevem, escrevem, mas não lêem) ultrapassa $\frac{1}{4}$ da população total da Maré (26,66%).

O Censo destaca, ainda, que as comunidades com melhores índices de alfabetização são o Conjunto Esperança (81,40%), o Morro do Timbau (80,76%) e o Conjunto Pinheiros (80,12%). Entre as que apresentam os piores índices, estão Nova Maré (64,86%), Salsa e Merengue (65,37%) e Roquete Pinto (68,87%), as comunidades que reúnem a população mais pobre e vulnerável, vinda de áreas de risco ou ex-moradores de rua (Censo Maré 2000).

Considerando a formação acadêmica do morador, o Censo descobriu que 39% têm apenas o ensino fundamental, 22% não tem nenhum tipo de curso escolar, apenas 0,6% tem graduação e 0,12% mestrado ou doutorado. E o índice de pessoas que jamais frequentou a escola chega a 15%.

Por fim, selecionamos um último dado levantado no questionário Sócio-Cultural do Censo Maré: a quantidade de livros lidos pelos habitantes da Maré. Na Nova Holanda, por exemplo, 2,9% dos entrevistados responderam que já leram mais de 10 livros, enquanto 70,1% nunca leram um livro em toda sua vida.

Esse é um dado bastante relevante para nossa pesquisa, visto que nos propomos a entender o papel e a efetividade do jornalismo comunitário na construção de novas representações da favela. Em que medida um jornalismo que se baseia na palavra escrita se constitui em elemento de resistência à narrativa hegemônica, boa parte dela baseada no discurso oral e na performance imagética? Vamos nos deter nessa questão mais adiante.

Em relação à escolaridade infantil, o Censo encontrou um percentual de 6,4% de crianças entre 7 e 14 anos fora da escola, muito próximo da média brasileira, de 5,1%. Mais uma vez, as comunidades apresentam um perfil heterogêneo quanto à escolaridade. Enquanto a Nova Maré apresentava um índice de 16,5% das crianças fora da escola, Roquete Pinto tinha uma taxa de 1,7%.

Vale ressaltar que, segundo os analistas da Maré, esses índices não decorrem da falta de vagas na rede pública de ensino da região, mas da situação das famílias, que

encontram dificuldade tanto para ingressarem quanto para manterem seus filhos nas escolas. Entre os fatores que dificultam a escolaridade, identificaram o desemprego dos pais, a entrada precoce dos filhos no mercado informal de trabalho (segundo o Censo as crianças trabalhadoras correspondiam a 2% do total da região), conflitos e doenças que atingem um ou mais membros das famílias.

As disputas entre grupos armados também dificulta o acesso à educação. Em áreas mais marcadas pela presença de traficantes, sobram vagas nas escolas. As fronteiras veladas, que dividem o território entre os diferentes comandos, também provocam o desequilíbrio entre a demanda e a oferta de vagas nas escolas da região. Os pais preferem matricular seus filhos fora da Maré a atravessarem o território inimigo para os levarem às salas de aula. Antônio Carlos Vieira⁸, ex-morador da Maré, fundador e diretor do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm), fala sobre as dificuldades de circulação dos moradores:

Hoje, um dos grandes obstáculos é a questão da violência do tráfico de drogas. Não sei se em lugares onde o tráfico não está presente o acesso é mais tranquilo. A gente fala que o cara que vem do asfalto não vai à favela, Mas o cara que mora em outra favela não vai também. Tem a questão dos comandos. Mesmo em lugares como a Maré, em alguns períodos, a circulação de pessoas é limitada por esta questão. É complexo. É um trabalho que vai levar muito tempo.⁹

Juntas, estas condições fornecem o complexo mosaico a partir dos quais se constituem não uma Comunidade, mas as diferentes comunidades da Maré. Diferenças que se mostram nas mais diversas situações, mas que, por outro lado, não impedem o reconhecimento mútuo.

As lutas pela construção do projeto comunitário são multidentárias, revelam o mosaico multicultural dos nossos tempos. Ou talvez, como preconiza Nancy, nunca se realizem a partir de um projeto, mas se revelem na experiência. Em ambos os casos, é na articulação com outras representações que o projeto comunitário adquire a força e ganha legitimidade.

A Comunidade existe enquanto estratégia, embora não única, de sobrevivência no espaço da cidade. Na relação com o poder público, frequentemente a comunidade é

⁸ Entrevista concedida à autora.

⁹ Em janeiro de 2008, uma invasão dos pontos de tráfico do Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro e Bento Ribeiro Dantas pela facção que dominava Parque União e Nova Holanda trouxe à tona o problema latente da territorialização da Maré.

substituída pela favela. É o nome que os moradores utilizam quando vão pleitear alguma coisa.

Comunidade e favela, neste caso, não remetem a duas subjetividades, nem apontam para identidades distintas. São, de fato, apropriações a partir das quais os moradores dos espaços populares negociam suas identidades. Mas, da mesma forma que a comunidade, a favela, hoje, é alvo de uma disputa discursiva. Construída na mídia como lugar de risco, nos movimentos sociais ganha um novo significado e passa a representar as várias lutas por justiça social.

1.3 O nascimento da favela

Na sua reconstrução da história das favelas cariocas, o geógrafo Andreilino de Campos faz uma conexão interessante entre as atuais áreas favelizadas e os quilombos do século XIX. O ponto de partida da análise, claro, é a presença maciça da população negra em ambas as ocupações. Mas ele estende sua avaliação aos territórios geográfico e simbólico.

Para o autor, grande parte das favelas do Rio de Janeiro já foi em algum momento da história povoada por quilombolas. É uma tese bastante refutada. Algumas pistas sugerem, de fato, uma relação entre determinadas ocupações quilombolas ó nas periferias e morros do estado ó e os territórios onde hoje se localizam favelas. Não é o caso da Maré, por exemplo, onde a ocupação foi precedida de um esforço dos moradores para aterrarem os mangues originais.

Mas se do ponto de visto geográfico sua tese é questionável, do ponto de vista simbólico fornece uma chave interessante para se pensar a oposição criada entre favela e cidade. Para o Estado e para as elites, tanto o quilombo quanto a favela representam, em alguma medida, um foco de resistência ao poder legalmente constituído e, portanto, uma ameaça à ordem social. Andreilino defende que esta semelhança não é gratuita. É de fato uma herança involuntária.

Desrespeitando a propriedade privada, o quilombola era, antes de tudo, um contraventor, para ficar apenas no terreno legal. Pois o favelado não tem um status mais bem qualificado: frequentemente está em situação marginal, ilegal, do ponto de vista da propriedade da terra que habita e de várias obrigações fiscais para com o Estado. Não

paga os mesmos impostos que o cidadão do asfalto, compra e vende produtos no mercado paralelo, utiliza serviços oferecidos por uma rede clandestina de distribuição.

No imaginário social, ambos representam uma fonte de ameaça à lei, à ordem, à segurança e ao bem-estar dos cidadãos. Baseados em códigos e regras próprios, fora do alcance da instância disciplinadora do estado, o quilombo e a favela são um contraponto à cidade, áreas de risco para o resto da população.

O nascimento das favelas se relaciona ao déficit habitacional da cidade, ainda no século XIX, sobretudo após a demolição dos grandes cortiços do centro da cidade e a promulgação de leis que dificultavam a construção de novas moradias. A necessidade de permanecerem próximas ao centro, onde havia a possibilidade de encontrar trabalho, e a ausência de moradia barata numa cidade em processo de modernização, levaram as populações pobres – negros alforriados, migrantes, mestiços – a ocupar as encostas e morros.

Algumas versões relacionam essas ocupações, inclusive, ao patrocínio oficial do Estado. Já que não estava interessado em resolver a questão habitacional, convinha a ele permitir a ocupação de áreas não valorizadas da cidade.

Foi o caso das ocupações nos morros de Santo de Antônio e da Providência pelos soldados egressos da Guerra de Canudos, que obtiveram consentimento do Estado para se estabelecerem provisoriamente ali. O mesmo aconteceu com os cerca de quatro mil moradores despejados com a demolição do cortiço Cabeça de Porco no centro da cidade. O prefeito Barata Ribeiro decidiu agracia-los com a permissão para construir seus casebres no morro da Providência utilizando, inclusive, os restos da demolição¹⁰.

Por outro lado, a promulgação em 10 de fevereiro de 1903, pelo Prefeito Pereira Passos, do Decreto nº 391, que criou padrões mais rígidos para a construção de novas residências, condenando por completo a construção de cortiços ou casas de cômodos, transformou os morros na única opção para os mais pobres. A construção de barracos só era tolerada nos morros ainda não habitados.

Embora as versões apontem para causas e momentos diferentes em relação à primeira ocupação, num ponto esses vários relatos convergem: o crescimento de uma

¹⁰ Para um estudo aprofundado sobre o nascimento da favela, consultar CAMPOS, Andrelino. *Do Quilombo à favela. A produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. O autor relaciona três versões sobre o nascimento da favela na cidade.

ocupação específica, a do morro da Favella (atual Morro da Providência), tornou-se uma referência na cidade. E, a partir da década de 1920, o termo favela passou a nomear outras ocupações similares.

Com suas construções irregulares e sua estrutura precária, a favela passou a representar uma mancha na paisagem urbana a infernizar as aspirações cosmopolitas dos governos e da intelectualidade brasileira. É a versão terceiro-mundista dos guetos e bairros de migrantes que cercam as metrópoles européias.

Não deixa de ser curioso o fato de que, justo o que nos impedia de ser cosmopolitas, tenha se tornado, de certa maneira, a marca do nosso cosmopolitismo, com todas as contradições que o termo condensa aqui e em qualquer outra metrópole do mundo atual.

A chegada em massa do migrante nordestino e seu estabelecimento quase que exclusivamente na favela contestam as narrativas do Brasil grande, país do futuro. Revelam a outra face do capitalismo que atua simultaneamente pela inclusão de mercados e exclusão de um enorme contingente populacional ó óleo queimado, na linguagem política. Revelam as condições de amplas regiões do Norte/Nordeste e mesmo dos municípios mais pobres do Sudeste.

Assim como o imigrante na Europa, cuja presença contesta as grandes narrativas e denuncia a condição pós-colonial, a favela contesta as narrativas do centro a partir de uma periferia que chegou perto demais. Tão perto que já não se pode ignorar.

Nesta perspectiva pode-se compreender a esperança de SANTOS (2000), para quem gente pobre vivendo junta nas cidades tem um potencial transformador. É uma gente que, como diz BHABHA (1998), distanciou-se da tradição para retornar ao presente com uma potência transformadora.

PAIVA (2007) lembra que, no limiar da idade média, quando as cidades começavam a surgir, as comunidades precipitaram um processo de esgaçamento. Mas este movimento veio acompanhado de outras ricas articulações, todas em torno da cidade, onde se davam as trocas, uma vez que nela se concentrava o mercado ... Sua força advém de que se trata do espaço onde se dá a emergência do encontro e onde circula a informação (1998:84).

Para amplos setores da população, a favela representa a cidade, com suas incongruências e suas possibilidades de troca. A articulação em torno de lutas

específicas, a partir de comunidades diferentes, pode, em dado momento, ganhar o nome de Favela.

Mas para que a favela represente o nome da luta de tantas minorias por uma vida mais digna, é preciso ressignificá-la. Afinal, como mobilizar os afetos em torno de um nome que evoca carência, violência e crime? Embora muitos autores contemporâneos reconheçam a emergência do valor do lugar como uma resposta ao amplo processo de globalização, no caso específico da favela este valor é relativizado.

1.4 Novos nomes para velhas lutas

A favela, ou a periferia, como preferem outras vozes dentro e fora da Maré, dentro da perspectiva afirmativa, como expressão multicultural, é uma construção recente. Pode-se entendê-la como produto de uma intelectualidade nascida à margem e que fez aquela passagem de que fala o pós-colonialismo de BHABHA: estivera distante o suficiente para retornar com uma nova compreensão do seu espaço ôprimitivoô e com as ferramentas para empreender uma ação no presente.

Parte do conceito de favela, mas trabalha na perspectiva de outras vozes marginais. Antes da segregação na favela, seus moradores já sofriam outros processos de marginalização. Na chegada à cidade, baianos, pernambucanos, cearenses e tantos outros migrantes nordestinos ôganhavamô já uma nova identidade: paraíba¹¹.

A nova geração de moradores, nascidos cariocas, não se livrou do estigma paraíba. Nos traços, nos gostos, na linguagem denunciam uma nordestinidade que em tudo se distingue da carioquice dos cartões postais¹², embora retratem com fidelidade a heterogeneidade do Rio de Janeiro contemporâneo.

Outros tantos, chegados dos lugares mais variados, foram assimilados em termos de raça. Na Maré existe um enorme contingente de negros. Reza o mito fundador que dona Orozina, mais antiga moradora da localidade, negra, migrante, nascida em Minas

¹¹ Segundo os dados da segunda etapa do Censo Maré 2000, ôé da Paraíba que veio o maior número de pessoas naturais de outro estado que hoje residem na Maré, sendo 13 % da sua população total. A maior concentração de pessoas naturais deste estado encontra-se nas comunidades de Parque Maré (21,8%), Roquete Pinto (19%), Vila Pinheiros (17,7%) e Vila do João (17,4%). O percentual de paraibanos é elevado também no Parque União (16%) e em Rubens Vaz (14%). O menor percentual de pessoas oriundas deste estado está concentrado no Morro do Timbau (7,7%), Nova Maré (8%) e Nova Holanda (8,9%). Nas demais comunidades, a porcentagem de paraibanos em relação à população total oscila entre 10% e 12%ô.

¹² A este propósito, vale a pena lembrar uma peça promocional do município do Rio de Janeiro, na qual um ôgringoô, em frente à praia de Copacabana, diz que bom mesmo é ser carioca.

Gerais, encantou-se com a Praia de Inhaúma e decidiu deixar seu barraco e construir uma nova vida com a família por lá, dando início à ocupação da região.

É curioso que na Maré, a despeito da imensa população, esta herança negra receba muito menos ênfase que a nordestina.¹³ Justamente as expressões negras apropriadas pela cultura comercial como o funk, quase ausente da paisagem da Maré, recebem pouca atenção dos movimentos sociais.

De todo modo, a herança étnica/cultural foi reinterpretada nos movimentos de afirmação da favela. Buscam nas raízes negras e, sobretudo, nordestinas as memórias de uma comunidade autêntica, distante da favela atual, identificada com o crime e a insegurança na cidade.

Vista por esta prisma, a afirmação da favela enquanto estratégia política revela um projeto moderno, que ao mesmo tempo reinterpreta a herança cultural e contesta a cultura oficial. Da mesma forma, tenta rearticular uma série de outras lutas latentes. O risco está em abafar, dada a centralidade que alcançou, o crescimento de outras comunidades, identificadas por gênero, raça ou outros afetos.

Cabe nos perguntar, no entanto, de que vale todo este esforço pela ressignificação da favela dentro da comunidade quando o resto da cidade continua a concordar que nela se origina toda a insegurança e dadas as proporções dos problemas que dão margem a esta objeção. APPIAH diz que toda vez que lê mais uma reportagem sobre uma calamidade africana se pergunta qual o benefício de corrigir as teorias a que esses males estão ligados.

Como ele, podemos nos perguntar se vale a pena empreender tamanho esforço em torno da afirmação da favela, sua cultura e seus valores, quando as pessoas sofrem com o crescimento da Aids e da tuberculose nas comunidades, o desemprego toma proporções inquietantes e a morte de jovens e adolescentes assume proporções de epidemia.

A resposta que o autor encontra para a questão pode nos dar uma pista:

Até o mais vulgar dos marxistas terá que admitir que os interesses econômicos operam através das ideologias. Não podemos modificar o mundo simplesmente pela evidência e pelo raciocínio, mas decerto tampouco podemos muda-lo sem eles (APPIAH 1997:249)

¹³ É curioso observar, também, a auto-imagem do morador em relação à sua própria cor. Segundo o Censo Maré, a auto-imagem indica que a maioria se considera morena (38,6%) ou branca (26,6%). A identidade parda (10,2%) aparece em terceiro lugar, mas poucos se identificaram como negros (2,3%) ou africanos (0,06%), preferindo designações mais ambíguas como brasileiro (6%) ou carioca (4,9%).

As ideologias operam através das relações sociais. Elas se inscrevem nas práticas e estão na raiz de uma diferença que se afirma através de muitos nomes: boa aparência, nível cultural, educação, bom gosto. E que justifica a restrição sistemática de acesso do favelado a lugares designados à outra parte da população.

Reinterpretar o passado da favela de modo a transformar a representação do presente é a estratégia mais bem consolidada entre os movimentos sociais para lutar contra a opressão e a desigualdade impostas aos moradores. É um discurso que reforça a auto-estima do morador e o incentiva a contestar os indicadores sociais, por meio do ingresso na universidade, no mercado formal de trabalho, no consumo de bens culturais. Mas será que é uma identidade da qual estes moradores lancem mão nos espaços extra-favela?

A situação mais comum entre aqueles que optaram por afirmar esta identidade é o sentimento de aceitação até segunda ordem, a certeza de que, em algum momento, sua alteridade vai se manifestar. Ademais não é uma identidade que se traga na testa. Diferente da condição negra, nordestina, feminina e tantas outras às quais não se pode negar, mesmo que não escolhidas, a condição de favelado não se revela necessariamente à primeira vista. Somos interpelados muito mais pela raça, pela etnia, pelo gênero do que pela geografia.

Mas uma análise rápida do quadro social brasileiro pode nos revelar o quanto as lutas de grupos minoritários podem convergir para a favela. FREYRE nos diz que dado um conjunto peculiaríssimo de condições econômicas e sociais, o encontro entre europeus, africanos e ameríndios, de que resultou o Brasil, se deu de maneira menos brutal por aqui do que em outras colônias. Daí serem, entre nós, mais adocicadas as relações raciais.

Chega mesmo a afirmar que agindo sempre entre tantos antagonismos contundentes ó o mais grave deles o antagonismo entre senhores e escravos ó diversos fatores contribuíram para amortecer-lhes o choque ou harmonizá-los, criando condições de confraternização e de mobilidade social, já que, ôhíbrida desde o começo, a sociedade brasileira é de todas as da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raçaô (FREYRE, 2006:160).

As marcas do encontro harmonioso, no entanto, estão muito mais presentes na cultura ó práticas religiosas, crenças, costumes, língua, vestuário, culinária. E boa parte

delas de maneira involuntária ou inconsciente. A diferença social, definida por papéis e oportunidades, se operou de maneira muito menos sutil ou fluida.

No Brasil, apesar das dificuldades na chegada, nos primeiros anos do século XX, o imigrante ó sobretudo o europeu e o asiático ó puderam dispor de uma condição privilegiada na negociação de sua identidade. Basta lembrar um pensamento corrente a partir da década de 1850, quando se tornou claro que a escravidão não perduraria por muito tempo, segundo o qual òa medida que os colonos [*europæus*] se tornassem brasileiros, o Brasil se tornaria europeuó (LESSER, 2001).

O mesmo não aconteceu com os negros, chegados aqui em galés e banidos da sociedade quando ruiu a estrutura escravocrata. Seriam todos deportados, não fossem as dificuldades para empreender este intuito. Encontraram refúgio primeiro nos cortiços, junto a outros desvalidos. Depois que os cortiços foram eliminados do Rio de Janeiro que se modernizava, passaram aos morros e terras desvalorizadas, onde construíram suas ocupações, em dado momento da história denominadas favelas.

A escravidão foi a maneira pela qual o imigrante africano se inseriu no modelo econômico colonial, mas também passou a representar a forma pela qual o negro foi concebido na estrutura social brasileira. E, como lembra HALL (2006), as categorias raciais e étnicas continuam a ser hoje as formas pelas quais as estruturas de dominação e exploração são òvividasõ.

A herança que o ranço colonial nos deixou vem se reinventando sob vários nomes ao longo dos séculos. As sucessivas políticas do Estado e o jogo do mercado, diariamente reiterado nas práticas culturais, produziram uma incômoda sinonímia entre negro/pobre/favelado, sinonímia que também incorporou outros elementos distantes do poder, como o nordestino pobre e o homem do campo. Nesta perspectiva, a favela pode mesmo se apresentar como o nome da articulação que reúne várias lutas: contra o racismo, contra a opressão econômica, contra a discriminação social e por tantas outras novas e òvelhasõ reivindicações.

Ou representar estas mesmas lutas em negativo, como aquilo que já não se quer ser, uma vez que ser favelado representa tudo isto ó discriminado, oprimido, segregado. Ainda assim, podemos perceber o quanto a discussão em torno da favela, seus papéis e seu lugar na paisagem urbana, tem um papel central num projeto político pautado pela justiça social.

1.5 Resgatar o passado, ressignificar o presente

Dizer bairro Maré significa afirmar o direito de ser igual, mas também o direito de ser diferente. Identifica as reivindicações dos moradores dentro de um quadro institucional e cobra políticas compensatórias à opressão infringida ao favelado. Envolve complexas negociações entre a cidade e a favela, entre papéis sociais e estereótipos, entre diferenças.

Longe de produzir imobilismo, a segregação produziu num grupo significativo de moradores uma tomada de consciência sobre a situação atual e sobre as possibilidades existentes ou ainda por serem criadas. Ou, nas palavras de SANTOS, ãa descoberta de que, a despeito de sermos o que somos, podemos também desejar ser outra coisaö (2005:114).

É neste sentido que surge em 1997 o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm), uma instituição que promove, hoje, alguns dos mais consistentes projetos nas áreas de cultura, educação e comunicação na região. Criada por jovens da comunidade que alcançaram o nível superior e ingressaram na militância política, a instituição conquistou, em 11 anos, o reconhecimento do setor público e de empresas que se tornaram parceiras de seus vários projetos.

O trabalho do Ceasm tem se pautado pela inserção da Maré num contexto social mais amplo, desvinculado de um pensamento que sistematicamente a tem confinado ao debate sobre a segurança pública. Este trabalho se realiza a partir de duas premissas: a valorização do morador, a partir da ressignificação do seu espaço de vida, e a inserção em projetos que ofereçam novas perspectivas educacionais, culturais e profissionais aos habitantes.

Neste sentido, a afirmação do Bairro Maré, recebida como derrota por muitos moradores, foi assimilada em termos de estratégia através da qual os movimentos populares e o Ceasm, em particular, reivindicam um tratamento igualitário do estado.

Enquanto estratégia discursiva, o Bairro Maré enfrenta dois desafios: por um lado, desconstruir a representação da favela como território de risco, produzida a partir da mídia. Por outro, desconstruir a representação de favela como território das facções, imposta pela ação dos traficantes.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, a região da Maré sofreu um processo de fragmentação territorial, através da ação violenta dos traficantes. O resultado foi a

criação de uma nova geografia, determinada pelo poder das facções criminosas. As relações de pertencimento aos comandos atuam efetivamente como vetores de subjetividade de uma geração nascida sobre o signo da ãsociabilidade violentaã ¹⁴.

Ao integrar os moradores por uma interpelação única ó o mareense ó os movimentos locais, dos quais o jornal *O Cidadão* é uma das expressões, se colocam contra a ordem dominante imposta a partir de dentro da favela.

Existe, ainda, um terceiro desafio que a idéia de integrar toda região num bairro precisa enfrentar: a noção de que ligar-se a comunidades com histórias diferentes e situações õpioresõ dos que as suas traz mais perdas do que ganhos. Isso acontece principalmente para os moradores dos conjuntos habitacionais. Embora vizinhos à favela, e muitos deles vindos efetivamente dela, os moradores que se viram do dia para noite como parte do Bairro Maré amargaram um retrocesso de expectativas. Uma história contada por Viviane Couto ¹⁵, do *Cidadão*, ilustra bem a situação:

ãA crítica que a gente recebe é que não existe uma identidade mareense. São histórias diferentes. As pessoas tendem a ser muitos bairristas. Infelizmente, ainda tem gente que acha que o Parque União é a Zona Sul da Maré. Uma vez eu falei isso de brincadeira numa aula do CPV e quando eu saí da sala foi o maior tumulto. As pessoas diziam que era Zona Sul mesmo. Na aula seguinte encontrei todo mundo bicudo e quis saber o porquê. Eles me disseram: -Por causa de você! Foi um ano para desconstruir a briga... A Marcílio Dias tem uma história diferente do Conjunto Esperança, mas, pelo menos, estão ali, lado a lado, com os mesmos objetivos. Pode chamar a gente de Rocinha, também, estamos na luta. Se chamasse todo mundo de Copacabana não tinha problema. Se é Maré, aí tem problemaã.

Problematizar a situação já representa um ponto de partida. Significa pensar além das fronteiras invisíveis que dividem a comunidade e questionar a representação da favela como lugar de ausência e crime. Aos poucos, pelo menos no que diz respeito às relações dentro da comunidade, a identidade com o bairro começa a ser aceita. Como atesta a própria Viviane.

ãO Ceasm trabalhava na perspectiva de que o morador tinha que se aceitar e não ter vergonha do lugar onde mora. Foi uma brincadeira: ãAh, o mareense!ã Mas pegou. Tem até o cara que botou o nome do cachorro de mareense. Antes, o morador tinha vergonha, depois, passou a ser legalã.

¹⁴ Sociabilidade violenta é o conceito utilizado pelo Ibase para definir a atual situação dos moradores de favelas, sujeita às normas do tráfico e à ação policial. Sobre este respeito falaremos no capítulo 4.

¹⁵ Entrevista concedida à autora.

O historiador Luiz Antônio Oliveira, um dos coordenadores da Rede Memória, um dos pilares de atuação do Ceasm, acentua o papel da memória afetiva na reconstrução deste pertencimento, a partir das histórias dos moradores.

„Dona Izabel morava na Maré desde a década de 1920, quando não havia percepção do local como favela. A favela começou, na verdade, na década de 1940. Para ela, a história da Maré está ligada aos banhos de mar, à paisagem das ilhas. Não existe, portanto, uma única fala sobre a Maré, mas várias falas que vão construindo a história da comunidade.“

A Rede Memória foi o segundo projeto do Ceasm¹⁶, criado com o objetivo de desenvolver ações de resgate, preservação e divulgação da história da região dentro e fora das comunidades. Para isto empreende pesquisas e reúne documentos e objetos que contam esta história, de forma articulada com a história do Brasil.

No arquivo Orozina Viera, homenagem a mais antiga moradora da Maré, encontra-se documentado o encontro da própria Orozina com Getúlio Vargas, na década de 1940, quando ela recebeu do presidente o documento que lhe garantia a permanência no solo. A carta de Dona Mironeide ao presidente João Figueiredo e a resposta recebida também estão lá, revelando as intercessões entre os grandes projetos de governo e o cotidiano dos moradores da Maré.

Todo o acervo foi constituído a partir da doação de moradores, seja através de objetos, fotos ou documentos pessoais, seja através das histórias e lembranças explicitadas pela mais primitiva forma de comunicação: a oralidade. A História Oral foi uma das primeiras e mais singulares ações empreendidas pela Rede Memória. Utilizando registros em fitas de áudio e vídeo, os pesquisadores do projeto colheram depoimentos de vários dos mais antigos moradores da Maré, para recontar a história local a partir das histórias de vida dos seus habitantes.

O registro da fala, que vira história, utiliza as técnicas de comunicação hegemônicas para difundir sua mensagem contra-hegemônica, pondo em prática a revanche de que fala SANTOS¹⁷. No caso da Maré, o veículo mais utilizado para

¹⁶ O primeiro, que deu origem à instituição, foi o Curso pré-vestibular (CPV). A iniciativa nasceu nos fundos da igreja de Nossa Senhora dos Navegantes, no Timbau, e se manteve com o trabalho voluntário de professores e estudantes universitários da própria comunidade. Hoje, o CPV se orgulha de ter ajudado 600 estudantes da comunidade a ingressarem em universidades públicas ou privadas com bolsa integral.

¹⁷ Para ele, a emergência de uma cultura popular que se serve dos meios técnicos antes exclusivos da cultura de massas, é um dos sinais da mudança em curso. Nesse caso, „a cultura popular exerce sua qualidade de discurso dos „de baixo“, pondo em relevo o cotidiano dos pobres, das minorias, dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias“ (2005:144).

disseminar a mensagem contra-hegemônica é *O Cidadão*. Através de matérias que enfocam o cotidiano das comunidades, seus problemas, mas também seu orgulho, sua cultura, suas tradições, o jornal põe em xeque a narrativa única que associa a favela a risco e violência.¹⁸

No plano externo, o trabalho de recuperação da memória da região atraiu a atenção de diversos agentes culturais, interessados em divulgar sua história. A Rede Memória organizou instalações e mostras fotográficas no Museu da República (õA força da Maré), no Tribunal de Contas do Estado (õA favor da Maré), em Niterói, e no Castelinho, no Flamengo.

Utilizando objetos corriqueiros do cotidiano dos moradores, como bacias cheias d'água, as instalações colocaram os expectadores em contato com uma realidade fora dos clichês de violência e medo que cercam o discurso sobre a favela. A Maré aqui não é o quartel-general do tráfico de drogas, mas a Maré das águas da Baía de Guanabara, tão arraigadas na história do Rio de Janeiro.

Do ponto de vista prático, este trabalho de inserção da Maré no universo artístico-cultural da cidade não só gerou visibilidade quanto estimulou novos esforços para o enriquecimento do acervo mantido. Além de documentos, fotos e depoimentos, o acervo passou a comportar objetos doados pelos moradores.

Em 2004, a Rede Memória participou de um debate no Museu da Vida, da Fiocruz, apresentando o trabalho desenvolvido na Maré. O museólogo Mário Chagas se surpreendeu com a riqueza do acervo e das práticas utilizadas para divulgação da história da região, os quais õDavam para construir um museu!õ, segundo o especialista. A idéia foi aprovada pela comunidade e ganhou corpo com o aporte de recursos do Ministério da Cultura, através do projeto de construção de Pontos de Cultura.

O Museu da Maré contou com a assessoria da equipe do Museu da República, e foi inaugurado em maio de 2005, durante a 4ª Semana Internacional de Museus, com a presença do ministro da Cultura Gilberto Gil. Apesar da repercussão do projeto na mídia e do orgulho dos moradores em construir sua própria representação, o projeto

¹⁸ O mais singular instrumento de divulgação das histórias da Maré, no entanto, é o trabalho dos Contadores de Histórias. A partir da fala dos moradores, foram reconstruídos contos e lendas da região, marcados pelos personagens e paisagens locais. Estes contos são divulgados por um grupo de contadores de história, moradores da Maré que percorrem as escolas públicas locais e se apresentam em eventos dentro e fora das comunidades. Contam sua própria história, valendo-se do relato como forma de comunicação acrescida de sensibilidade e emoção, como destaca Walter Benjamin, no seu texto clássico sobre o narrador.

encontrou críticos dentro dos próprios movimentos populares. Para eles, a ãexaltação da favelaõ não traz benefício algum de ordem prática para os seus moradores.

Em centenas de blogs, grupos de discussão e outras ferramentas interativas, o foco das discussões foi a efetividade da inauguração enquanto marco de um projeto político. Críticos à esquerda e à direita vaticinavam a iniciativa. Entusiastas saudavam o museu como experiência de resgate da cultura e memória populares. O Ceasm catalogou várias destas mensagens que mostram um panorama bastante esclarecedor sobre o momento atual da discussão.

Para Luiz Antônio, que coordena o Museu, o Ceasm desenvolve outros projetos preocupados com a inclusão do favelado na universidade ou com a garantia de uma renda mínima para as famílias. No caso do Museu, a preocupação é a preservação do patrimônio da comunidade, com possibilidade de ganhos futuros, uma defesa muito alinhada com a argumentação de GUATTARI (2005), segundo a qual:

ãA noção de interesse coletivo deveria ser ampliada a empreendimentos que a curto prazo não trazem õproveitoõ a ninguém, mas a longo prazo são portadores de enriquecimento processual para o conjunto da humanidade. É o conjunto do futuro da pesquisa fundamental e da arte que está aqui em causaõ (GUATTARI, 2005:51).

A vida cotidiana, canonizada no museu, é contada através de documentos, objetos, construções, personagens e da participação efetiva dos Contadores de História. Valendo-se da experiência da escassez, a população construiu o Museu a partir dos tempos da Maré, de forma lúdica e com uma linguagem própria, produzindo um discurso territorializado (SANTOS, 2005).

Assim, o Museu tem o tempo da imigração, o tempo do trabalho, o tempo da feira, o tempo da festa, num total de 12 tempos, que são os movimentos do dia e do ano. Sobre as palafitas que abrigaram os primeiros moradores, ou nas casas de tijolos, em que hoje se aglomera uma superpopulação, a vida é contada com suavidade, através de objetos e registros históricos contextualizados, sob uma nova perspectiva estética.

Neste sentido, a criação de um Museu do cotidiano não pode ser perda de tempo, pois significa produção de novos dispositivos para re-singularização individual ou coletiva de subjetividades. Um bom exemplo de como se dá esta subjetivação é fornecido pelos moradores que vão ao Museu e eles próprios começam a contar a história com maior propriedade e entusiasmo que os coordenadores.

Ao mesmo tempo em que aponta para o passado, o Museu faz pensar no futuro. Mostra as conquistas da comunidade e aponta os desafios para a construção de um horizonte de expectativa diferente dos prognósticos alarmistas.

Memória e comunicação¹⁹ se encontram nesta perspectiva de resgatar o passado e projetar o futuro a partir de uma intervenção no presente focada na reconstrução de significados para a favela.

1.6 Uma aposta no futuro: o bairro Maré

Embora muitos movimentos sociais já trabalhassem com perspectiva de uma única localidade, na Maré, como dissemos o que a maioria das comunidades esperava era a assimilação da favela pelo bairro, utilizando o critério de proximidade. Assim, Parque União seria anexado ao bairro de Bonsucesso, Praia de Ramos a Ramos, Roquete Pinto à Penha. Aliás, ainda hoje os moradores se remetem aos bairros mais próximos, quando precisam informar seus endereços, na relação com outros espaços da cidade. Isso vale tanto para a realização de compras quanto para preencher as fichas de emprego, como lembra Antônio Carlos.

õA Maré tinha relação com vários bairros, principalmente Bonsucesso e Ramos. Teve um movimento que foi assim: não se fez uma consulta aos moradores e a Prefeitura, a partir de um projeto de Lei, criou o bairro Maré. A forma como isto se deu ó sem a participação dos moradores da Maré, sem que fosse consequência de um processo de construção ó acabou gerando uma situação dúbia. Os moradores de algumas localidades não se identificam muito e a referência continua a ser o bairro de origem. As concessionárias de serviços públicos e a Prefeitura impõem nos comprovantes de residência o nome do bairro Maré. E, quando as pessoas vão procurar emprego, são discriminadas.õ.

Com a criação do bairro Maré o Estado colocava um ponto final nas reivindicações pelo direito ao reconhecimento da favela como parte da cidade, mas a mantinha segregada, no seu devido lugar. Esvaíam-se as esperanças de obter algum benefício da incorporação aos bairros vizinhos, benefício não só de ordem prática, mas

¹⁹ O Ceasm trabalhava a partir da perspectiva da criação de redes. Memória e Comunicação eram duas das redes sob as quais se desenvolviam os projetos da instituição.

também de ordem subjetiva. Restava aos moradores trabalhar pela transformação da realidade o que, de resto, sempre marcou a organização local.

Sob a perspectiva do bairro, ou seja, a partir dos equipamentos públicos característicos de outras ocupações da cidade, o Bairro Maré é uma aposta no futuro. Segundo os dados do Censo Maré, em 2002 o número de escolas era compatível com a demanda da região. Existiam 14 escolas de ensino fundamental e três de ensino médio.

Os analistas alertavam, no entanto, para a necessidade da ampliação da rede de ensino médio. Uma vez que 14% da população se encontrava entre 7 e 14 anos, em poucos anos a demanda por mais vagas iria explodir.²⁰ Considerando o grande número de adultos que voltam às escolas para completarem os estudos, um dado não registrado pelo Censo, essa demanda se torna ainda maior.

Em relação ao lazer, o bairro conta com a Vila Olímpica, que atende hoje a 8 mil crianças da região, com o Parque Municipal Ecológico da Maré e com a Lona Cultural Hebert Viana. Algumas comunidades possuem uma praça, como Parque União e Rubens Vaz e, atualmente, a comunidade conta com o Museu da Maré e com a Casa de Cultura da Maré, projetos desenvolvidos pelo Ceasm com o apoio do poder público e de empresas privadas. Na área de saúde, o bairro realizou algumas conquistas desde 2000. É o caso do posto 24 horas que passou a funcionar na região.

Em matéria de capa, o jornal *O Cidadão* fez uma análise da infra-estrutura do Bairro Maré e concluiu que a ausência ou limitação dos equipamentos públicos denotam um tratamento diferenciado da região em relação a outros bairros da cidade. Faltam condições para que a região se realize enquanto bairro.

Em termos subjetivos, a construção do bairro também é um projeto longe da conclusão. Embora iniciativas como *O Cidadão* trabalhem nesta perspectiva, no cotidiano, nega-se o bairro e afirma-se a comunidade. Isso fica claro na fala dos moradores entrevistados na pesquisa que apresentaremos no Capítulo 4.

Trabalhar a identidade, sob a perspectiva do bairro, constitui-se numa estratégia para reivindicar um tratamento justo às populações historicamente segregadas nos guetos urbanos. Não só no que diz respeito à presença dos equipamentos públicos, mas no reconhecimento dos direitos essenciais aos cidadãos. Para entender o que representa a cidadania nos dias atuais vale a pena recorrer à definição de SODRÉ:

²⁰ Foi o que aconteceu poucos anos depois. Um das maiores reivindicações atuais dos moradores é a construção ou ampliação de escolas para os estudantes do Ensino Médio.

“Cidadania, hoje, seria em resumo a voz de uma minoria enquanto dispositivo simbólico, com uma intencionalidade ético-política, dentro de uma luta contra-hegemônica, e não o estado de um sujeito politicamente passivo, embora confortado por suas possibilidades de organizar-se como consumidor dentro de uma ordem econômico-social gerida por grandes empresas capitalistas” (SODRÉ: 2007:16)

O texto bem poderia fazer parte do editorial do *Cidadão*, o jornal do Bairro Maré. Trabalhando na perspectiva de dar voz a uma minoria, na luta contra-hegemônica ao pensamento único global, o jornal se constitui no mais bem acabado veículo de reivindicação dos moradores e na mais importante ferramenta para construção do projeto do Bairro Maré.

As dificuldades para empreender esta tarefa se traduzem tanto em termos subjetivos ó a distância cultural entre as comunidades e a estigmatização de que é portador o morador da favela ó quanto em termos concretos ó na dificuldade de acesso do morador ao universo letrado. Apesar de tudo isto, o jornal tem ampliado seu alcance, conquistado cada vez mais prestígio e gerado novos sentidos para a vida dentro do bairro. É sobre ele que vamos nos deter no Capítulo 3 do trabalho.

Antes, porém, vamos analisar as condições em que emerge o discurso contra-hegemônico do *Cidadão* a partir do seu contraponto: o discurso hegemônico veiculado pela grande mídia. É a representação da favela no discurso midiático que vamos analisar no próximo capítulo.

Capítulo 2: A pobreza criminalizada

... dois terços não dormem com fome e o terço restante não dorme com medo do que têm fome (Josué de Castro)

2.1 De onde vem a insegurança pós-moderna?

Deu no Jornal **O Dia**, em 3 de julho de 2007: a imagem de um Rio de Janeiro dividido pelo poder dos traficantes não é apenas um espectro que aterroriza a classe média carioca. Ela agora faz parte de uma dura lição que os alunos da rede pública de ensino terão que aprender. O mapa da atuação do tráfico nos morros e favelas cariocas, tantas vezes reproduzido nas infografias dos jornais, pode ser visto em detalhes no primeiro capítulo do livro *Geografia da Sociedade e Cotidiano*, da editora Espaço Brasileiro.

A publicação, destinada aos alunos da 6ª série do Ensino Fundamental, foi aprovada e indicada pelo Ministério da Educação dentro do Programa Nacional do Livro Didático. Com um mapa da cidade onde estão assinaladas as favelas e morros, o livro mostra a divisão territorial operada por três facções rivais - Comando Vermelho, Terceiro Comando e Amigos dos Amigos - e, a despeito da polêmica levantada entre os educadores, revela o quanto o discurso que vincula violência e insegurança à favela foi naturalizado na sociedade.

Pode-se argumentar que erros de ênfase, como este, resultam de uma visão preconceituosa e particular dos autores. Mas o mapa utilizado no livro não foi produzido por eles. Na verdade, trata-se da reprodução de um infográfico publicado numa reportagem especial da *Folha de São Paulo*, em 2002. Tem origem, portanto, numa narrativa diariamente atualizada na mídia a respeito do lugar e do papel da favela na sociedade contemporânea.

CONTURSI e FERRO se utilizam do conceito de narração descrito por Donald Polkinghorne para defini-la como a modalidade literária mais importante da atualidade, através da qual se atribui significado à experiência humana (2000:16). Tempo e acontecimentos, ordenados segundo a lógica narrativa, constroem significados e abrem novas perspectivas para a interpretação do mundo. Na contemporaneidade, essa função ordenadora é desempenhada, primordialmente, pelo jornalismo.

Considerar o jornalismo um subgênero narrativo requer duas concessões: a primeira diz respeito ao papel do jornal enquanto produtor de uma narrativa que atualiza os valores e crenças da sociedade e produz significados para a existência. A segunda, que para realizar esta construção o jornalista se vale das ferramentas que o gênero literário oferece.

Analisando as notícias como produtos culturais que não apenas narram acontecimentos, mas que constroem a realidade social a partir da representação de fatos segundo um repertório particular, é possível apreender os mecanismos narrativos que possibilitam esta tarefa. Partindo deste pressuposto, podemos nos valer do discurso midiático para entender como a favela representa o lugar de onde emana a insegurança atual.

Isso implica em aceitar que a relação entre favela e insegurança, definitivamente institucionalizada, não se explica apenas pelos índices de violência nos grandes centros urbanos²¹. Acreditamos que para entender como esta imagem se naturalizou é preciso investigar de onde vem a sensação de insegurança que permeia a vida na pós-modernidade.

Não significa ignorar as causas materiais que legitimam esse discurso. A presença de grupos armados, determinados a matar ou morrer para proteger seus pontos de venda de drogas, efetivamente representa uma fonte de insegurança, principalmente para a população favelada. As mortes de moradores por bala perdida nos confrontos entre policiais e traficantes, ou entre grupos rivais pelo domínio dos pontos, são uma triste realidade. E muitas vezes, esta realidade sequer é retratada nos índices de violência contra civis. Aparece, apenas, nas estatísticas de mortes por Autos de resistência²².

Nosso argumento, no entanto, não nega a realidade presente no discurso, mas questiona uma narrativa que estabelece como natural uma imagem da favela como

²¹ Segundo relatório da Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro, publicado em outubro de 2007, os índices de homicídio doloso, latrocínio, roubo a estabelecimento comercial e roubo de carga no Estado do Rio de Janeiro são os menores desde a criação do Instituto de Segurança Pública (ISP), em dezembro de 1999. O órgão vinculado à Secretaria de Estado de Segurança (SESEG) e responsável pelas estatísticas da criminalidade no território fluminense divulgou os números dos seis primeiros meses de 2007 comparados aos dos sete anos anteriores. Entre os 11 principais tipos de ocorrência, oito apresentaram queda em relação a 2006.

²² Segundo o Relatório da Sociedade Civil para o Relator Especial das Nações Unidas para Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais, assinado por entidades de defesa de direitos humanos, ONGs, políticos e acadêmicos, em 2007 foram registrados, de janeiro a julho, 694 mortes de civis em comunidades durante operações policiais, 33,5% a mais que o número registrado nos Autos de resistência do mesmo período do ano anterior.

origem da insegurança. E considera que, ao construir a relação entre favela e violência, esta narrativa busca conter a insegurança pós-moderna e legitimar o tratamento dispensado pela sociedade aos cidadãos oportadores do risco contemporâneo.

DOUGLAS (1992), em seu estudo sobre risco e culpa, lembra que as populações pobres enfrentam problemas reais e o estigma não é o pior deles. No entanto, a estigmatização ganha mais importância na medida em que se estabelece uma profecia que se auto-realiza. Os comportamentos preconceituosos de boa parcela da sociedade garantem sua efetiva realização.

A análise da antropóloga nos ajuda a compreender declarações oproféticasö como a do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, a respeito dos espaços populares. Comparando os índices de natalidade de áreas como Lagoa e Copacabana, classificados como padrão sueco, aos da Rocinha, considerados padrão Zâmbia, Gabão, ele conclui oIsso é uma fábrica de produzir marginal. O estado não dá contaö (*O Globo*, 2007).

Mesmo que publicada em tom de denúncia pelo jornal, a declaração do governador, que estabelece uma lógica entre a ineficiência do Estado para lidar com as questões de segurança e o opadrãoö de vida da população favela, reitera uma retórica perversa. Segundo o senso comum, o morador da favela, com sua moralidade distorcida e seu comportamento inadequado, põe em risco o próprio equilíbrio social.

Embora não aplique sua análise à mídia, a argumentação da antropóloga traz uma enorme contribuição ao estudo da narrativa midiática sobre favela e insegurança. Ela sugere que os sistemas de punição e a eleição de perigos numa sociedade são sintomas da maneira pela qual ela se organiza. Escolher quais são os perigos mais importantes não é uma questão objetiva. O que pode ser potencialmente mais perigoso para uns pode não representar um perigo tão grande para outros.

A autora argumenta que toda sociedade elege seu portfólio de riscos. Nessa escolha, alguns riscos são privilegiados, enquanto outros são de fato preteridos. Isso vale tanto para os pré quanto para os pós-modernos. A partir desta hipótese, ela se interroga a respeito de como se constrói o consenso em torno de um conjunto bem definido de perigos e de que maneira se coloca um outro grupo de riscos sob o manto da invisibilidade.

Na pós-modernidade, todas as fontes de segurança foram esmagadas. Após a revolução industrial, as comunidades tradicionais foram aniquiladas pelo poder do

Estado ou pela força do capital. Desenraizados, seus membros buscaram amparo no Estado-nação, renunciando às suas redes de proteção locais e depositando sua confiança na promessa do bem-estar social.

Em troca da lealdade, o Estado assumiu a tarefa de prover as principais garantias individuais e proporcionar um seguro coletivo contra os infortúnios. É bem verdade que a promessa jamais se realizou de maneira plena e igualitária. Mas, para as camadas médias da sociedade, assumiu status de verdade.

Na pós-modernidade, o Estado renuncia a seu papel, privatizando setores inteiros da vida, como educação e saúde. Os indivíduos, órfãos de seus vínculos comunitários e abandonados pelo estado de bem-estar, encontram-se extremamente vulneráveis. Forjada no processo de industrialização, que reinscreve o sujeito numa esfera de relações em nível regional, nacional e mesmo global, essa realidade revela inúmeros perigos, tanto de ordem social quanto afetiva.

Para DOUGLAS (1992), a noção de risco responde à pressão política pela punição dos culpados pelos males que afligem o homem contemporâneo. Mas também atende a uma demanda industrial, na qual o sistema jurídico garante o direito do consumidor, assegurando-o de seu papel ativo na relação com o mercado. É uma lógica que só se sustenta numa cultura individualista, que ampara o sistema de expansão mercantil. A idéia de risco, diz ela, é feita sob medida para esta sociedade.

„De todos os diferentes tipos de sistema de culpabilização, o que nós estamos agora é talvez o mais preparado para tratar cada morte como responsabilidade de alguém, cada acidente como uma negligência ... Quem errou? É a primeira questão.“ (1992:15-16)

É um esforço, portanto, para dar uma resposta ao indivíduo vulnerável, garantindo-lhe, ainda, o direito de exercer sua individualidade como bem entender ó desde que não exponha os demais ao risco. Nesse processo, definem-se os riscos potenciais a que estamos expostos e a punição àqueles que nos expõem. Portanto, na construção dos riscos se constroem também os culpados.

As sociedades pré-modernas instituía respostas padrão para justificar o infortúnio. Em geral associavam-no à incapacidade ou imoralidade da própria vítima. Culpabilizar a vítima produzia um efeito disciplinador entre os membros e preservava os afetos em torno da comunidade.

A noção de infortúnio é útil para compreendermos o discurso midiático que associa a insegurança ó ou o risco, para usar a terminologia da autora ó à favela. Em torno dela se constroem as solidariedades que garantem a coesão de uma comunidade de vítimas virtuais (VAZ, 2005:4).

A recorrência aos números e estatísticas, às análises e aos prognósticos de especialistas não nos distancia dos pré-modernos e das interdições que criavam para defender suas comunidades. É ingenuidade supor que suas interdições baseavam-se num discurso mítico, enquanto as nossas estão calcadas sobre a razão. Nossa concepção de risco apenas revela que tipo de comunidade estamos aptos a fundar, reiterando a narrativa de uma sociedade que se representa pela lógica e pelo raciocínio.

Nossa sociedade também elege seu portfólio de riscos e define de antemão os culpados. A relevância que o cruzamento entre favela e a segurança assumiu na mídia, bem como todo o aparato tecnológico e mercadológico criado em torno dele, não deixam dúvidas a respeito da nossa eleição: já temos o fator de risco número um, assim como já identificamos os culpados.

A prevalência da voz da polícia na reconstrução dos fatos e a recorrência a estatísticas sobre o crime são dois mecanismos através dos quais o jornalismo tem construído ó consciente ou não - o argumento em torno dos riscos a que estamos expostos e apontado os culpados por esta situação.

Na declaração do governador, reproduzida alguns parágrafos acima, e em inúmeras outras ãinformaçõesõ presentes no noticiário, o morador da favela assume o papel do portador de risco, ou seja, o do indivíduo que expõe a comunidade ao risco. O conceito transcende os limites da segurança pública. No risco contemporâneo estão implícitos desde o medo da violência urbana até o temor da implosão do sistema de previdência social, da falência da rede pública de saúde, da degradação da educação, todos eles produzidos por um comportamento inadequado de alguns indivíduos ao bem estar comum.

As altas taxas de natalidade, o baixo nível de escolaridade, as doenças causadas por desnutrição e ausência de saneamento, todos estes fatores contribuem para que a favela represente um risco ao desenvolvimento do país. Mesmo a dificuldade que seus moradores encontram para ingressarem no mercado formal de trabalho representa um problema para a coletividade: além de não contribuírem para os sistemas de seguro

coletivo, ainda ameaçam sua falência. Como bem justificou o governador do Rio, o Estado não dá conta.

Aqui, efetivamente, nos diferenciamos dos pré-modernos. Enquanto eles utilizam seu sistema de perigo e culpa para assegurar a adesão dos membros à comunidade, protegendo sua coesão, nosso sistema de risco e culpa volta-se à proteção do indivíduo. Ou, se preferir, da comunidade de vítimas virtuais, os cidadãos que pagam seus impostos e contribuem para o sistema produtivo.

Lembrando FOUCAULT (1979), é através dos discursos de verdade que o poder se legitima. A verdade forma saber e está circularmente ligada às formas de poder. A percepção dos riscos inerentes a uma sociedade não é naturalmente apreendida, mas institucionalmente construída. No caso do Rio de Janeiro, a mídia exerce um poderoso papel no estabelecimento dessa causalidade, que associa insegurança à pobreza, em geral, e à favela, em particular.

BECK (1992), que conceitua a nossa como a sociedade do risco, desenvolve algumas idéias muito interessantes para se pensar essa associação. Sua tese central é de que a preocupação contemporânea deslocou-se da distribuição de bens para a distribuição de riscos. Cabem aqui duas perguntas principais: de que risco estamos falando? Como a sociedade os distribui?

O ponto de partida do autor é a perspectiva ecológica, mas o caminho traçado por ele nos ajuda a pensar todos os outros riscos da contemporaneidade. Diferente da antiga noção de perigo, a de risco está ligada de modo intrínseco ao processo de industrialização. Muitos dos novíssimos riscos, decorrentes das novíssimas tecnologias, escapam completamente à percepção humana.

A presença de gases tóxicos na atmosfera, de agrotóxicos nas plantações, bem como seus lentos e graduais efeitos no corpo humano, não podem ser captados simplesmente por nossos olhos e cérebros. O julgamento qualificado do especialista é que nos dá a conhecer os riscos atuais e futuros. Disso deriva uma outra característica: o poder da mídia, que a partir do testemunho do especialista nos revela os riscos a que estamos expostos.

É uma contribuição interessante ao argumento de DOUGLAS (1992), segundo o qual as sociedades elegem seu portfólio de riscos. Uma seleção e uma escolha antecedem o testemunho racional e objetivo do cientista, encarregado de apontar e

mensurar o nível de risco que nos cerca. A mediação do jornalismo garante a eficácia da mensagem.

Uma última observação a respeito da natureza dos riscos pós-modernos é que podemos dividi-los pelos efeitos imediatos e futuros. A idéia de um risco potencial tem sido bastante explorada nos discursos políticos, como aquele do governador do Rio de Janeiro, analisado nas primeiras páginas deste capítulo. A conexão entre as altas taxas de natalidade na favela e seus efeitos aponta para um risco potencial, intrínseco à proliferação da pobreza.

Certamente, trata-se não de uma constatação científica, mas de um paradigma normativo. Mais uma vez, o que está em jogo é a preservação de uma moral que defende apenas a comunidade dos consumidores.

Sobre a divisão dos riscos na sociedade contemporânea, BECK (1992) aponta para um desequilíbrio que, se não repete a divisão tradicional de classes, se aproxima bastante dela. Os mais pobres são os mais atingidos pelo risco, não só porque estão expostos às longas jornadas de trabalho sem proteção ou cuidados adequados, têm uma alimentação pobre em nutrientes e saturada de produtos químicos, são atendidos por unidades de saúde precárias ou circulam em áreas com maiores índices de criminalidade. Estão sob risco, também, porque recebem o refugo da atividade industrial, em lixões, nos rios e lagoas, no ar.

Embora o risco tenha efeito bumerangue e, por isso, se volte também para aquele que o causou, os pobres sentem primeiro as suas conseqüências. Os mais ricos conseguem negociar suas garantias no âmbito privado. E há mesmo quem ganhe com ele. No caso do Rio de Janeiro, basta pensar na indústria de blindagem de carros, nos sistemas de rastreamento de frotas, nos altos preços dos seguros e no custo dos condomínios que prometem segurança 24 horas. Para os empresários destes segmentos, o risco tornou-se um grande negócio.

Também podemos pensar a pobreza, ela própria, como esse risco contemporâneo, gerado pela modernização da vida em larga escala. Mas, nesse caso, não se trata de um efeito colateral da tecnologia, como nos exemplos analisados. A pobreza é a outra face do capitalismo (SANTOS, 2005:74), é o modo pelo qual o sistema econômico inclui amplas camadas da população no seu jogo, realizando uma exclusão inclusiva.

O que há de mais instigante na análise de BECK (1992) para se pensar a narrativa midiática sobre a insegurança é a interseção de duas idéias: a dependência de um discurso especializado para desvendar os riscos que corremos e a reflexão sobre os riscos potenciais.

As estatísticas sobre crime a partir das quais se definem as áreas mais perigosas da cidade ilustram essa noção pós-moderna de gestão de riscos. A materialização desse discurso cientificamente validado se dá na forma de um total abandono da rua durante a noite em vastas regiões vizinhas a favelas. Não é preciso sair à rua para comprovar os riscos. Os estudos e mapeamentos baseados em estatísticas já fizeram este trabalho por nós.

Já a idéia de risco potencial é útil para examinar a política de segurança do estado. O desrespeito aos direitos básicos da população favelada se sustenta sobre um discurso de uma periculosidade comum ao morador da favela, uma qualidade intrínseca daqueles que nascem sob o signo da pobreza.

O caso mais recente de violação de direitos sustentada pela idéia de risco potencial se deu durante os Jogos Pan-americanos do Rio de Janeiro. Para conter os riscos a turistas e atletas, a Tropa de Segurança Nacional ocupou entradas e outros pontos estratégicos de morros e favelas.

Após o encerramento dos jogos, o governador do Estado solicitou a permanência do efetivo em torno do morro do Alemão. Os moradores do local passam freqüentemente por revistas na chegada ou saída das suas casas e circulam pela vizinhança vigiados pelos soldados. Um verdadeiro cerco que se justifica òplenamenteò pelas estatísticas de crime na região. A ação òpreventivaò, neste caso, significa uma gestão eficiente de um risco socialmente rejeitado.

BAUMAN (2003), que analisa a ascensão do debate sobre segurança na contemporaneidade, atravessa um caminho diferente, mas chega a um diagnóstico bem próximo sobre a politização do discurso sobre os perigos sociais: tangibilizar a fonte de insegurança, considera o autor, dá mais tranquilidade aos cidadãos órfãos do estado. Já se sabe o que temer e a quem combater. Na Europa, os bairros imigrantes se encaixam com perfeição neste papel. No Brasil são as favelas.

Personificar a ameaça pós-moderna é o que a favela faz diariamente na cobertura midiática. O tráfico de drogas passou a representar o mal que nos ameaça constantemente e a imagem do traficante está definitivamente ligada à da favela. A

correspondência entre os dois já se naturalizou na mídia, dada a frequência com que os termos estão associados ao longo de diferentes cadeias discursivas.

A generalização é tamanha que, freqüentemente, não são apresentados os nomes e sobrenomes dos ôinimigos da sociedadeô. Em muitas notícias sobre ataques nas vias expressas e confrontos com a polícia, as ações são atribuídas aos traficantes deste ou daquele morro. O perigo dessa inversão ocorre justamente porque a parte passa a caracterizar o todo.

Na metonímia carioca, o traficante é a imagem da favela onde se estabeleceu e empresta a ela todos os seus atributos de periculosidade. Constrói-se uma cadeia de significantes que se evocam uns aos outros para definir a imagem da favela como lugar de onde vêm os riscos que assombram a sociedade. Os limites éticos entre moradores e bandidos foram dissolvidos numa representação unitária. Quando não se sabe ao certo quem é o bandido, todos virtualmente tornam-se bandidos.

A narrativa que se repete no noticiário diário reitera o argumento de que a favela e o favelado representam, hoje, a grande fonte de insegurança da cidade, o mal que precisa ser combatido, ou pelo menos mantido à distância, isolado.

Por trás da argumentação está a constatação de que os traficantes montaram seus quartéis gerais nas áreas mais pobres e toda vez que se sentem ameaçados ô seja pelo poder policial, seja por uma facção rival ô instauram o pânico na ôcidadeô.

As metáforas utilizadas para descrever a ação destes grupos sugerem uma verdadeira guerrilha urbana. É uma guerra particular, no entanto. Dela não fazem parte fornecedores ou consumidores das drogas, ambos moradores do asfalto.

Da mesma forma que não se identifica a rede de relações que suportam o tráfico, também não se estabelece a conexão entre a pobreza, que abre as portas para a criminalidade, e o capitalismo global, que a produz. Diz respeito, apenas, ao comércio de varejo nas favelas. Mas vitimiza os cidadãos ôque nada têm a ver com tudo istoô.

É também uma guerra territorializada. Não por acaso o mapa produzido pela *Folha de São Paulo* foi parar nas páginas de um livro de Geografia. Toda vez que se tem notícia de um evento de violência, o grupo responsável pelo terror é identificado à favela ou morro ao qual pertence ou do qual é ôdonoô.

Não há nada de gratuito nessa associação. Ela justifica a repressão policial e a marginalização de que o favelado é vítima. Mobiliza a opinião pública em favor de uma

política de combate à insegurança marcada pela violência e assegura o cidadão que paga seus impostos de que o Estado está trabalhando para garantir seu direito de ir e vir.²³

Mais uma vez: não se trata de tapar os olhos à repressão e ao medo que os traficantes de fato infringem à população ó principalmente à favelada. Nossa proposta é a de elucidar os mecanismos pelos quais o discurso midiático ao mesmo tempo faz um recorte da vida nas favelas, reduzindo-a à dimensão da violência, e interfere neste mesmo real, como analisa FAIRCLOUH (2001).

O autor alerta para os erros de ênfase indevida na análise das relações entre discursos e estrutura social: não se deve acreditar cegamente na determinação social do discurso. A única forma de apreensão e representação do real é através da linguagem, ela mesma um mecanismo longe de ser transparente.

Mas da mesma forma que é preciso desconfiar da letra, é preciso também problematizar a idéia de construção do social pelo discurso. Antes, deve-se considerar que o discurso não apenas reflete uma realidade, tal qual um espelho, mas participa da construção deste mesmo real.

De outra forma infringe-se em pelo menos um dos erros: ou o discurso é apresentado como reflexo de uma realidade social mais profunda ou é representado idealizadamente como fonte do social.

2.2 Favela midiaticizada

Considerando que o jornalismo é a narrativa contemporânea e aceitando a hipótese de que essa narrativa constrói a favela como a principal fonte de risco contemporâneo, nos propusemos a empreender um estudo dos mecanismos discursivos pelos quais este consenso é estabelecido.

Nossa proposta de pesquisa se apoiou em duas bases, uma teórica e outra metodológica. Do ponto de vista teórico, trabalhamos com a idéia de sociedade de risco, desenvolvida por Mary Douglas e outros autores contemporâneos. Segundo ela, nossa sociedade define-se pelos riscos que elege e pelo sistema de punição estabelecido para os culpados. Dentro da nossa análise, consideramos que a favela ocupa, hoje, no noticiário, o lugar de risco na sociedade.

23 Nas palavras do atual secretário de Segurança de Estado, ãNão posso fazer um bolo sem quebrar os ovosõ (Diário de Cuiabá, 2007)

Do ponto de vista metodológico, incorporamos as contribuições da análise do discurso de Fairclough ó que por sua vez utiliza as ferramentas da análise textual francesa e a herança foucautiana. Nela buscamos o referencial metodológico para a elaboração do questionário e interpretação da pesquisa.

Nossa preocupação foi a de decifrar nos discursos não apenas as estruturas normativas sociais e institucionais que os regem, mas também as lutas em torno da verdade dentro deles. Seguindo as pistas de FAIRCLOUH (2001), que propõe a análise de discursos como práticas sociais, práticas discursivas e textos, buscamos no noticiário as marcas a partir das quais se constroem as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença na contemporaneidade.

Nosso objeto de estudo foram os programas do RJ TV 2ª Edição, noticiário local exibido à noite pela Rede Globo de Televisão. A escolha do telejornalismo se deu por um motivo primordial: a despeito da proliferação de jornais na cidade, muitos deles a preços populares²⁴, a TV ainda se constitui no principal meio de informação para a maioria da população.

Uma sondagem de opinião realizada pelo Observatório Social da Maré, mantido pelo Ceasm, em 2003, confirma o dado: 73% da população utilizam a TV como principal meio de informação. O rádio aparece em segundo lugar, com 17% das respostas, e por último vem o jornal, apontado por 16% da amostra.

A expressividade da TV nos lares justifica sua influência na cultura. E, dentro do espectro de emissoras de canal aberto, a Rede Globo²⁵ ainda se mantém no topo da audiência. É dela o programa que investigamos para retratar a imagem da favela na mídia. Nas reportagens analisadas, procuramos encontrar os mecanismos pelos quais o noticiário constrói ou reitera ó se considerarmos a dinâmica entre o discurso e real histórico ó o lugar da favela como território de risco.

Foram analisados jornais de 23 dias, selecionados de forma aleatória ao longo das semanas e nos 12 meses do ano de 2004. Das 189 reportagens da amostra, selecionamos as 33 que se referiam à favela, através de texto ou de imagens.

²⁴ O número de leitores de jornais do Grande Rio subiu, segundo os dados do Almanaque IBOPE, de 54,9% da população, entre janeiro e março, para 62,4% entre junho e agosto. No entanto, segundo a PricewaterhouseCoopers, somados, os jornais e revistas representam apenas 6% da audiência global de notícias.

²⁵ Segundo o Ibope /MediaQuiz, no mês de outubro de 2007, a TV Globo alcançou a média de 46,36% de audiência

Cada reportagem selecionada foi submetida a um questionário de 21 perguntas²⁶ cujo objetivo era levantar as relações discursivas estabelecidas entre a favela e insegurança. A análise centrou-se sob dois momentos. O primeiro foi um levantamento da importância do tema na cobertura midiática, realizado a partir de informações como frequência do assunto no noticiário, presença na escalada, tempo de duração da matéria e uso ou não de imagem.

O segundo foi a identificação dos mecanismos textuais sob os quais a favela e o favelado são construídos na mídia. Esse mapeamento baseou-se, principalmente, no vocabulário utilizado no noticiário, nas metáforas, nas associações e nos pressupostos presentes nos discursos. Quantificamos a frequência de tais elementos em cada matéria analisada, tanto nos textos quanto nas imagens.

O primeiro dado a chamar a atenção na análise é a frequência com que a favela aparece no noticiário local. Em 88% dos dias analisados existe menção a ela. Ou seja, dos 23 noticiários selecionados, apenas 3 não apresentaram matérias relativas ao assunto. Em 52% dos casos existe, inclusive, mais de uma matéria relacionada. Mesmo isoladamente o dado mostra a importância que o tema assumiu na pauta.

Num Estado como o Rio de Janeiro, considerado a capital cultural do país, responsável pelo segundo maior PIB, as matérias sobre favela tiveram uma cobertura muito superior a de que qualquer outro tema, dada a presença e o tempo dedicado ao assunto no noticiário. Nem mesmo as eleições municipais, que marcaram 2004, tiveram o destaque permanente que a favela obteve ao longo do ano.

Além da frequência com que apareceu durante as semanas, o tempo dedicado ao tema em cada programa merece destaque: de um total de 6 horas 47 minutos e 59 segundos de telejornal, 48 minutos e 29 segundos foram ocupados por matérias que focalizavam a favela. Outro dado relevante é o destaque que o tema recebe dentro de cada jornal. Em 55% dos casos existe uma chamada para a matéria que faz menção à favela na escalada (seqüência de manchetes lidas na abertura do telejornal). Juntos, estes dados nos mostram a importância que a favela assumiu na mídia e, por que não dizer, na sociedade contemporânea.

Considerados em conjunto com as informações que qualificam o tipo de notícia relacionada à favela, no entanto, estes números nos dão outra idéia: a de que é a segurança, ou insegurança, que vem ocupando cada vez mais espaço na agenda social.

²⁶ Resultados completos tabela 1, em anexo.

Como dissemos, não é através de uma constatação objetiva que se constrói o portfólio de riscos aos quais a sociedade está exposta. Ao contrário, o discurso objetivista serve, antes, para justificar a eleição do portfólio e criar o consenso em torno dos riscos que caracterizam cada sociedade.

A escolha da insegurança como principal risco contemporâneo e da favela como responsável não é a causa da quantidade de matérias sobre o assunto. Na verdade, a quantidade, a frequência e a duração das matérias que relacionam os dois assuntos é que são responsáveis pela percepção da favela como território de risco. Para um espectador médio dos programas, não há dúvida: vivemos um momento de extrema insegurança e todo o contato com a favela deve ser evitado, sob o risco de perder a própria vida.

2.2.1 Caso de polícia

Para que não reste dúvida a respeito do tipo de preocupações em relação à favela é compartilhado pelos produtores e espectadores das notícias é necessário entender a temática recorrente das matérias. Por isso, um aspecto analisado no segundo momento de pesquisa foi a editoria em que as notícias sobre a favela se encaixariam.

Não foram consideradas as editorias formais dos jornais impressos. Do contrário, a maioria das notícias seria classificada simplesmente dentro da rubrica Cidade ou da Geral. Optamos por uma classificação mais específica quanto ao assunto tratado. Assim, chegamos a sete editorias: Crimes/ações da polícia, Educação, Saúde, Esporte, Cultura, Política e Economia. As matérias que não se encaixaram em alguma delas foram classificadas como "Outros".

Dentro desta categorização bastante simples, segundo a qual as notícias foram classificadas a partir do assunto principal, chegamos a um dado emblemático: em 73% dos casos, as matérias que se referem à favela tratam de crimes ou ações da polícia. É uma estatística que corrobora nosso argumento, ou seja, de que a insegurança tornou-se o principal risco da nossa sociedade e de que a favela na mídia é constituída como o território de risco. Só assim podemos entender a ênfase na cobertura dos eventos violentos relacionados a ela.

Óbvio que não podemos desprezar o fato de que há confrontos nas favelas entre policiais e bandidos ou entre facções rivais. Mas não podemos, tampouco, desconsiderar outras dimensões da vida nos espaços populares que poderiam tornar-se pauta.

É curioso notar que uma série de matérias sobre cultura, principalmente as relacionadas ao Carnaval 2004, que poderiam referir-se à favela numa perspectiva positiva, acabaram ficando de fora da análise. Simplesmente não responderam à premissa básica da pesquisa, ou seja, a de referir-se à favela através de texto ou imagem.

Em toda cobertura dos ensaios e dos preparativos das escolas de samba reunida na amostra não houve menção à favela. As matérias foram gravadas nos barracões ó localizados fora da comunidade ó ou no próprio sambódromo. O texto se referia ao bairro da escola, não à comunidade, favela ou morro de origem. Não obtivemos na amostra qualquer concessão à discursividade dominante sobre os espaços populares.

Note-se, ainda, que em 2004 ocorreram as eleições municipais. Muitas das reportagens sobre Política entraram na análise, uma vez que ressaltavam os desafios que os candidatos a prefeito dos municípios do Estado teriam de enfrentar nas favelas. Ou então porque tratavam das propostas para reduzir a favelização da cidade.

Se considerarmos o conjunto de reportagens que fizeram este tipo de conexão, além dos 73% de matérias sobre crimes/ações da polícia vamos encontrar outros 9% da amostra que se referem aos riscos potenciais ou futuros que as ocupações irregulares representam para o conjunto da sociedade. O discurso da favela como fonte de insegurança está, portanto, subjacente à temática principal de 82% dos noticiários analisados.

É o caso da reportagem *“Alerta da Superintendência Estadual de Rios e Lagoas. Em três regiões da Baixada Fluminense há apenas uma solução para evitar tragédias e enchentes: a retirada dos moradores”* que abre o noticiário do dia 19 de janeiro. Nela, a Serla alerta para a possibilidade de novos alagamentos na Baixada Fluminense, conectando o problema à ocupação desordenada da região.

Uma moradora aparece para confirmar o que a reportagem antecipara: a cada nova estação de chuvas, a água dos rios da região invade a casa de moradores. Quem aponta a solução para o problema, no entanto, são os especialistas: *“a retirada dos moradores é a única solução para evitar tragédias e enchentes”*. A simples presença da favela representa um risco para a região.

Mas, sem dúvida, é dentro de um discurso sobre a favela como local de violência que boa parte da narrativa midiática é construída. Na editoria Crimes/ações da polícia agrupamos tanto as matérias que tratam de ocorrências nos arredores ó roubos, mortes,

tiroteios ó explicitamente conectadas às favelas, quanto ações da polícia ou disputas entre traficantes registradas dentro delas.

2.2.2 Lexicalização e significação

Se considerarmos o jornalismo como subgênero narrativo, aceitamos a idéia de que o narrador recorre aos mecanismos formais do gênero para contar suas histórias. Sob esta perspectiva podemos analisar como se constroem o cenário e os personagens presentes nas histórias narradas.

Antes de analisarmos a construção dos personagens ó os moradores da favela - vale a pena nos debruçarmos sobre a construção da favela propriamente. FAIRCLOUGH (2001) lembra que, a despeito da argumentação de Saussure sobre a natureza arbitrária dos signos, abordagens críticas de análise do discurso defendem que os signos são socialmente motivados. Em outras palavras òhá razões sociais para combinar significantes particulares a significados particularesó (2001:103)

Partindo desta premissa, nossa pesquisa baseou-se no levantamento do vocabulário e da gramática discursiva. Por vocabulário entendemos não apenas o significado das palavras, mas a maneira pela qual são utilizadas para construir as identidades, as relações sociais e os sistemas de conhecimento dentro do discurso. Enfim, a forma pela qual se dá significado e se ordena o mundo.

O que este levantamento mostrou é que a favela é construída como um lugar diferente da cidade. Isto fica bem claro na análise dos sinônimos utilizados para o vocábulo favela nos discursos. Em 64% dos casos analisados usa-se o nome da favela, com identificação do bairro ou região em que se localiza. A apresentação das duas informações ó o nome da favela e o bairro em que se localiza ó transcende a preocupação geográfica. Ela se destina a mostrar a relevância da notícia.

A favela ganha visibilidade justamente no que representa de ameaça à população dos bairros do centro e Zona Sul da cidade²⁷. Cabe, ainda, ressaltar que uma boa parte dos eventos narrados acontece, justamente, na Zona Sul da cidade. Uma análise despolitizada, fundada na razão lógica, poderia supor que os índices de criminalidade da região são os maiores da cidade. Não se trata disso.

²⁷ Recentemente, o secretário de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, declarou que ôtiro em Copacabana é uma coisa e, no Alemão é outra.

Embora se constitua como veículo de ampla penetração nas camadas populares, o telejornal concentra sua cobertura nos eventos em torno das áreas nobres do Rio. Para esta escolha, poderíamos levantar duas hipóteses: a de que supõe uma audiência moradora destas regiões, improvável, e a de que estas áreas têm uma importância maior na cidade.

Mesmo quando enfoca a periculosidade das favelas, o jornalismo o faz a partir do estereótipo do Rio dos cartões portais. O destaque dado pela imprensa aos crimes contra turistas nos dá um bom exemplo disso. Daí a importância atribuída à presença das favelas nesta região. Um espectador desavisado poderia supor a inexistência de crimes em favelas da Baixada, por exemplo, dada a completa invisibilidade do assunto na mídia.

Além do próprio nome da favela, em 27% das notícias usa-se o termo morro como sinônimo. Em 24% dos casos a comunidade, vocábulo muito utilizado dentro das favelas, aparece numa referência não à localidade, mas ao conjunto de moradores. Em 15% dos eventos, há referência a conjunto de favelas, uma expressão que é o símbolo do etnocentrismo na construção da alteridade. Ao mesmo tempo em que homogeneiza, segrega as ocupações, destinando-lhes um espaço geográfico específico e assustador, dadas as suas dimensões. Trata-se de um tipo de modalização que ressalta a extensão que o problema assumiu nos dias atuais.

Apenas em 6% dos casos aparece o termo bairro, apesar de boa parte das localidades citadas já ter legalmente recebido o título. A demarcação da diferença entre favela e bairro explicita um interdiscurso compartilhado entre a instância produtora e a receptora do discurso. Bairro caracteriza-se como uma ocupação regular, administrada pelo estado. Na favela, o traficante impõe a ordem ou a desordem - e por isto a presença da polícia é tão constante. O discurso midiático aponta, portanto, para a idéia de que favela não é bairro e, assim, não pode reivindicar o tratamento dado a outros bairros.

Em 58% das reportagens em que a favela aparece, por exemplo, existem imagens da polícia. O que poderia soar ameaçador e deprimente banalizou-se ante uma audiência acostumada a cenas recorrentes nos telejornais ou em outras produções midiáticas. Em 30% dos casos em que existe menção à favela há imagens da polícia com armamento letal empunhado. Só para lembrar: não estamos falando de operações

de guerra, mas de incursões cotidianas em plena cidade. Em outros 24% dos casos os policiais estão armados, embora não estejam empunhando o armamento.

Consideramos o vocabulário como outro dado relevante para entender a caracterização da favela como territórios de onde emana a insegurança. No caso das metáforas, freqüentemente remetem à idéia de guerra, corroborando as imagens vistas no noticiário. Alguns analistas do discurso vêm chamando a atenção para o que consideram a militarização do discurso que, em última instância, reflete a militarização do pensamento e da prática social na contemporaneidade.

No caso das favelas, a aplicação das metáforas militares torna evidente a postura defendida diante da ameaça que estas ocupações representam para o imaginário social. A narrativa ó tanto do ponto de vista da imagem quanto do texto ó corrobora a política de segurança centrada no combate armado, na guerra contra os traficantes.

Analizamos quais foram as metáforas mais freqüentes para caracterizar episódios ocorridos dentro ou próximos à favela envolvendo policiais e criminosos. Em 18% dos casos aparece a metáfora operação (da polícia), um jargão policial que, por sua vez, remete a operações militares. Em 15% das notícias há ocorrência do termo confronto. Combate e ataque também são utilizadas cada um em 6% das notícias analisadas, ambos os termos provenientes do discurso militar.

Já os episódios envolvendo grupos de traficantes rivais são narrados a partir do vocábulo guerra de maneira explícita, que aparece em 27% das notícias analisadas. Confronto aparece em 6% dos casos e chacina em outros 3%.

Por fim, a terminologia utilizada para descrever o ãclimaõ dentro e nos arredores da favela também revela a caracterização destes espaços na mídia. Em 9% das notícias, usa-se a palavra medo para denominar o sentimento corrente dentro dela. Pânico, revolta, violência e risco aparecem, cada um, em 6% dos casos. Tensão e tristeza em outros 3%, cada.

Para descrever o ãclimaõ nas regiões próximas, pânico e violência são as palavras escolhidas em 6% dos casos, cada. Medo e terror figuram em outros 3%, cada uma. Não há dúvida sobre o lugar de onde vem a insegurança contemporânea.

Se a descrição dos vocábulos utilizados para caracterizar a favela revela alguns dos preconstruídos recorrentes, a análise dos enunciados não deixa dúvidas a respeito do lugar que ela ocupa no espaço social.

Numa matéria sobre o assassinato a tiros de um gerente da Caixa Econômica, em um cruzamento em Brás de Pina, exibida em 13 de julho, repórteres flagaram policiais de uma delegacia próxima do local utilizando corrente com cadeado no portão para se protegerem. O fato, que a priori não tem relação alguma com o assassinato ocorrido na área, é utilizado para introduzir uma informação irrelevante para a elucidação do crime. Segundo a reportagem a Secretaria de Segurança informou que o cadeado e a corrente foram usados como proteção, já que existem 14 favelas naquela região".

O nexos entre a narrativa do assassinato e o uso da corrente no portão da delegacia é dado pela proximidade de ambos os eventos de uma região cercada de 14 favelas, portanto, onde paira a insegurança. É um território onde a população corre risco e nem mesmo a polícia sente-se segura.

Outra reportagem, a respeito da construção de um novo espaço Criança Esperança na Vila Cruzeiro, veiculada em 5 de abril, lembra que no local foi morto o jornalista Tim Lopes. Mesmo quando tem um cunho positivo a respeito da iniciativa que vai se dar, o texto faz questão de mencionar que aquele é um espaço de violência.

2.2.3 O favelado e as vozes do discurso

Embora a própria caracterização da favela nos forneça a moldura na qual se inserem os personagens da nossa narrativa as vítimas e bandidos o vale a pena uma análise mais detalhada dos moradores dos espaços populares. Dentro das narrativas, ocupam um lugar dúbio, indefinido.

A posição do favelado no discurso dos noticiários analisados constrói uma imagem precisa em relação aos seus atributos, mas difusa em relação a papéis de vítimas e bandidos dentro da favela. Em 68% dos casos os moradores aparecem nas reportagens, mas apenas em 3% são apresentados como vítimas da violência. Em 36% das vezes, as matérias apresentam os moradores tanto no lugar de vítimas quanto no de bandidos e em 18% os moradores apresentados são identificados como bandidos.

Uma análise qualitativa das imagens e depoimentos de moradores da favela e do asfalto nos ajuda a entender melhor como se constrói o lugar de vítima na sociedade. Convocados a falar sobre os episódios em que foram envolvidos, os moradores de outros bairros narram histórias de dor, desespero e impotência ante uma

violência que os atinge de forma direta ou indireta, através da ameaça à própria integridade ou da morte de parentes e amigos.

Médicos que mudaram de endereço para evitar idas e vindas pela Linha Amarela, vizinhos que lamentam a morte de amigos durante tiroteios na via Expressa, parentes que choram no enterro de familiares são o emblema das vítimas do maior dos riscos atuais.

Olhando com atenção, podemos notar o contraste no tratamento dados às vítimas de outros bairros em relação às vítimas da favela. Em 21 de janeiro, a matéria *Sequência de crimes na Linha amarela: um carro forte é assaltado e um homem tem a moto roubada logo após a morte de uma mulher durante tiroteio* mostra já no título o privilégio das vítimas na sociedade contemporânea.

O texto sobre o incidente na via expressa diz que o marido da vítima e cinco moradores de uma favela também foram baleados. No entanto, só o marido é identificado como Délio Pereira do Amaral. Não há notícia sobre o estado dos moradores. Tampouco se sabe a identidade deles, nem ao menos se participavam do tiroteio ou simplesmente foram atingidos porque estavam próximos ao confronto. Também não há informações sobre a favela em questão.

Mais à frente, com as declarações da polícia, torna-se possível identificar a Maré como palco da tragédia. Favela, como vimos, não é bairro. E seus moradores são cidadãos de segunda categoria.

A polícia apresenta a única versão para o crime: bandidos que atiravam da favela na direção dos policiais teriam acertado o motorista e sua mulher, que estavam atrás deles. A animação por computador simula a situação. Só não explica como os moradores foram baleados. O espectador, neste caso, teria duas alternativas: considerar que a polícia atingiu os moradores, que neste caso eram bandidos, ou acreditar que os moradores também tenham sido vítimas de balas perdidas.

A matéria termina com a informação dada pela polícia de que "Para evitar que motoristas sejam atingidos em caso de tiroteios, as equipes de polícia não vão ficar mais baseadas na via expressa. E o número de policiais no complexo de favelas da Maré vai passar de 100 para 240". O motorista, que representa aqui o cidadão comum, morador de outras regiões, assume o lugar de vítima. É para protegê-lo que a polícia monta um esquema de segurança especial.

No dia seguinte, uma suíte da matéria: *õA polícia muda o patrulhamento da Linha Amarela e entra em confronto com traficantes: cinco bandidos morrem.õ* Mais uma vez a Maré entra no noticiário pela editoria de polícia. Em ambas as matérias, ouve-se o depoimento de motoristas ou moradores de áreas próximas à favela, õobrigadosõ a conviver com a rotina de tiroteios.

Não foi à toa que, naquele ano, o deputado e policial Coronel Jairo (PSC) enviou projeto à Assembléia Legislativa autorizando o Executivo a construir muros de concreto entre a Linha Vermelha e o Parque Alegria, a Vila do João, o Complexo da Maré, a Favela do Retiro e o Parque Boa Esperança. O texto também autorizaria o governo a fazer um convênio com a Prefeitura para construir o muro na Linha Amarela.

Os constantes episódios de tiroteios nas vias expressas ganharam as páginas dos jornais e as telas das TVs nos primeiros meses daquele ano. *O Globo*, em 7 de fevereiro, publicava, na página 17 da editoria Rio, um texto a respeito da polêmica que a proposta do muro levantava. A matéria, cujo título era *õProjeto prevê um muro para a Linha Vermelhaõ*, começava de maneira emblemática: *õUm muro como escudo entre o asfalto e a favelaõ*.

Trata-se, sem dúvida, de uma cidade em que dois pólos se enfrentam e na qual um deles parece estar em desvantagem. Daí a necessidade de um escudo. Percebe-se, neste caso, a presença de um interdiscurso que, de tão repetido nas notícias sobre violência nas favelas, quase perde seu caráter ideológico.²⁸

Embora revelem uma violência que ameaça tanto o morador da favela quanto o motorista da via expressa, os episódios que tratam de crimes na Linha Amarela deixam bem claro o privilégio das vítimas do assalto. Da mesma maneira, ressaltam o risco que eventos assim representam para os moradores do asfalto.

Os critérios de seleção das notícias, bem como toda a estruturação dos textos apresentados revelam o tratamento de cidadãos de segunda classe dispensado aos moradores dos espaços populares. A própria definição do que é notícia nestes espaços demonstra uma visão reducionista da vida nestas localidades. É certo que o medo e a violência habitam as favelas cariocas. Que o digam os moradores. Mas, sem dúvida, há outras dimensões da realidade favelada que o discurso hegemônico a respeito dela oculta.

²⁸ Vale notar que, dois anos depois, os deputados do Rio de Janeiro aprovaram, sem nenhum voto contra, o projeto de lei do Deputado Dica (PFL), que previa a construção de muros nas linhas expressas da cidade próximo a favelas.

O ano de 2004 ficou marcado como de grandes conflitos na Rocinha, no Vidigal e na Beira Mar, com muitas mortes, boa parte delas provocada por policiais. As matérias que analisamos no telejornal mostram como a violência dos traficantes atemoriza moradores e vizinhos. Mas é curioso notar que em 18% das matérias veiculadas no ano existem manifestações de moradores, protestando contra as mortes ocorridas em incursões policiais. São, no entanto, protestos anônimos, irracionais, de uma massa desordenada e furiosa.

Em 12% das matérias, os moradores aparecem protestando contra a violência policial de forma agressiva: impedindo a entrada na favela ou a passagem de motoristas em vias próximas com uso de barricadas, gritando e gesticulando numa atitude de desafio à polícia, subindo no teto de coletivos. Ainda que colocados na posição de vítimas, os moradores não se ajustam a este lugar, o lugar do impotente diante da injustiça. Sua atitude revela, ela própria, o risco que representam para a sociedade. Esse deslocamento enfraquece a denúncia contra a violência do estado e mobiliza os afetos em torno de uma ação enérgica.

Não estamos negando o fato de que a população foi às ruas e ôparou a cidadeö, como no caso do enterro de um dos mortos nos confrontos da Rocinha. Trata-se de problematizar a construção de uma narrativa que, no interior do discurso, constrói o lugar de vítima e bandido e em que o favelado, invariavelmente, é o bandido.

A confusão entre quem são as vítimas e quem são os bandidos é realçada pela presença da polícia nas manifestações: em 12% das matérias, o reforço policial é chamado para garantir a segurança da população que circula nas áreas próximas à favela. Numa matéria exibida no dia 15 de abril, *õSétimo dia de tensão na Rocinha: lojas e escolas amanheceram fechadas depois da morte do chefe do tráfico da favelaö*, com duração de 7ø30ö, a reportagem informa que a ôPolícia foi obrigada a fechar as ruas transversais para evitar transtornos para os demais motoristasö.

As imagens mostram moradores na saída do enterro de um homem identificado no texto como traficante, em ônibus lotados, escoltados por policiais. Pessoas saindo pelas janelas e no teto dos ônibus ilustram o texto. Na mesma notícia, a repórter apresenta um perfil mais detalhado do morador da Rocinha, segundo pesquisa da FGV: ôA taxa de desemprego é de 17,2%, maior que a do país. Tem a quarta pior renda per capita da cidade: R\$ 433 por morador. Tem a menor média de escolaridade do Rio, 5,7 anosö.

Os dados, que poderiam causar comoção, encaixam-se numa formação discursiva que constrói a imagem de uma população à beira do caos. Não tem renda, tão pouco educação. Respondem com violência a todos os seus problemas.

A presença significativa dos moradores no enterro do homem identificado como bandido, sua empatia com a vítima, manifestada de forma violenta na cobertura midiática, colaboram para dissolver a linha imaginária que separa o morador do bandido. E constroem um perfil deslocado de uma vítima que não se ajusta a este lugar.

Por outro lado, na mesma matéria aparece um morador da cidade reclamando da vitimização imposta pelo favelado. Mostra uma carta enviada pela escola Carolina Patrício, de São Conrado, justificando a suspensão das aulas em função de ameaças de bandidos feitas à direção, caso decidisse abrir as portas. Com uma voz distorcida, o cidadão, que não se identifica, mas que se pode reconhecer como pai de aluno ou funcionário da escola, faz sua queixa: "Pessoas estão aterrorizando a cidade e o bairro e a gente ainda tem que compactuar com isso".

Note-se que o morador da Rocinha também é referido no texto, mas não faz uso da primeira pessoa, nem mesmo sob proteção da identidade, como no caso do morador do asfalto. Não tem poder de fala, responde apenas com a violência grupal. Essa é uma imagem bastante presente no senso comum, reiterada pelos números apresentados no perfil da FGV. A baixa escolaridade faz supor uma dificuldade em articular um discurso que valha a pena se ouvir.

ONGs, representantes da polícia, especialistas, todos ou outros personagens da matéria se manifestam a respeito do assunto, apontam soluções para os problemas. A divisão de poder fica clara na tomada de turno no discurso.

O exemplo reitera os resultados gerais da pesquisa quanto à presença do morador no noticiário da favela. Em 24% das matérias em que a favela é mencionada o morador aparece sem nenhuma identificação. Constitui-se como figurante das ações narradas. Em 12% das matérias alguns são identificados, outros não.

Em apenas 24% de todas as matérias analisadas, os moradores têm voz e em outros 6% o líder comunitário é ouvido. Mas é preciso diferenciar a maneira pela qual essa voz é expressa. Em apenas 15% dos casos fala em primeira pessoa. Nos demais, o repórter ou apresentador reproduz as declarações de moradores. Nota-se um claro contraste em relação à voz oficial do estado sobre a favela: em 52% das matérias ouve-se a polícia e em 15% também estão presentes outras autoridades do estado.

A ausência da imagem do morador da favela, como fonte, nas reportagens que se referem a ela e a distorção da voz e da imagem nos casos em que aparece contribuem para tornar ainda mais imprecisa a identidade do favelado. O recurso de ocultar a identidade da fonte, distorcendo a voz e desfocando a imagem, usado em 12% dos casos, produz um efeito curioso: ao mesmo tempo que protege o entrevistado, permitindo que se expresse sem pôr em risco a própria integridade, também corrobora a idéia de um morador anônimo, cuja identidade não está bem definida.

Só em 3% das matérias há moradores se pronunciando sobre sua própria situação sem precisar esconder sua identidade. É o caso do presidente da associação de moradores da Rocinha, que enumera os projetos sociais do estado que a comunidade poderia receber. O depoimento é contextualizado pela série de eventos de violência na região e a reivindicação da atuação do Estado aparece como resposta ao estado caótico da comunidade.

2.2.4 Cenas de pânico

As imagens utilizadas nas matérias que narram eventos envolvendo as favelas merecem uma análise à parte. Há dois níveis de leitura: um primeiro nível seria o imediato, a história contada a partir do que é visto. Sob esta perspectiva, como já foi dito, a favela aparece como caso de polícia: a presença constante da força policial, armada, em muitos casos sobrevoando as áreas faveladas, contam uma história de medo e tensão e dão conta do cerco empreendido pelo estado às áreas que representam um risco em potencial.

O segundo nível de leitura refere-se ao local a partir do qual as imagens são captadas. Em 52% das matérias vê-se imagens da entrada ou da periferia da favela. Em 42% há o uso de imagens aéreas. Apenas em 15% dos casos existem imagens feitas no interior da favela.

Mais do que aquilo que mostram, estas imagens revelam uma mensagem subliminar: as favelas tornaram-se território proibido, só vistas à distância, tamanho o perigo que representam. Nos casos mais dramáticos, o helicóptero da TV filma o sobrevôo do helicóptero dos policiais com fuzis apontados em direção à região.

A predominância de imagens de arquivos ou gravadas posteriormente aos eventos narrados também marca esta construção. Em 33% usam-se imagens de arquivos

nas reportagens. Em 33%, imagens gravadas posteriormente ao evento. Em 6% dos casos, os infográficos se encarregam de reconstruir a história. Só em 18% das reportagens há imagens do acontecimento narrado.

A partir da análise, podemos definir os pilares principais a partir dos quais a mídia constrói a imagem da favela como lugar de risco na contemporaneidade:

- a. O destaque dado à favela na cobertura midiática.
- b. O predomínio de pautas ligadas ao crime e ações da polícia de forma específica, e aos problemas decorrentes das ocupações irregulares, de forma geral.
- c. O uso da expressão favela e seus correlatos mesmo em relação a regiões que obtiveram o estatuto de bairro.
- d. O privilégio de vítima dado aos moradores do asfalto em detrimento dos moradores de favela.
- e. O anonimato dos moradores da favela e a confusão entre os papéis de vítima e bandido.

Mas, como argumentamos, não é a partir dos fatos que a mídia revela os riscos a que estamos expostos. É a partir de uma escolha ó ou de um portfólio de riscos ó que determinados fatos são selecionados em detrimento de outros.

Poderíamos, então, nos perguntar, de onde vem essa representação estreita que se criou sobre os espaços populares? O que há de tão ameaçador nas favelas? A presença imponente e a arquitetura decadente dos morros, que crescem diante da cidade, são emblemas da decadência que ameaça a sociedade em todos os níveis, do empobrecimento que engole amplas camadas da classe média. Na sociedade desassistida pelo estado, a favela, ao mesmo tempo, se coloca como ameaça e como testemunha do fracasso social.

O medo de contaminação é tão grande que basta a proximidade para ser afetado. Nos bairros do subúrbio, em várias áreas da cidade densamente povoadas por favelas ó ou cercadas, como preferem os jornais ó a desvalorização imobiliária, a degradação do comércio, a fuga das indústrias são sintomas desse medo subjetivo que a favela, em certa medida, tangibiliza. Em termos objetivos, esse sentimento de insegurança se traduz no medo da morte, o medo da violência urbana.

É certo que existe uma linha editorial que permeia todo o processo de produção da notícia²⁹. O jornal, ou mais especificamente o jornalista, olha para a realidade múltipla, fragmentada e tenta dar a ela organização e sentido. A linha editorial pode ser entendida como o lugar a partir do qual se olha para o real e se faz o recorte.

É também o que orienta o chefe de reportagem a selecionar determinados assuntos e não outros, o repórter a ouvir algumas fontes e não outras, o editor a destacar na página algumas matérias e não outras. É o fio condutor do processo e também o resultado final dele. Certamente, traz muito da ideologia, tão naturalizada que se desfaz do seu sentido ideológico e incorpora-se ao senso comum.

Mas esta passagem da ideologia para o senso comum não é mero efeito de retórica tantas vezes repetida. É também uma resposta a uma ansiedade latente, ansiedade de classe, sem dúvida - portanto ideológica - que tem vez e voz para expressar-se. Mas não é mero efeito de etnocentrismo que vê no outro perigo constante. É talvez produto de um processo social, pós-moderno, e produzido, não de todo sem manipulação, a partir da transferência da insegurança contemporânea para a figura do outro.

É muito mais complexo do que dizer, simplesmente, que o jornalismo atual empreende conscientemente um movimento anti-favela, embora não falem defensores desta teoria, inclusive no próprio meio. Se há algo assim, não é nada novo. A novidade pode estar no foco contra o qual se volta a artilharia: a violência contra o tráfico. Mas a associação entre favela e decadência perpetua-se há anos na sociedade brasileira. Na contemporaneidade, o medo da decadência, traduzido no medo da violência, tornou-se o risco número um.

PAIVA (1998), citando Baudrillard, diz que o que a sociedade procura continuamente produzir é ressuscitar o real que lhe escapa (1998:52). A construção de simulacros, apreendidos como real histórico, não pode ser vista apenas em termos de ilusão das massas intencionalmente produzida pela mídia. Existe, por trás dela, uma tentativa de ordenar o mundo e pôr sob controle as fontes de insegurança.

29 [0]BOORSTIN (1992) considera que todo e qualquer evento jornalístico é produzido pela mídia. Sua análise vai além do processo industrial a partir do qual um evento é transformado em notícia. Para ele, mesmo uma entrevista é considerada um pseudo-evento, na medida em que aparece a partir da articulação de um profissional da mídia. No entanto, acredita que há eventos reais, fora do midiático, embora não esclareça onde está o limite entre os dois. Aqui vamos considerar o conceito de produção como vislumbrado na narratologia. Neste sentido, é o processo industrial que fabrica narrativas a partir de fatos cotidianos.

Pode-se considerar que ideologia atingiu seu ponto máximo no que diz respeito à favela: a imagem midiática tornou-se a tal ponto naturalizada que tomou o lugar do real. A construção da favela é realizada em termos de um metadiscurso que remete não à favela, mas à representação dela dentro da mídia. A partir desta perspectiva é que se deve entender o uso excessivo de imagens de arquivos nas reportagens. Não é ao real que a mídia recorre, mas a sua própria reconstrução da realidade.

FAIRCLOUGH (2001)³⁰ considera, no entanto, que não se deve supor que as pessoas têm consciência das dimensões ideológicas de sua própria prática. A reprodução ideológica, muitas vezes, acontece às costas dos homens. (HALL, 2006:37)

O mesmo não se pode dizer a respeito do contexto institucional em que se produzem estas mensagens: uma mídia pautada por interesses hegemônicos. Sob este ponto de vista, a criminalização da favela, produzida por um discurso que a identifica com a insegurança da vida contemporânea, neutraliza a reivindicação de igualdade social. Em outras palavras, mantém o instável equilíbrio de forças no poder.

Propor uma nova discursividade sobre a favela, reconectada ao real, não supõe a supressão da violência que acontece em torno do tráfico, embora este seja o desejo de todos. Exige, isto sim, sua contextualização e a possibilidade de expressão da população mais diretamente atingida por ele. Romper com o senso comum, como propõem PAIVA e SODRÉ, (2005)

“O conhecimento originado do senso comum apenas repete as opiniões e preconceitos adquiridos no dia-a-dia, sem nenhuma preocupação com a sua justificação e análise. Consequentemente, um jornalismo que não consiga ultrapassar, ainda que minimamente, a aparência das coisas, não possui outro papel além da tão criticada ratificação declaratória da realidade.” (PAIVA e SODRÉ, 2005:100)

O desafio da narrativa monológica da atualidade que, como foi visto, tem um enorme impacto social, é romper com esta lógica. Promover um debate real, em que os personagens possam representar-se de forma legítima e em que a produção de sentidos amplie os horizontes interpretativos, em vez de reiterar posições estanques, é o desafio do jornalismo pós-moderno.

³⁰ “As ideologias construídas nas convenções podem ser mais ou menos naturalizadas e automatizadas e as pessoas podem achar difícil compreender que suas práticas normais poderiam ter investimentos ideológicos específicos.” (FAIRCLOUGH, 2001:120)

Capítulo 3: O Cidadão: o jornal do Bairro Maré

“A minoria é o sujeito coletivo da mobilização cidadã, logo, uma reivindicação de voz pública, com vistas a uma negociação de interesses grupais, que podem assumir-se como ‘comunitários’.”

(Muniz Sodré)

3.1 Comunitário, alternativo, contra-hegemônico

Considerar a representação da favela na mídia como lugar de risco não significa ignorar a polifonia das mensagens ou desconsiderar outros discursos a respeito dela. Dentro da própria esfera do que chamamos de cultura dominante, podemos encontrar exemplos de produções que trazem uma perspectiva mais progressista a respeito da favela. É o caso, por exemplo, da série de programas sobre a *periferia* exibidos pela TV Globo, ao longo dos últimos dois anos. A apresentadora Regina Casé viajou pelas principais favelas do mundo revelando ângulos e personagens desconhecidos ou ignorados pela cultura oficial.

O contexto institucional em que se produzem estas mensagens, no entanto, nos levaria a problematizar sua eficácia na construção de uma nova representação a respeito da favela. A própria utilização do termo *periferia* provoca um deslocamento simbólico: embora as imagens, os personagens e as histórias lembrem em tudo a cultura e o cotidiano das favelas, o discurso se refere à *periferia*. Tudo o que na favela representaria fonte de medo e insegurança, na *periferia* se transforma em cultura, esforço, bom humor e criatividade. A *periferia* é o território dos contrastes. Já a favela continua a representar o território do risco.

Portanto, dentro do campo de forças atual, é essa a representação que consideramos hegemônica. E hegemonia, na perspectiva que adotamos, denota o momento do consenso, produzido no interior da sociedade civil a partir do que Gramsci chamou de “correlação de forças” (COUTINHO, 1999:250).³¹

Diante disso, vamos situar a disputa por uma nova representação da favela a partir dos movimentos populares. Nosso contraponto à mensagem hegemônica encontra-se na perspectiva comunitária.

³¹Hall (2006), a partir da leitura de Althusser, propõe uma leitura da hegemonia com uma estrutura em dominância, que também denota uma tensão no campo de forças a partir do qual se produz o consenso.

Muito se discutido a respeito da definição do jornalismo comunitário. PERUZZO (2007) faz um amplo levantamento dos atributos que caracterizariam os veículos comunitários. Na verdade, seu estudo deveria constituir-se mais numa agenda de compromissos ou objetivos a alcançar do que propriamente em critérios de identificação. São características que dizem respeito à forma de organização do veículo e à participação comunitária tanto no que diz respeito à gestão administrativa quanto à produção de conteúdos independentes.³²

O que está em jogo, mais do que o formato ou o conteúdo da comunicação comunitária é a transformação da comunidade inoperante num sujeito coletivo de transformações. Os processos que permeiam a produção jornalística representam etapas de uma organização social a partir da qual a comunidade consegue não apenas produzir novos discursos sobre si mesma, mas construir novas possibilidades de protagonismo social.

Se usássemos esses critérios para classificar os veículos comunitários, no entanto, talvez não sobrassem muitos. Na maior parte das vezes, os mecanismos de gestão e produção de conteúdo estão concentrados nas mãos de um pequeno grupo. Por mais que seja um grupo *representativo* daquela comunidade, não existe uma necessária correspondência entre seus propósitos e os da *comunidade*. Como vimos, o comunitário se dá freqüentemente em torno de articulações de grupos e interesses distintos e, não raro, divergentes.

Não se trata, portanto, apenas de uma dificuldade de enquadramento técnico dos veículos a uma proposta ilegitimamente comunitária. Trata-se, isto sim, de uma dificuldade prática de concretizar um projeto político, um reposicionamento da *comunidade* enquanto sujeito, não apenas enquanto audiência privilegiada da comunicação.³³

³² Poderíamos citar alguns deles aqui, como o dever de instituir a propriedade coletiva e práticas participativas na gestão e na programação, Conceder espaço para a difusão de programas produzidos autonomamente por cidadãos, grupos de jovens e organizações coletivas da localidade, criar canais (diretorias, colegiados, conselhos, comissões, assembléias, entre outros) para viabilizar a participação efetiva do cidadão e de suas entidades representativas nas instâncias de planejamento e gestão da emissora e criar uma rede de repórteres populares (ou correspondentes populares) constituída a partir de representantes de entidades civis organizadas e/ou por zonas geográficas ou bairros, setores, quadras, ruas, etc.

³³ Num debate sobre comunicação, cultura e educação popular, apresentei o jornal *O Cidadão* para um grupo de estudantes do pré-vestibular do Ceasm como um veículo feito pela comunidade e para a comunidade. Fui corrigida por um dos membros da platéia: precisamos de um jornal feito com a comunidade.

Para tornar o campo ainda mais nebuloso, sob o rótulo genérico de comunitário se agrupam as iniciativas mais diversas, de rádios evangélicas ou patrocinadas por políticos a veículos produzidos por ONGs no interior de espaços populares.

Segundo o Ministério das Comunicações, que em 1998 abriu espaço no dial para o comunitário, ãa rádio comunitária deve divulgar a cultura, o convívio social e eventos locais, noticiar os acontecimentos comunitários e de utilidade pública, promover atividades educacionais e outras para a melhoria das condições de vida da população.³⁴ Definindo, assim, a natureza e o sentido do comunitário, a Lei aponta para uma comunicação afinada com uma proposta cidadã.

Em tese, qualquer fundação ou associação comunitária sem fins lucrativos, com sede na comunidade em que pretendem prestar o serviço, pode solicitar uma concessão para operar uma rádio, desde que haja um canal disponível na região. Como exigência, o Ministério prevê que os dirigentes da instituição sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, maiores de 18 anos, residentes e domiciliados na comunidade e que a fundação/associação candidata a prestar serviço não tenha ligação de qualquer tipo e natureza com outras instituições.

Na prática, no entanto, não faltam exemplos de rádios ãcomunitáriasõ operadas por instituições vinculadas ou mantidas por políticos ou líderes religiosos. Ou ainda aquelas que, valendo-se do título de comunitárias, entram no ãjogo do mercadoõ, veiculando o mesmo tipo de programação das rádios comerciais. Em resumo: há fortes indícios de que o comunitário no Brasil nem sempre coincide com o contra-hegemônico.

Raquel Paiva³⁵ sugere que seria mais apropriado substituir o termo comunitário pelo conceito de contra-hegemônico, justamente porque situa esse tipo de comunicação no outro extremo das mensagens que circulam pela grande mídia. Como vantagem adicional, o conceito pode ajudar a diferenciar os veículos que apenas se aproveitam dos benefícios da legislação daqueles que efetivamente trabalham numa perspectiva social.

Mas é preciso ter em mente que o contra-hegemônico não é uma prerrogativa comunitária. Considerando a hegemonia no sentido de Gramsci, todo trabalho empreendido no sentido de desequilibrar o consenso dominante poderia se classificar

³⁴ www.mc.gov.br.

³⁵ O argumento foi explicitado durante um dos debates do LECCTURAS que o Laboratório de Estudos de Comunicação Comunitária promoveu ao longo de 2007.

como contra-hegemônico. A via de legitimação, neste caso, distancia-se da condição, origem ou pertencimento dos sujeitos produtores e aloja-se na própria mensagem.

Alguns dos exemplos mais significativos de práticas contra-hegemônicas circularam, justamente, na grande imprensa: em plena ditadura militar, receitas de bolos, poemas e outras formas pueris de textos, deslocadas de seu ambiente natural, denunciavam a censura aos jornais e combatiam, à sua maneira, a cortina de ferro que restringia as liberdades democráticas no Brasil.

Vista sob a combativa herança política dos movimentos nascidos na década de 1960³⁶, boa parte das iniciativas contra-hegemônicas atuais pareceria tímida em relação à linguagem, ao formato e aos objetivos. Olhando de perto, no entanto, vê-se um projeto político consistente. Por trás do comunitário, alternativo ou contra-hegemônico, frequentemente existe o desejo de dar voz a uma minoria.

Comunitário, neste sentido, diz respeito à forma de organização a partir da qual uma minoria chega a adquirir poder, como sujeito coletivo, e a se fazer ouvir. Diz respeito, ainda, à maneira pela qual reivindica o direito à cidadania, não nos termos simples de uma democracia representativa, mas em termos de uma participação efetiva nas decisões que lhe dizem respeito.

Contrariando o senso comum, que reclama cada vez mais liberdade, o jornalismo comunitário age no sentido de reconectar o indivíduo com sua dívida original para com a comunidade, ligar o cum ao munus³⁷, criando uma subjetividade plural. Não como um objetivo em si mesmo, ou seja, pelo simples desejo de criar uma comunidade, mas como instrumento de luta pelo direito à cidadania plena. E cidadania tem, aqui, um sentido muito mais amplo do que a simples noção de inclusão, tão comum nas esferas empresarial e política, a partir das quais se negocia o silêncio e a conformidade das massas. Como preconiza SODRÉ (2007).

“Cidadania, hoje, seria em resumo a voz de uma minoria enquanto dispositivo simbólico, com uma intencionalidade ético-política, dentro da luta contra-hegemônica, e não o estado de um sujeito politicamente passivo, embora confortado por suas possibilidades de organizar-se como consumidor dentro de uma ordem econômico-social gerida por grades empresas capitalistas.” (2007: 16)

³⁶ COSTA e HERMANN JUNIOR (2002) caracterizam o movimento brasileiro das rádios livres como “herdeiros de 68, [que] tem como traço principal a pluralidade, a diversidade de direções, objetivos e modos de organização”.

³⁷ Sposito localiza na origem da palavra comunidade seu sentido integral: o cum é o que nos coloca em relação uns com os outros, enquanto o munus está ligado ao sentido de dívida, obrigação.

O que está em jogo nesta definição e em muitas outras a respeito do comunitário é um jornalismo que trabalhe no sentido de promover uma cidadania negada aos milhões de habitantes que constituem as minorias silenciosas do planeta. Uma cidadania que se dá pelo caminho da organização popular em torno de novos mediadores sociais, dos quais a comunicação comunitária representa uma expressão.

Desses movimentos surgem novas formas de comunicação popular ou alternativa, cuja novidade se concentra muito mais no conteúdo que na forma. E ao que parece essa tem sido uma marca da comunicação alternativa no Brasil, como indicam as pesquisas de BARBERO (2002)³⁸. O processo produtivo se distancia do padrão hegemônico na medida em que se aproxima da comunidade retratada. A definição da pauta, o enfoque das matérias, a seleção de fontes, que fazem parte da rotina do jornalismo, estão impregnados de uma intencionalidade bem distante da pretensa objetividade dos grandes jornais.

A apropriação das técnicas, temas e ferramentas da grande imprensa não representa, portanto, uma submissão ao modelo hegemônico. Num circuito em que há uma grande simetria entre produtor e receptor das mensagens, as formas de participação da comunidade se dão de modo muito mais intenso, ainda que não da forma como sonham nossos teóricos. A ausência de um conselho editorial, responsável por sugerir e apontar as pautas do jornal, ou a distância da comunidade dos processos de gestão não invalidam outras formas de participação efetiva³⁹.

Hoje, as grandes agências de Relações Públicas abastecem diariamente nossos jornais com milhares de press releases a partir dos quais os editores selecionam o que entra, literalmente, na pauta do dia. Num veículo comunitário, a pauta pode chegar à redação através de um telefonema ou mesmo de uma conversa no meio da rua, a partir dos quais o morador manifesta seus interesses e indica os caminhos que o jornal deve seguir. Um canal direto se estabelece, ainda que nem toda a comunidade faça uso dele.

Mesmo que não concretize o sonho dos acadêmicos, os jornais comunitários se constituem numa importante expressão da mobilização popular por sua capacidade de

³⁸ Barbero diz que ò(...) um propósito fundamental parece definir o alternativo em matéria de comunicação na América Latina: transformar o processo, a forma dominante e normal da comunicação social, para que sejam as classes e os grupos dominados os que tomem a palavra. (BARBERO 2002:119)

³⁹ O Cidadão, por exemplo, instituiu um conselho comunitário para as reuniões de pauta. Segundo os relatos dos jornalistas, no entanto, o que se via com frequência era a sugestão de pautas que diziam respeito não à comunidade, mas aos interesses pessoais dos participantes.

contestação social. Ouvindo a comunidade, em vez da fonte oficial, os veículos comunitários conseguem dar uma nova dimensão mesmo a questões a respeito das quais o consenso já se estabeleceu. Justamente nessa versão extra-oficial, que põe em dúvida o discurso hegemônico, se concentra toda intencionalidade da comunicação.

PAIVA (2007) lembra os dois movimentos fundamentais, apontados pelo filósofo Richard Rorty, a partir dos quais a comunicação comunitária pode operar uma verdadeira revolução lingüístico pragmática: recontar a história e redescrever a si próprio.

O movimento de criar sua auto-representação, distanciada dos estereótipos, e de apropriar-se de sua história, desconstruindo as narrativas hegemônicas, são as duas estratégias a partir das quais as minorias dão voz à sua mensagem contra-hegemônica.

No caso do jornalismo produzido no interior das favelas, o comunitário tem, ainda, um sentido adicional: remete à forma de organização e luta por espaço na cidade e também acena com uma outra possibilidade de representação, uma estratégia discursiva para fugir do estereótipo e da discriminação. Como explica Antônio Carlos Vieira, diretor-fundador do Centro de Estudos e Ações Sociais da Maré (Ceasm)⁴⁰, ONG que publica o jornal comunitário *O Cidadão*.

Na relação com o poder público e com os próprios moradores se usa muito comunidade. Soa bem, dá um sentido de integração, união, lugar onde se partilha, lugar comum, onde as pessoas estão ligados por coisas em comum, mesmo que seja o lugar de moradia.

Mesmo aceitando o postulado de que o alternativo, comunitário ou contra-hegemônico em termos de comunicação no Brasil não se esgota na fórmula, mas se concentra no conteúdo, como caracterizar um popular que se institucionaliza a cada dia, nas muitas ONGs que se organizam na cidade? A delegação de voz não se dá de forma natural, desprovida de conflito, mas, pelo contrário: simboliza um espaço de luta por poder e legitimidade.

Criadas por estratos da elite intelectual da periferia ou que com ela se identifica, as ONGs são, hoje, a principal instância a partir da qual se produz o discurso comunitário. Essa comunicação, que se desvincula do varejo e se equilibra entre os temas da comunidade e a linguagem da academia, freqüentemente é alvo de críticas e desconfiança dentro da própria comunidade.

⁴⁰ Entrevista concedida no dia 11 de dezembro de 2006, na Casa de Cultura da Maré. Vieira é um dos coordenadores do Museu da Maré e da Rede Memória.

É dentro desse delicado equilíbrio de forças entre o comunitário e o institucional, entre a tradição popular e a influência da academia, entre a mensagem contra-hegemônica e a linguagem da grande mídia que vamos encontrar *O Cidadão*, o jornal do Bairro Maré.

3.2 Minha casa, minha voz

As primeiras experiências da Maré no campo da comunicação comunitária tiveram início na década de 1980, com a publicação do jornal *União da Maré*. O veículo, produzido artesanalmente por lideranças locais, constitui-se num instrumento de mobilização dos moradores em torno de questões importantes na época, como a implantação do Projeto Rio⁴¹.

Rodado em mimeógrafo, a tecnologia disponível na época, em folhas de papel ofício, ilustrado à mão, o jornal representou um importante passo para consolidar a organização dos moradores a partir de uma comunidade mais ampla, a comunidade da Maré. O símbolo do jornal, uma flor com seis pétalas, representava as seis localidades de abrangência do projeto: Parque União, Rubens Vaz, Nova Holanda, Maré, Timbau e Baixa do Sapateiro.

A publicação circulou entre janeiro de 1980 e 1983, com periodicidade irregular. As reportagens tinham um forte tom político, quase sindical, no sentido de organização e luta em torno de problemas específicos. Como dizia o slogan, “Um jornal pra lançar uma mensagem tem que dizer a verdade, vontade de todos em uma só ramagem”.

Ainda na década de 1980 surgiu a TV Maré, a partir da experiência dos moradores num curso de produção de vídeo, promovido pela Cáritas Arquidiocesana, entidade ligada à Igreja Católica do Rio de Janeiro.

Com equipamento emprestado pela própria Cáritas, o grupo se propôs a sair pela comunidade com uma câmera na mão registrando o dia-a-dia, os problemas, o trabalho, a cultura da região. A pauta da TV Maré era bastante variada. Os repórteres, todos recrutados no bairro, sem nenhuma formação jornalística, cobriam a dificuldade

⁴¹ Anunciado em 8 de junho de 1979, pelo então ministro do Interior, Mário Andreazza, o Projeto Rio previa o saneamento de 27 quilômetros da orla da Baía de Guanabara, no trecho que vai de Duque de Caxias à ponta do Caju. Para isto, previa a remoção de moradores de suas casas e a criação de uma infraestrutura na região para abrigar bairros populares.

dos moradores que ainda conviviam com as palafitas e suas conseqüências para a saúde e segurança dos habitantes. Mas também enfocavam o futebol de domingo, a feira, a cultura da rua tão característica dos espaços populares.

Não havia remuneração para a equipe, que teve diferentes formações ao longo dos dois anos do projeto. Embora não houvesse uma formação específica para os repórteres, as matérias seguiam a estrutura dos tradicionais programas de jornalismo popular, que denunciavam os problemas enfrentados por moradores de localidades pobres.

O meio, no entanto, permitia mais descontração e uma empatia entre o produtor e o receptor das mensagens. Era possível, por exemplo, ver repórteres de bermuda nas gravações dos programas, a roupa do dia-a-dia, bem distante do figurino formal da grande mídia. O uso de expressões fáticas, como *ôlha issoô*, *ôfilma aquiô*, de forma consciente ou não, também encurtava a distância entre emissor e receptor.

Os programas, gravados em VHS, eram exibidos para a comunidade em locais públicos, como associações de moradores, em aparelhos de televisão. Embora utilizasse um meio poderoso, com a qual a maior parte da população estava habituada, dadas as características de exibição, a experiência obteve pouca penetração na Maré. Seu alcance ficou restrito à Nova Holanda e Morro Timbau, justamente as localidades onde surgiu, mais tarde, o Ceasm, e, depois, *O Cidadão*. A experiência durou de 1988 a 1990 e o acervo produzido ao longo do período encontra-se, ainda em VHS, no arquivo Orozina Vieira, mantido pelo Ceasm.

Já na década de 1990, a Maré descobre o mais popular dos meios de comunicação: o rádio. Em 1995 foi fundada a Rádio Maré FM. Criada em torno da associação de moradores do Morro do Timbau, estabelecendo sua sede no Ceasm, a rádio enfrentou problemas dentro e fora da comunidade. Em termos de programação, mesclava músicos locais com os grandes sucessos das outras FM's, perdendo, assim, a força política local. Por outro lado, atraiu a fúria da Anatel, com transmissões que excediam o raio da Maré, chegando mesmo a Niterói.⁴² O resultado foi o fim da

⁴² Segundo COSTA E HERMANN (2002), até a aprovação da lei, as rádios livres e comunitárias estavam numa situação definida pelos juristas como "alegal". Exerciam um direito garantido pela Constituição em seu artigo 5º (inciso 9º) ó "é livre a expressão da atividade intelectual artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença" ó mas que não tinha uma regulamentação específica. O espaço de negociação, em função deste artigo era bem amplo.

emissora, fechada em 1999, como lembra o jornalista Hélio Euclides⁴³, morador da Vila Pinheiro e administrador do *Cidadão*.

“Não teve jeito, a Anatel subiu o morro, e dizem que nunca o Timbau teve tanto policial. O Teteu estava no ar e foi preso. Como ele é funcionário da Rede Globo, quase foi demitido, pois foi processado por ter uma rádio ilegal.”

A política da Anatel, que acabara de regulamentar a operação das rádios comunitárias, de fato não mudou muito no cenário atual. Desde 1998, ano da promulgação da lei que regulariza a atividade, dezenas de rádios são fechadas todos os anos. A lei limita o alcance das emissoras a um quilômetro de raio, proíbe publicidade e impede a formação de redes. Na prática, inviabiliza a operação da maioria das iniciativas e coloca outra parte delas na clandestinidade.

Na Maré, porém, o fechamento da primeira rádio não pôs fim às tentativas de se manter uma emissora local. Os outros locutores da antiga Rádio Maré se uniram e abriram uma nova rádio, a 91 FM, que, lembra Hélio, ainda não alcançou o sucesso antigo. Hoje, Wladimir, que na época era concorrente, pela Rádio Progressiva, também instalada no Morro, ganhou a concessão e utiliza o nome de Rádio Maré FM, no mesmo dial da antiga rádio Maré, 105,9⁴⁴.

O *Cidadão* surge, portanto, dentro de uma longa tradição da Maré no campo da comunicação popular⁴⁵. Lançado pelo Ceasm, em junho de 1999, o projeto surgiu da iniciativa de um grupo de moradores com uma história comunitária bem consolidada e alguma experiência em comunicação alternativa. A impressão gratuita foi negociada com a Ediouro, que mantém escritórios da editora e todo o seu parque gráfico num

⁴³ Entrevista concedida à autora.

⁴⁴ Com as possibilidades oferecidas pela internet, em abril de 2004 surgiu a rádio web Maremanguinhos. Mantida pela Associação de Servidores da Fiocruz e operada por funcionários e moradores de Manguinhos e da Maré, substituiu a Rádio Comunitária Manguinhos FM, fechada em 1998 pela polícia federal, depois de quatro anos de operação.

⁴⁵ A experiência mais recente desta tradição da Maré no campo da comunicação popular é a Espocc, Escola Popular de Comunicação Crítica, um projeto de formação do Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro ó UFRJ, Universidade Federal Fluminense ó UFF/RJ, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo ó ABRAJI, o Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro e a Associação Brasileira de Produtores de Vídeo para TV. O projeto, criado em 2005, funciona na sede do Observatório de Favelas, Ong localizada na Nova Holanda e fundada por um dos ex-diretores do Ceasm, o geógrafo Jaílson de Souza e Silva. O objetivo da iniciativa é o de formar jovens comunicadores na periferia do Rio de Janeiro.

prédio da Rua Nova Jerusalém, no pé do morro do Timbau, e emprega algumas centenas de trabalhadores da região.

Com a ajuda de profissionais de fora, mas com histórico de trabalhos na comunidade, a primeira edição traz uma marca singular: a alta qualidade dos textos e imagens. A equipe responsável pelo número 0 contava com o jornalista Marlúcio Dias, que na época trabalhava na *Gazeta Mercantil*, o fotógrafo João Ripper, do grupo Imagens da Terra, e a programadora visual Ione Nascimento Galetti, da Faculdade de Letras da UFRJ. Havia, ainda, um responsável pela captação de anúncios, Lourenço Cezar, atual diretor do Ceasm. As ãoreportagensõ ficaram a cargo de uma equipe de voluntários recrutada no pré-vestibular do Ceasm, entre eles Viviane Araújo, que ainda hoje mantém seu vínculo com o jornal.

ÕComecei no primeiro período da faculdade. Tinha feito o pré-vestibular do Ceasm e aí, estudante de Letras, escrevia um pouquinho melhor, recebi o convite para trabalhar tanto no *Cidadão* quanto na biblioteca. Não tinha noção nenhuma de comunicação, de texto jornalísticoõ.

Apesar da qualidade do produto, ainda não havia uma estrutura montada para a produção do jornal. Os repórteres trabalhavam como voluntários, sem qualquer tipo de vínculo. O editor recebia apenas um reembolso pelas despesas com alimentação e transporte.

O voluntarismo, no entanto, se constituiu como parte intrínseca do projeto. Embora os profissionais hoje encarem o jornal como um õtrabalhoõ, não apenas como uma contribuição à comunidade ou como exercício de sua cidadania, parte importante do processo do processo de formação de colaboradores esteve nas mãos de voluntários.



Isto deu um caráter dinâmico ao jornal, proporcionando uma troca constante com os meios profissionais e acadêmicos e o aperfeiçoamento da equipe.

O número 0 traz um projeto político estampado na capa, õ*Maré, mostra a tua cara*õ diz a manchete. Na edição, vemos algumas das características que vão marcar o que estamos chamando de a primeira fase do jornal: formato revista, primeira e última capas em cores,

páginas centrais também coloridas, matérias politizadas e uma linguagem marcada pelo estilo da grande imprensa. Diferente das demais, esta edição é impressa em papel off set.

A matéria de capa, que avança pelas páginas 6, 7, 8, 9 e 10, traz um perfil de cada comunidade e um indisfarçável tom de convocação. O abre deixa bem claro o propósito da reportagem e do jornal:

“Comunidades com trajetórias, formas de organização, manifestações culturais e problemas diferentes, porém, vivendo a mesma realidade. A Maré há muito deixou de ser uma área favelada e hoje é um bairro do Rio de Janeiro. Essa transformação ocorreu porque os moradores lutaram por melhores condições de vida. No entanto, um detalhe chama a atenção. Quem vive, por exemplo, no Morro do Timbau, conhece pouco a Nova Holanda ou o Parque Maré e o mesmo se repete nas demais áreas. *O Cidadão*, em sua edição de lançamento, busca apresentar um painel geral da Maré. O objetivo da reportagem é *eliminar a divisão e integrar as comunidades* [grifo meu], com informações sobre a história de cada uma delas” (1999:6).

Apresentando, no entanto, a idéia do bairro sem problematizar as circunstâncias que lhe deram origem e as dificuldades para sua plena realização, a matéria detém-se no dado histórico. Apela de maneira explícita ao passado, mas apresenta, de forma sutil, o maior problema do presente: as divisões provocadas pelas facções rivais de traficantes. Com a proposta de eliminar as divisões e integrar as comunidades, o jornal se coloca, frontalmente, contra uma das maiores barreiras que o bairro encontra para realizar-se plenamente.

A Maré do presente também se afirma nas páginas sobre os serviços oferecidos pelo Ceasm e por outras instituições locais à comunidade. A “institucionalização” é a marca desta edição, como deixa claro o editorial: “O Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré e o Ceasm têm a alegria de apresentar aos moradores da Maré o Jornal de Bairro *O Cidadão*.” (1999:2).

O texto segue falando sobre a estrutura do Ceasm e sobre o papel do jornal no contexto da instituição e termina com um convite ao morador: “*O Cidadão* é você, é parte de nós. Acima de tudo, é mais uma demonstração do Ceasm com seu compromisso com a Maré, com o nosso lugar. Que cresçamos juntos.” (1999:2)

É uma dupla apresentação: do jornal e do Ceasm, propriamente. Com o jornal, a instituição, que se localizava no Morro do Timbau, na altura de Bonsucesso, ampliava o

alcance da sua mensagem até os limites do bairro, em Marcílio Dias, já próximo à Penha.

Quem se detivesse apenas nesta edição, seria levado a acreditar que se tratava de um jornal institucional. De fato era. Embora se pretendesse comunitário, estava marcado pela proposta do Ceasm e dialogava, claramente, com o público atendido pela instituição, como explica o então editor Marlúcio Luna⁴⁶:

“O principal público era a parcela da população da Maré que de alguma maneira circulava pelo Ceasm. Eram os alunos do pré-vestibular, dos cursos de capacitação, de uma coisa que havia na época, não sei se ainda existe, que eram os cursos de línguas e de informática. Esses eram os nossos leitores mais fiéis, até pela facilidade de distribuição. O outro grupo de leitores era ligado às associações de moradores, lideranças comunitárias, as escolas da região, as professoras que davam aulas na Maré, os postos de saúde. Este era, mais ou menos, o perfil que a gente tinha do leitor.”

As próprias pautas também estavam ligadas à preocupação política de mobilização levada adiante pelo Ceasm. Marlúcio lembra que as discussões sobre o que seriam pauta num jornal como aquele antecederam o lançamento. Com a contribuição da diretoria, da equipe e dos moradores montou-se um banco de pautas que abasteceu o jornal por um longo período.

3.3 O jornal do Bairro Maré

A proposta de tornar *O Cidadão* um jornal de bairro começou a ganhar corpo já na edição de número 1, publicada em agosto de 1999. Produzida em papel jornal, tem como principal manchete: *“Regularização de imóveis vira novela na Maré”*. A matéria traz um histórico sobre a ocupação da área e as inúmeras promessas de legalização dos imóveis construídos ao longo da Avenida Brasil. Fala sobre as lutas dos moradores para obterem os títulos de posse e apresenta estatísticas de cada comunidade.

O que mais chama a atenção no jornal é a linguagem formal utilizada nos textos, todos muito bem escritos e apurados. Não fosse pela posição política, bem poderiam estar em qualquer outro jornal da cidade. Um bom exemplo disso são os dois primeiros parágrafos da matéria de capa:

⁴⁶ Entrevista concedida à autora.

É costume pensar que problemas fundiários no Brasil só acontecem no meio rural. Mas a verdade é que os moradores da Maré conhecem de perto as dificuldades da luta pela posse da terra. Estima-se hoje que mais da metade das famílias residentes no bairro não tenham qualquer garantia de propriedade do imóvel onde mora.

A questão fundiária na Maré ganha contornos mais nítidos somente no início da década de 80. Na época, o governo federal, através do Projeto Rio, promoveu o primeiro conjunto de obras de urbanização da região. Áreas de mangue foram aterradas e cerca de 7 mil moradores de palafitas foram transferidos para imóveis construídos na Vila do João, Vila e Conjunto do Pinheiro e Conjunto Esperança. Nesse mesmo período, uma parte da população da Maré conseguiu a titulação das propriedades por intermédio do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH) e da Caixa Econômica Federal (CEF). Seu Aurelino Medrado de Jesus, 64 anos, fez parte do primeiro grupo de moradores transferidos para a Vila do João. Ele lembra que uma minoria em sua comunidade conseguiu a documentação de posse das casas. (1999: 6)

Não é à toa que a equipe de repórteres voluntários não reconhecesse o próprio texto depois da edição. Digo repórteres assim, entre aspas, porque além do editor, jornalista formado, e do estudante de jornalismo André Esteves, todos os outros membros da equipe jamais tiveram contato com o texto jornalístico antes. Na equipe original, o jornal contava com a colaboração de Aline Carvalho, Ana Paula Aguiar, André Esteves, que se tornaria o editor depois da saída de Marlúcio, Fábio R. da Silva, Kátia Pereira, Luiz Nascimento, Odone de Oliveira, Paulo Bento e Viviane Couto.

A edição, a diagramação e a fotografia eram produzidas por moradores de outros bairros do Rio. A preocupação com a temática comunitária, sem dúvida, está presente. Mas existe uma distância considerável entre a instância produtora e receptora das mensagens, expressa principalmente no vocabulário, mas também perceptível no uso de estatísticas, na abordagem politizada, no tamanho das matérias e até na publicidade.

Dispersos ao longo das páginas, nos rodapés, vêm-se anúncios de empresas instaladoras de toldos e coberturas, com figuras que mostram toldos romanos, automáticos, coberturas para terraços, imponentes portões e outros produtos pouco comuns na região; de uma clínica ginecológica, ilustrada pelo desenho de uma mulher grávida, em cujo endereço se lê Rua Teixeira Ribeiro, 648, Nova Holanda, Bonsucesso; e até de uma loja de autopeças, com a foto de um carro zero. Não obstante o fato de se localizem efetivamente na Maré, dialogam, através dos serviços oferecidos e dos símbolos de consumo apresentados, com uma população bem específica.

Pode-se dizer, então, que embora trabalhe na perspectiva do morador, o jornal naquele momento desconsidera algumas características básicas da população favelada, como a baixa escolaridade e uma cultura fortemente marcada pela oralidade. O projeto político de integrar o bairro e dar voz ao morador esbarrava num primeiro obstáculo: a barreira imposta pela linguagem.

Ou, talvez, o jornal se dirigisse efetivamente a uma audiência específica, para a qual o tom politizado e a norma culta da língua constituíssem parte fundamental da mensagem. É o que se poderia depreender das cartas publicadas, com destaque, na página 2 da edição. Numa delas, o morador João Elísio Vaz, da Baixa do Sapateiro, faz o seguinte comentário:

“Gostaria de parabenizar o Ceasm pelo lançamento de *O CIDADÃO*. É sempre bom termos a oportunidade de ver uma iniciativa que tem como objetivo destacar coisas importantes da Maré. Torço para o sucesso do jornal e espero que ele se consolide como um veículo em que os moradores tenham vez e voz. Com certeza, *O CIDADÃO* vai ajudar a Maré a mostrar a sua cara.”

A menos que o texto tenha sofrido edição, o remetente demonstra habilidade com o vocabulário e domínio da palavra escrita. O fato de parabenizar o Ceasm e não a equipe do jornal revela, ainda, conhecimento e afinidade política com os princípios da instituição.

A coluna “Dicas Cidadãos”, publicada na página 3, com informações sobre serviços de utilidade pública, boa parte deles disponíveis em áreas próximas ao bairro, também remete a uma população com um nível mínimo de conhecimento sobre seus direitos. Todos estes dados observados nos levam a considerar que, na primeira fase, *O Cidadão* se destinava a um grupo de leitores específico, acostumado à leitura de outros jornais e consciente do papel de um jornal contra-hegemônico.

Um pequeno detalhe, colhido no editorial e repetido ao longo de outras edições, nos dá outra chave de leitura a partir da qual se pode entender o jornal. Comentando as sugestões recebidas após a publicação do número 0, incluindo a de produzir textos mais curtos, o artigo diz que:

“Na verdade, nossa primeira intenção foi mostrar a possibilidade de fazer um jornal de boa qualidade técnica, bonito, bem cuidado e profissional. A partir de agora, podemos afirmar que a Maré tem um jornal de bairro. Daqui por diante, com a sua ajuda, vamos melhorar cada vez mais” (1999:2).

Para que não restem dúvidas: a produção bem cuidada, a linguagem apurada, a profundidade dos temas tratados, nada disso foi efeito colateral, mas, ao contrário. Nisso reside toda a intencionalidade do projeto. O tema da comunidade, presente nas pautas e na maneira de se referir à Maré, não esconde a ambição de fazer do *Cidadão* um Jornal de Bairro.

É certo que o uso da palavra Bairro está associado à idéia de exigir do Estado o reconhecimento, não apenas formal, este já obtido, mas o reconhecimento de fato da Maré enquanto parte da cidade. Mas também expressa a distância entre produtores e leitores. O jornal não é feito, ainda, pelos moradores, mas para os moradores.

Neste sentido, o depoimento de Viviane Couto, aquela época ãrepórterö e hoje revisora do jornal, é esclarecedor. Participar, diz ela, tinha um sentido bastante restrito:

õNo início era assim: -você vai, entrevista, faz o texto e dá para a gente. E o texto era transformado. Nosso único trabalho era esse. Não participava do processo de construção do jornal. Mas achava lindoö.

O testemunho dessa transformação geral nos textos é a homogeneidade na forma de escrever vista em todo jornal. Vale lembrar que a equipe não conhecia o texto jornalístico, à exceção de André Esteves, ele, também, morador ãdo outro ladoö. Isso justifica a necessidade de uma revisão geral nas produções feitas pelos moradores.

No ano 2000, na edição de número 6, *O Cidadão* passa por sua primeira reforma gráfica: assumiu o formato tablóide e, junto com ele, um lay-out adaptado. As colunas ficam mais largas, as fotos têm mais destaque. Vale notar, também, o crescimento da equipe de fotógrafos: Rosângela Barbosa e Hélio Euclides, ambos moradores da Maré, assumem a tarefa. Muda o olhar sobre a comunidade. O slogan já estampa, na capa, o objetivo da publicação: ãO jornal do Bairro Maréö.

Em março de 2000, André Esteves assumia a edição, ainda na graduação do curso de jornalismo. Marlúcio explica assim a sua saída:

õFiquei no projeto até o início de 2000. O André, que ainda não estava formado, ficou tocando o projeto. Cedi o meu registro para o jornal até que o Hélio se formasse. A proposta era que, a partir do momento em que a estrutura estivesse montada, o jornal fosse feito pelos moradores das comunidades atendidas pelo Ceasm. Quando vimos que a equipe estava formada, percebi que era hora de sair fora. O processo de formação durou um ano, até o início do ano 2000.ö

Para nós, a entrada do novo editor e a reforma gráfica marcam o início de uma nova fase do jornal, que se estende até agosto de 2004. O conteúdo passa por uma

transformação: quase não se vê o vocabulário formal dos primeiros números. Como explica o próprio editor, *O Cidadão* vai privilegiar, na construção textual, o discurso falado em detrimento do texto escrito. É quase um jornal radiofônico, que é a linguagem da comunicação popular por excelência. São textos onde o ritmo e a métrica são emprestados da palavra falada e da oralidade. (ESTEVES, 2000:109)

A nova fase do jornal, para a equipe, significou um investimento na formação e a possibilidade de reconhecer-se nas suas produções. Como recorda Viviane Couto:

O Cidadão sempre teve o objetivo de ser jornal comunitário, mas não tinha estrutura para isso. Todo mundo era curioso. Quando o André chegou, ele estava na faculdade, no meio da faculdade, e tinha mais clara a idéia do que era um jornal comunitário e da importância das pessoas participarem. Ele dava curso de formação, ensinava como se comportar com a fonte, a maneira de se vestir. A gente era jornalista, não podia fazer a matéria de short. Detalhes básicos, mas que a gente não tinha muita noção. A equipe começou a participar mais, a não reproduzir o que a grande mídia publicava, a questionar.

Os textos ainda são longos, mas assimilaram o tom coloquial das conversas na calçada, cheias de preâmbulos e metáforas, sem pressa de entrar no assunto principal. A objetividade jornalística cede lugar à subjetividade popular, às histórias em rede, em que uma lembrança puxa a outra que puxa a outra até formar o tecido da história. Como se pode ver no exemplo publicado na edição seguinte, de junho de 2000:

Há quem afirme que não se pode acreditar em histórias de pescador. Tal afirmativa pode até ter fundamento. Mas o que narram os pescadores da Cooperativa de Pescadores de Marcílio Dias (COOPMAR) não são as conhecidas histórias de pescador. Tristeza, indignação e saudades dos bons tempos são sentimentos estampados no semblante dos pescadores dessa comunidade (2000:10)

Uma das estratégias principais que se pode observar na produção do jornal é a de rememorar o passado. Seja para mostrar como a comunidade evoluiu em termos de infra-estrutura e equipamentos públicos essenciais, seja para lembrar que violência e favela nem sempre foram sinônimos, o passado está sempre presente nas páginas do jornal. Para isto, o jornal lança mão das memórias dos moradores mais antigos ou das informações colhidas em documentos oficiais. Um leitor desavisado poderia concluir que a Maré do passado era o melhor lugar do mundo, apesar de todas as dificuldades.

O exemplo emblemático desta opção por apontar para o passado para alcançar o futuro é a página Histórias da Maré, presente desde o número 1 do jornal. Publicada na última capa, em quatro cores, a página conta a história da ocupação da Maré desde o

descobrimiento do Brasil. Começa identificando as tribos que habitavam a Baía de Guanabara e as características físicas da região e vai avançando, edição a edição, até os dias atuais.

Lá se vêem os interesses privados, as políticas públicas, as lutas dos moradores. Condensados num só movimento, rearticulam a expansão da favela, o crescimento da cidade e as transformações do país. Mostram que existem causas históricas e histórias pessoais para explicar o fenômeno da ocupação.

Essa opção revela o projeto político da instituição que fundou e mantém o *Cidadão* até hoje. Um dos mais importantes projetos do Ceasm, com dissesmos, é justamente a Rede Memória, um conjunto de iniciativas para recuperar, preservar e valorizar a história da Maré e de seus moradores. *O Cidadão*, desta forma, não pode ser analisado desconectado do contexto social, situacional e institucional onde é produzido.

Mas além do investimento na memória, *O Cidadão* vai se tornar, também, um veículo de resistência cultural. Na edição de junho de 2000, a matéria de capa mostra uma das mais antigas tradições da comunidade, as festas juninas. O texto situa a festividade entre o antigo e o moderno, entre o resgate e a reinterpretação da herança nordestina. Ao mesmo tempo, insere pela via da cultura a discussão sobre a sobrevivência na cidade, como se vê no trecho a seguir:

“O Arraiá de Dona Valdeci acontece de junho a agosto, todos os finais de semana, na Vila do João. A quadrilha da Valdeci não está filiada a nenhuma federação e convive com a rotina de dificuldades de outros grupos, como a falta de dinheiro na hora de alugar um ônibus para levar o grupo para se apresentar ou competir fora. No entanto, os problemas são superados com o esforço dos componentes”. (2000:6)

As questões de classe, não apenas as do vínculo comunitário, são delineadas nos textos que tratam das lutas pela moradia, pela educação, pelo emprego, temas principais das matérias de capa ao longo dos nove anos de jornal. Muitas vezes, estas questões aparecem sob outras discussões, como na capa de julho de 2001, um mês depois de o jornal completar dois anos.

A manchete traz um tema bem conhecido dos moradores: Transportes na Maré - as opções de serviço viário do morador. O texto, no entanto, não se limita a debater os problemas encontrados pelos moradores, como a precariedade dos serviços prestados pelas linhas de ônibus, o desrespeito à gratuidade conquistada por idosos e estudantes e

o crescimento do transporte alternativo na região. Estas, inclusive, são questões enfrentadas por moradores da maior parte das localidades do Estado.

A matéria trata os veículos legalizados e os alternativos como parte de uma mesma e complexa rede de transporte urbano. Na avaliação do tipo de serviço oferecido por um e outro percebemos o sentido da discussão. Os microônibus que circulam no bairro, por exemplo, são classificados como ãos vilões do serviço de transportes urbanos na Maré (2001:6), enquanto os alternativos, como as Kombis, õtêm mil e uma utilidades e se transformam em ambulância, condução para enterro, caminhão de mudanças, ônibus de time de futebol (2001:6). E com a vantagem de que ãalgumas cooperativas como a CoopMaré, da Baixa do Sapateiro, prestam alguns desses serviços extra de graça (2001:6).

Existe, portanto, uma clara identificação entre a linha editorial e as cooperativas que atuam na região, todas elas organizadas e operadas por moradores. Enquanto os alternativos estão sob fogo cerrado nas narrativas da grande mídia, aqui eles aparecem como a melhor opção para os moradores. E não apenas do ponto de vista do serviço. Por trás da discussão do transporte, se vê a questão da sobrevivência do trabalhador da comunidade, como reitera o trecho da matéria principal reproduzido abaixo:

õAs cooperativas de Kombis formam uma espécie de mercado de trabalho informal que emprega cerca de 300 moradores entre motoristas, cobradores e fiscais. As cooperativas são identificadas por um adesivo no pára-brisa e cada uma tem seu próprio esquema. Quem é proprietário do veículo chega a ganhar cerca de mil reais por mês, descontada a porcentagem da cooperativa. Já quem trabalha como motorista ganha 30 reais por dia. Os cobradores, aqueles menininhos que abrem e fecham porta, ganham aproximadamente 10 reais diários.õ (2000:6).

O fato de prestarem um serviço diferenciado à comunidade e de oferecerem emprego aos moradores mobiliza os afetos em torno de uma luta de classe, pela legalização do transporte alternativo.

õO velho sonho dos motoristas de Kombi de sair da ilegalidade está quase se transformando em realidade. Dia 30 de maio foi lançado o decreto Municipal nº 19951, regulamentando o funcionamento de Vans e Kombis na cidade.

... õPara se adequar às condições previstas pela Secretaria Municipal de Transportes Urbanos (SMTU) para regulamentação, diversos motoristas estão vendendo a Kombi velha para comprar uma mais nova.õ. (2006:6)

Uma outra mensagem subliminar aparece ao longo do texto: a de que o alternativo não significa menos. Ao contrário, é a estratégia dos que vivem à margem para conquistarem uma vida digna. E a de que a luta pelo reconhecimento de suas estratégias deve ser assumidas por todos. O sentido de comunidade que emerge como solidariedade aparece de modo nítido nesta e em outras matérias, a partir dos temas mais insuspeitos. Como no texto: *“A população que mora nas ruas da Maré”,* publicada na página 8 daquela edição. Identificados, na maior parte das vezes, como mendigos, os moradores de rua ganham identidade e voz.

A matéria via desmistificar algumas das idéias em torno desses personagens, como a de que são vagabundos e trazem sujeira e perigo para o seu entorno. O texto relaciona a situação dos moradores com o contexto do país, reconectando o problema às suas causas e reconhecendo na opção pela rua uma daquelas estratégias de que falamos.

“O catador de lixo Francisco da Silva tem 59 anos e há um ano morava no Kinder-Ovo. Com a demolição do conjunto de barracos pela Prefeitura, Francisco teve que arranjar abrigo em alojamentos improvisados de madeira debaixo do viaduto da Linha Amarela. Hoje, o catador integra um time que em plena época de crise e apagão só tende a aumentar: a população de rua da Maré.” (2001:8)

O uso do eufemismo *“alojamentos improvisados”* para retratar a situação do personagem recoloca a questão da estratégia presente nos espaços populares. É o improviso, o jeitinho brasileiro para sobreviver depois da derrota. Ao mesmo tempo, o texto coloca o receptor numa posição de risco em relação ao problema que será examinado, quando afirma que *“em época de crise e apagão, o time de moradores de rua da Maré só tende a aumentar”*.

O texto revela que, ao contrário do que se pode pensar, a linha que separa o morador da rua daquele que se abriga sob um teto de madeira, como o da comunidade de Mandacaru, sob palafitas, pode ser muito tênue. Para que não haja dúvidas a respeito de quem é esse sem teto, a matéria acrescenta *“quem mora na rua tem suas próprias regras, como deixar o local utilizado para dormir limpo para evitar problemas”*. Portanto, é alguém que respeita as regras de convívio social, não está simplesmente à margem delas.

Por fim, a matéria nos lembra que todos temos nossos preconceitos. E o morador de rua, vítima da discriminação da própria comunidade, pode, metaforicamente, representar o morador da favela, também discriminado no espaço da cidade:

Às vezes, temos que chegar no açougue para pedir pelanca para o nosso sopão. E o pior é que tem gente que joga fora mas não dá para a gente. O revela Darivan Severino da Silva, 37 anos, que ganha cerca de 30 reais por semana catando lixo na Maré.

Claramente se vê a intenção de mobilizar as solidariedades em torno de uma realidade vivenciada em maior ou menor grau em toda a comunidade. Não se trata apenas da realidade da escassez, mas a da discriminação.

Na edição de setembro de 2001, um texto publicado na página de Rascunho, toda ela feita a partir da contribuição de moradores, revela mais uma vez o tema da solidariedade entre as diferentes demandas da comunidade. O artigo chama-se *O racismo existe no Brasil?* e é assinado pelo professor de História do pré-vestibular do Ceasm e morador da Nova Holanda Edson Diniz. Ainda no primeiro parágrafo, o autor pergunta:

O amigo leitor já reparou em quantos professores negros teve ao longo da vida? E qual a cor do padre? do pastor? A cor do galã da novela das oito? E nossas apresentadoras infantis ... quantas são negras? Diante disto colocamos a questão: somos mesmo uma democracia racial?

O tom coloquial do texto e a interpelação do receptor o amigo leitor constroem uma proximidade entre a instância produtora e receptora, acentuada pelo fato de o autor ser, ele próprio, morador da comunidade. O texto segue mostrando os dados do IBGE segundo os quais a população negra vive em condições muito piores que as da população branca do país, para desmontar a tese sobre a democracia racial brasileira.

O emissor mobiliza os afetos do receptor em torno da desigualdade racial do país e do silêncio a respeito da questão. A construção do texto, no entanto, encobre o desequilíbrio de forças entre emissor e receptor, perceptível em trechos como ... esse tema deve ser discutido em público, posto na ordem do dia. Precisamos acabar com o problema mais grave do racismo no Brasil: o nosso silêncio.

O uso da modalidade diretiva o deve ser discutido o é amenizado por uma presumível co-participação do próprio emissor no processo o precisamos. A despeito da prevalência do próprio emissor, o que se explica pelo gênero do texto analisado, um artigo, a ideia de que as demandas de comunidades particulares é a demanda de toda a comunidade está presente.

Embora não sejam citados dados a respeito da população negra na Maré, sua existência permeia todo o texto, como um interdito. A imagem utilizada para ilustrar o artigo é um negro, com cabelo rasta, agredido por soldados e reforça a legitimidade do pleito e a identidade entre o leitor e o objeto da reflexão. Mesmo para os brancos favelados, a violência policial é uma ameaça muito concreta. O projeto de reunir várias demandas em torno da favela se vê com clareza.

Ainda na mesma edição, o editorial revela duas novas conquistas do jornal: o aumento do número de páginas, de 12 para 16, e a ampliação da tiragem de 10 mil para 20 mil exemplares. Com o crescimento, cria-se uma página dedicada aos jovens, o Cidadãozine. E os anúncios passam a concentrar-se numa única página, uma espécie de classificados, embora ainda existam alguns poucos anúncios ao longo das outras páginas do jornal.

A evolução pode ser lida como sucesso do jornal, mas também como sintoma do prestígio conquistado pelo Ceasm em três anos de trabalho. A matéria de capa do jornal justifica esta interpretação: *“Folias Guanabaras, a volta aos palcos do Corpo de Dança da Maré”,* fala sobre o segundo espetáculo encenado pela comunidade a partir da parceria com o coreógrafo Ivaldo Bertazzo. A temporada no Rio de Janeiro, no Sesc Tijuca, e as apresentações em São Paulo, Salvador e Washington renderam centenas de centímetros nos cadernos de cultura, alguns dos quais mereceriam uma análise à parte.⁴⁷

Mas diferente da cobertura da grande imprensa, na do *Cidadão* a comunidade tem voz. Os nomes de todos os 66 bailarinos em cena estão na matéria, que também traz depoimentos de participantes.

No entanto, vamos nos deter no destaque que *O Cidadão* deu ao espetáculo e suas interseções com o projeto político da instituição. Embora tenha surgido da iniciativa de um grupo de moradores e ex-moradores, nascidos ou não na Maré, o Ceasm freqüentemente se vê num embate entre a legitimidade e a autenticidade de seu discurso na comunidade.

A presença de Folias Guanabaras na capa do *Cidadão* se justifica, então, por muitos ângulos: pela valorização da cultura local e do morador que produz arte de

⁴⁷ Na capa do Segundo Caderno de *O Globo* do dia 05 de setembro, o Bertazzo estreia “Folias Guanabaras” com crianças e jovens da Maré mostra um texto bem intencionado, mas que escorrega na semântica. A jornalista Adriana Pavlova assina a matéria que, a certa altura, conta como o espetáculo “quer dizer, sobretudo, um *bando* [grifo meu] de 66 crianças e adolescentes moradores da favela que descobriram na arte a chance de vislumbrarem um mundo mais justo”.

qualidade a despeito das dificuldades; pelo reconhecimento do trabalho do Ceasm no circuito cultural da cidade; e também como uma espécie de reposta à crítica freqüente de que o Ceasm trabalha mais para fora do que para dentro da Maré, no que diz respeito à visibilidade que a ONG obteve na sociedade e na mídia, em especial.

Ainda aqui se vêem fortes os laços entre a instituição e o veículo, laços que vão se tornando mais tênues ao longo do tempo. Não que o jornal se desligue da instituição que lhe deu origem. Mas o apoderamento do jornal pela comunidade vai mudando, aos poucos, o sentido de vinculação⁴⁸, até aqui, ainda muito forte. Como se pode ver na carta enviada por e-mail pela moradora Maria do Carmo:

“Nós, os moradores da Vila do João (Rua 12), viemos por meio desta solicitar ao pessoal do Ceasm a gentileza se possível de apelar junto à CEDAE que pelo amor de Deus desentupam os esgotos de toda a rua. Pois nós já fizemos diversas solicitações e não fomos atendidos. Desde já agradecemos a atenção de todos.”

O fato de apelar ao Ceasm e não ao jornal revela a força da ONG e a identidade entre o jornal e a instituição que o produz. Mas há outro dado curioso na carta, que merece uma análise. A criação do jornal e a escolha do nome estiveram ligados a um projeto político de luta pela valorização do morador e de reconhecimento de sua cidadania. A cobrança de um serviço de qualidade, não a partir de uma instância institucional, associativa, mas de um movimento local, de rua, revela o amadurecimento político da população. Da mesma forma, mostra que as lutas de cada rua, de cada localidade, podem se articular e ganhar força com a mediação de uma instância legitimada.



Em agosto de 2002, o jornal sai com 24 páginas e traz um caderno especial em comemoração aos cinco anos do Ceasm. As matérias vão relembrar o momento da fundação e os programas mantidos pela instituição. Mas a riqueza da edição não está apenas no caderno sobre a instituição. Na edição que traz André

⁴⁸ Na sondagem de opinião realizada pelo Observatório Social da Maré, em 2003, para O Cidadão, para 90,7% dos 784 moradores ouvidos, o veículo é simplesmente o jornal do bairro Maré.

Esteves como editor interino e Hélio Euclides como editor assistente, a matéria principal vai abordar a questão do idoso na comunidade. Com uma apuração e um texto impecáveis, a reportagem trata dos dramas, alegrias e aventuras de encarar de uma só vez dois estigmas: a velhice e a pobreza.

Já no segundo parágrafo, o texto faz um retrato das consequências de chegar à terceira idade sem assistência:

“Cega e com o marido muito doente, Maria Aparecida ficou trancada cerca de 3 meses em sua própria casa praticamente sem alimentação e higiene ó uma vez que o banheiro ficava fora da residência. Seu esposo, também idoso, vivia a mesma situação em outro andar da casa. A sorte foi, um dia, a vizinhança ouvir os gritos de socorro emitidos pelo casal. Quando os vizinhos entraram na casa, o quadro era assustador: um odor insuportável, muita sujeira e os dois em condições precárias de saúde e higiene. O fato sensibilizou a vizinhança e, com a ajuda dos agentes comunitários de saúde, fez-se um mutirão de ajuda e limpeza da casa. Dona Maria foi tratada e seu marido internado. (2002:12)

A matéria segue abordando outros aspectos da vida dos idosos: os grupos e atividades dedicados à terceira idade, os serviços oferecidos nos postos de saúde, as opções de lazer, a inserção na comunidade e o papel deles nas famílias. A matéria dá voz a grupo que, mesmo dentro da comunidade, assume a invisibilidade. Nas famílias, acabam dividindo a pequena aposentadoria com filhos e netos. Os que têm saúde cuidam dos netos e fazem as tarefas domésticas. Os doentes gastam o pouco que ganham com remédios. A depressão, o abandono, mas também a vitalidade e a força de vontade aparecem nas histórias registradas pelo repórter.

Cabe, aqui, um parêntese: nenhuma das matérias do *Cidadão* é assinada. Seja para evitar problemas com a categoria ó já que a equipe tem poucos repórteres profissionais -, seja porque a apuração e os textos são produzidos coletivamente, ou ainda para não expor os produtores das matérias, sobretudo aquelas mais polêmicas, as reportagens não trazem assinatura alguma.

Voltando à edição, outras colunas enfocam a questão dos idosos, como o perfil, que naquele número elegeu como entrevistada Dona Elidia, uma mareense de 104 anos. Coincidência ou não, na mesma edição aparece um pequeno box, no rodapé, com o sugestivo título “Como vovô já dizia”, que se tornaria uma das sessões de maior prestígio dentro da comunidade, identificadas apenas como Dicas da vovó.

Na página 6, a matéria sobre a localidade de Marcílio Dias, começa com o trecho da música dos Paralamas do Sucesso que popularizou a Maré nos anos 80.

Alagados, que faz alusão às semelhanças entre as palafitas da Maré e as habitações precárias de Trenchtown, no gueto jamaicano, aparece aqui para lembrar o leitor que aquela paisagem não desapareceu.

“Numa das extremidades do bairro, em Marcílio Dias, algumas localidades mais pobres chamadas de Kelsson, Mandacaru e Terra Nostra ainda convivem com o cotidiano dos barracos de madeira, esgoto a céu aberto, muito lixo, rato e todo os tipos de inseto. São lugares onde poder público é uma palavra distante. (2002:6)

É interessante notar que a página “Histórias da Maré”, naquele número, traz a primeira parte de um dos capítulos bem conhecido pelos mais antigos moradores da região: o lançamento do Projeto Rio, em 1979, responsável pela erradicação de boa parte das palafitas da Maré. Num box da matéria, o texto lembra o que significavam as construções de madeira:

“Em geral, eram barracos de um único cômodo, sem condições mínimas de higiene. As ruas eram formadas por tábuas sendo comuns os acidentes ó alguns fatais, com crianças que caíam na lama. Eram muito comuns ainda doenças como hanseníase, hepatite e tuberculose (2002:24)

O conjunto da edição, a relação entre as matérias, as histórias pessoais registradas, a contextualização dos assuntos no quadro sócio-econômico do país revelam um conhecimento profundo da realidade da Maré e, ao mesmo tempo, um alto formalismo do ponto de vista jornalístico. Talvez, por isto, podemos considerar uma das melhores edições e um dos melhores exemplos do que se convencionou chamar de jornalismo comunitário. Viviane caracteriza esta como a fase da descoberta:

“No início, falava muito da comunidade. O objetivo era falar da comunidade, até para as pessoas se conhecerem. O pessoal da Nova Holanda não conhecia o pessoal da Marcílio Dias. À Praia de Ramos a gente só ia quando precisava do posto de saúde, e mesmo assim com medo. E começamos a ver que lá tem gente como a gente, com os mesmos problemas, as mesmas lutas.”

A edição traz, ainda, a incrível história de Vicente, o “criador” do Piscinão de Ramos, estrela do noticiário daquele ano. Certamente, em nenhuma das matérias produzidas pela grande imprensa aparece nosso personagem, técnico em construção de piscinas que teria dado a idéia ao então prefeito César Maia. A entrevista, em formato

pingue-pongue, conta ainda o hilário episódio⁴⁹ em que o cantor Dicro e o criador do piscinão teriam protagonizado uma discussão em pleno comício de um político, que fora pedir votos na região.

Por fim, merecem destaque o teste de conhecimentos sobre ãa hora hõ que, num tom descontraído, ensina a forma correta de prevenir-se contra a Aids, e a página do Cidadãozine, que traz uma divertida coletânea de possíveis manchetes sobre o fim do mundo em diferentes veículos. No *JB*, por exemplo, a manchete seria: *õFim do mundo espalha terror na Zona Sul do Rioõ*. Já em *Caras*, *õXuxa faz festa de fim de mundo para Sashaõ*.

Por trás da brincadeira, o jornal faz a crítica da grande mídia, uma crítica, aliás, muito freqüente no veículo. Algumas vezes, aparece de forma velada, outras, de maneira enfática, como no boxe sobre a matéria de *O Globo* a respeito dos pescadores do Parque União. Embora não explicito o texto da matéria a qual o boxe se referia, o depoimento do pescador Carlos dá pistas sobre o conteúdo: *õAqui todos nasceram na Maré. Qualquer pessoa entra e sai a hora que quer. Todo mundo trabalha e não tem envolvimento com nadaõ*. (2002:8). Na ilustração do boxe, um pescador, dentro de uma pequena canoa, usa o jornal *O Globo* como isca para pescar um tubarão.

A partir da análise dos exemplares, concluímos que a proposta contra-hegemônica desta segunda fase jornal se baseava em dois movimentos principais: o de reforçar os laços de solidariedade locais e o de apresentar uma visão sem estereótipo do cotidiano da comunidade.

Reafirmando os valores comunitários e ressaltando a cultura local, *O Cidadão* tocava no ponto fundamental da atuação dos movimentos sociais: o desenvolvimento de uma identidade local, marcada por uma valoração positiva. Concretizar esta proposta exigia, ainda, um esforço contínuo de desconstruir o discurso midiático, que estigmatizava a vida na favela. Desta forma podemos entender a presença sistemática da crítica à grande imprensa, de maneira direta ou através de uma sátira bem-humorada à linguagem õjornalísticaõ.

⁴⁹ Vicente conta que, durante o comício do candidato André Correa, na Praia de Ramos, um grupo de moradores estendeu faixas e vestiu camisas com a frase: *õDeus criou o mundo, Santos Dumont, avião, e Vicente, o Piscinãoõ*. Diante da õpressãoõ, o candidato chamou Vicente ao palanque, que acusou o cantor Dicro, também presente ao comício, de se apropriar da idéia. *õFalei da infelicidade de conhecer uma pessoa que pensava ser meu amigo, o Dicro. O cantor respondeu com palavras chulas e me convidou para descer e cair na porradaõ* (*O Cidadão* Agosto de 2002:7).

3. 4 Mareense!? Existe isso?!

A edição de fevereiro de 2003 enfatiza aquele que será um dos temas mais importantes na constituição da narrativa sobre a Maré: *õMareense!? Existe isso?!õ* O subtítulo completa: *õReflexões sobre um bairro em formaçãoõ*. Só a redação do título mereceria uma vasta análise: o uso dos pontos de exclamação e interrogação juntos nas duas frases, ao mesmo tempo questionando e afirmando, já nos contam muito a respeito da matéria e dos motivos pelos quais ela veio parar na capa do jornal.

Mas antes de entrarmos na análise do conteúdo, vale a pena examinar as circunstâncias em que surgiu o termo mareense. A idéia de õcriarõ uma identidade comum entre os moradores esteve na base não apenas do *Cidadão*, mas de todos os projetos do Ceasm. Vinculando-os ao território, buscavam uma forma de dotar a comunidade de um poder reivindicatório Mas nem o Ceasm nem os fundadores do jornal haviam se debruçado sobre a questão de se criar um vocativo, uma interpelação, nos termos de LACAN.⁵⁰ O nome veio de uma necessidade bem mais simples, como explica Hélio Euclides:

õQuando o Ceasm começou, em 1997, ele tinha essa idéia de trabalhar o bairro Maré. Aí, tem aquela coisa de que o jornalista não pode repetir o nome. Não tinha como. Era morador da Maré, morador da comunidade. Então, como uma resposta da equipe, veio o nome mareense. Encaixava direitinho.õ



A capa sobre a identidade mareense surgiu como resposta à comunidade ao neologismo lançado pelo jornal. Já no primeiro parágrafo da matéria, a equipe se explica:

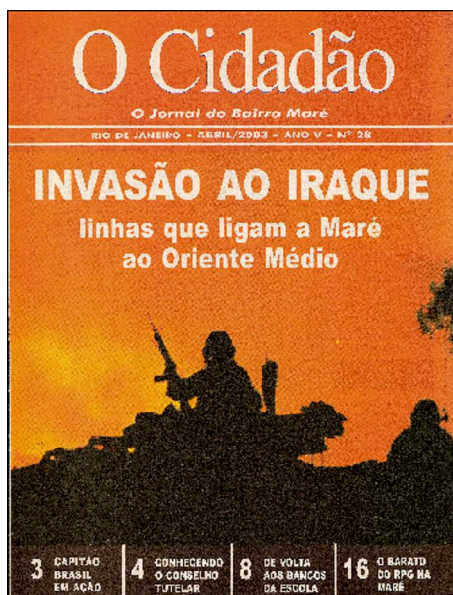
õO leitor do Cidadão é uma criatura danada de atenta. Não é surpresa que o morador já tenha percebido que algumas coisas só são encontradas no jornal ... e mais em lugar nenhum. Dois grandes e polêmicos exemplos: dizer que a Maré é bairro e chamar morador de mareense. Pronto, está feita a confusão! Já até ligaram para a redação pedindo explicação: -Desde quando é bairro. Não é mais favela, não?õ Outros também questionam: -Mareense!? Existe isso? Que coisa de ficar inventando nome!õ É verdade ... o leitor tem razão de não ficar engolindo isso assim fácil, nãoõ. (2003:7)

⁵⁰ Para LACAN (1966/1967) o termo interpelação designa a forma com que somos chamados a ocupar nosso lugar na sociedade

Desta forma, entre a conversa informal e o debate político, o jornal introduz uma das discussões mais caras ao seu projeto e ao do Ceasm: a valorização da identidade mareense. Mas a matéria não procura persuadir o morador da importância de assumi-la. Em vez disso, ouve as opiniões contra e a favor, explicita os motivos de uns e outros, relata as circunstâncias históricas que deram origem ao bairro, questiona as condições necessárias para que a proposta se torne plena e analisa as possibilidades que a incorporação do termo oferece.

Embora, como veremos adiante, a aceitação da identidade mareense dependa das circunstâncias, ou da estratégia, o nome *ôpegouô*. Mas a complexidade do termo não se resume à aceitação da identidade mareense. Uma outra questão, abordada de forma muito sutil, dificulta a integração da comunidade: as fronteiras do bairro, impostas pelo tráfico e *ôaceitasô* de forma velada pela comunidade. O texto lembra que *ôDiversos moradores argumentam: que bairro é esse que tem fronteiras, que eu não posso passar de um lado para o outro? Será que isso acontece com qualquer outro bairro como Ipanema ou Madureira?ô*.

Nesse sentido, *O Cidadão* desempenha um papel fundamental na comunidade. Ainda que não se coloque frontalmente contra o tráfico, deixa nas entrelinhas o questionamento a respeito da naturalização dos conflitos entre traficantes e a internalização deste discurso pelos moradores.



É o que se vê na matéria de capa de abril de 2003, *ôInvasão ao Iraque ó Linhas que ligam a Maré ao Oriente Médioô*. Na matéria, o texto diz, a certa altura: *ôImpulsionado pela economia bélica dos EUA, o mundo pode se transformar numa grande feira de armas ... será cada vez mais comum a visão de armamento militar pesado em ambientes civisô*. A foto ao lado da matéria, para que não haja dúvidas, mostra o sentido da frase: um poste cravado de marcas de balas com a legenda *ôAlguns postes na Maré testemunham a militarização da América Latinaô*.

A abordagem sutil, no entanto, não convence os setores mais extremistas, que esperavam um enfrentamento mais explícito contra o tráfico. Se lembrarmos, no

entanto, que os produtores do jornal são, em sua maioria, moradores da região, dá para imaginar os riscos a que estariam expostos, como lembra Viviane Couto.

õTem gente que fala: -Tem que falar do tráfico. Mas quem vai? Aí criticam, falam que o jornal não é politizado, mas ninguém vai láõ.

Nem mesmo o tom sutil livra a equipe da exposição. Numa das edições que tratava do CPV da Maré, um dos chefes do tráfico na localidade de Roquete Pinto impediu a entrada dos distribuidores e convocou um membro da equipe para se explicar. Hélio Euclides se encarregou de desfazer o mal entendido.

õEu tive que ir na *boca* explicar que não era CV, era CPV, o curso pré-vestibular do Ceasm. O dono falou que, se fosse CV, eu ia morrer ali mesmoõ.

Mas, ainda que sujeito à lei do silêncio que impera na comunidade, a própria presença do jornal nas 16 localidades contribui para minar a força dos traficantes na região. Basta lembrar a presença dos distribuidores, morados de diferentes comunidades, que atravessam territórios considerados proibidos por facções rivais para entregarem os jornais de casa em casa.

Já no primeiro ano do jornal, a equipe se deparava com essa dificuldade, que, efetivamente, restringia a circulação do jornal a territórios neutros, como as associações de moradores, escolas, postos de saúde e o próprio Ceasm. Segundo o depoimento do ex-editor Marlúcio Luna.

õO distribuidor de uma comunidade não podia distribuir o jornal em outra comunidade. O morador do Timbau não podia circular pela Nova Holanda com facilidade. Isso já era um problema na épocaõ.

A ampliação da distribuição do jornal, neste sentido, representa uma vitória da comunidade contra a territorialização imposta pelos traficantes, como lembra Hélio Euclides.

õTem que pensar que esses garotos são todos moradores da comunidade. Eles quebram esse negócio de facção. Mas tem que ter o suporteõ.

Ao longo do ano, outras edições do jornal retomam o tema de lutas particulares, com as quais o jornal se solidariza e convida os moradores a se solidarizarem. Em junho, discute-se a questão das cotas para negros nas universidades e a qualidade do ensino público oferecido na região. Em dezembro, as mulheres estarão

em questão. A história da capa, muito bem apurada e escrita como as demais, merece uma atenção especial. O mais interessante do episódio, no entanto, não pode ser apreendido pelo texto. É a história de uma foto de capa, contada pelo então fotógrafo Hélio Euclides.



“Uma vez, o jornal tinha pouquinho filme para tirar foto e a capa era sobre mulher. Eu falei: ‘Pô, André, eu ainda tenho duas poses’. E o André falou: ‘E você vai conseguir a capa com duas fotos?’ ‘Aí, eu vi uma mulher dando de mamar. Foi coisa de Deus mesmo. Peguei uma cadeira e tirei a foto de cima para baixo. Ficou ótima.’”

Como expressão de uma comunidade marcada pela pobreza, *O Cidadão* não passava incólume pelas dificuldades financeiras que marcam os projetos de comunicação populares. Os recursos obtidos com anúncios pagam apenas a distribuição. Já os jornalistas recebem um valor fixo, destinado pela instituição a partir do patrocínio de outros

projetos. Hélio conta que:

“Desde que *O Cidadão* começou recebe o mesmo dinheiro, R\$ 2.500. O jornal era trimestral. Depois, passou para mensal. O dinheiro diminuiu. Eu já cheguei a ganhar R\$ 620. Hoje, ganho R\$ 370.”

A despeito da qualidade gráfica, obtida graças à parceria com a Ediouro, o jornal sempre enfrentou dificuldades, principalmente para manter a equipe. A falta de dinheiro explica, na maioria dos casos, a desistência dos jornalistas que participam do projeto. Como no caso de um ilustrador que deixou a equipe, relatado por Viviane.

“Tinha uma pressão da família para ele fazer alguma coisa que desse dinheiro e como ilustrador ele não ganhava nada. Outro dia passei e vi que ele está trabalhando no posto de gasolina como frentista.”

Em 2004, a edição de agosto é a última que traz a assinatura do editor André Esteves. O número seguinte, de outubro/novembro, trará dois editores: André e Viviane. Na verdade, o antigo editor já estava desligado do *Cidadão*. Recebeu o convite do então diretor do Ceasm Jailson de Souza e Silva para participar da Escola de

Comunicação Crítica da Maré, coordenada por uma nova ONG local: o Observatório de Favelas.

Quem examinar o jornal atentamente vai perceber que a mudança não se resume à assinatura. As marcas da transição estão por todo lugar: nas pautas, muito mais focadas em serviços aos moradores; na linguagem, que retoma o cânone jornalístico-objetivo. A capa daquele mês, no entanto, demonstra preocupações que vão além do dia-a-dia jornalístico, interessada em pôr em pauta problemas esquecidos pela imprensa tradicional.

õO peso da questão racial na Maré vai tratar dos conflitos que estão na base da formação da comunidade ó por que não dizer do Brasil? O texto relata a história de discriminação na Maré com uma sinceridade poucas vezes vista em relação ao assunto, como no depoimento da moradora do Parque Maré, Maria da Conceição Rodrigues:

õAs primeiras comunidades da Maré foram se formando através de uma população basicamente nordestina. Eu acompanhei a criação da Nova Holanda e a transferência das pessoas que vinham dos morros para cá. Só vinham negros. Chegou a ser mais ou menos 80% ... E nós que já morávamos aqui ficamos com medo, fechamos as portas e procuramos não ter contato nenhum com elesõ (2004:12)

A imagem de capa também mantinha a identidade que marcou a segunda fase



do jornal: uma bela fotografia de Ripper em tom sépia, onde se vê uma idosa negra carregando uma trouxa de roupa na cabeça. Mas não havia dúvida de que o *Cidadão* estava mudado.

O momento em que a moradora Viviane assume a edição do jornal significou, em termos simbólicos, que a comunidade tomava posse do *Cidadão*. Representou, também, o início de uma nova fase do jornal em que a distância entre o institucional e a editorial tornou-se mais marcante.

3.5 Domínio Local

Vale dizer que a saída do André e a chegada da Viviane coincidiu com o momento em que o jornal ganhou reforço de três voluntários com experiência na grande mídia. A participação deles se deu, no entanto, de maneira irregular ao longo dos próximos números do jornal. Mas, sem dúvida, também deixou suas marcas.

Flávia Oliveira e Aydano André Motta, ambos de *O Globo*, assumem a coordenação de edição. Vão auxiliar a equipe comunitária a editar as páginas, definir os títulos e legendas, escolher as fotografias e ilustrações da edição. Também revisam os textos depois que as páginas estão editadas. Compensam, com sua experiência, a falta de formação da equipe, boa parte dela ainda no Ensino Médio ou no pré-vestibular.

A terceira jornalista da equipe, eu mesma, fui encarregada de cuidar da coordenação de reportagem. Na prática, minha responsabilidade era a de orientar os repórteres no desenvolvimento da pauta, verificar a apuração e editar os textos. A revisão dos textos, no entanto, também tinha caráter de orientação.

Quando o texto estava confuso, ou mal ordenado, o repórter primeiro recebia a orientação sobre como refazê-lo. Só nos casos extremos, quando não conseguia



reescrever dentro da proposta ou quando o tempo era insuficiente para tantas idas e vindas, é que eu fazia o copy desk. A idéia era justamente a de preparar a equipe para desempenhar sozinha todas as funções do jornal.⁵¹

As mudanças na linha editorial, na linguagem e até na edição devem ser vistas, então, sob esse duplo prisma: por um lado como manifestação da comunidade no comando, e, por outro, como reflexo de um olhar jornalístico no sentido formal.

Na edição de dezembro de 2004, o primeiro resultado desta parceria: *õGoverno Lula faz dois anos. E aí?õ* O texto não deixa dúvidas a respeito da mudança:

⁵¹ Hoje, digo sem a menor dúvida que a nossa presença tem muito mais peso no expediente do que na rotina do jornal. Há pelo menos um ano que a equipe toca o jornal de forma autônoma.

“Dois anos se passaram, desde que o metalúrgico Luiz Inácio da Silva chegou ao poder e o que se vê no Brasil ó e na Maré não é diferente ó é um misto de decepção e esperança. De um lado, o crescimento econômico enche de orgulho e de elogios o nosso presidente. De outro, a decepção toma conta dos eleitores de Lula que ainda não sentiram no dia-a-dia os reflexos de tanto crescimento. No meio desse conflito resta a esperança de que, fortalecido pela estabilidade econômica e pela confiança do mercado, o país invista na tão sonhada transformação social.” (2004:12)

Em outras matérias, a mudança é mais sutil. O jornal continua, sem dúvida, conectado à realidade da Maré, mas faz o movimento contrário ao que, na maior parte dos casos, caracterizou as reportagens: parte do global para se chegar ao local. Na fase anterior, não raro as matérias de capa começavam com uma história de morador, para só então introduzir a questão macro que seria discutida na edição. Na nova fase, o macro vem em primeiro plano, para só então situar a Maré naquela conjuntura.

Como se vê na edição de Março/abril de 2005, que traz na capa o tema do desemprego. O título da matéria: “*Sobreviver é preciso*”. O subtítulo localiza o problema de forma direta: “*Moradores da Maré sofrem na pele as consequências do desemprego e criam alternativas para enfrentar este problema nacional*”. O texto começa de maneira inequívoca;

“Apesar de todo o discurso, o governo Lula ainda não conseguiu eliminar do país um dos maiores problemas sociais: o desemprego. Nem o Programa Primeiro Emprego, nem outras medidas adotadas pelo presidente neste sentido, conseguiram mudar esta dura realidade no país. Segundo o IBGE, há, no Brasil, 2,2 milhões de desempregados. Gente como Damiana Firmino da Silva, 39 anos, moradora da Baixa do Sapateiro, desempregada há cinco anos” (2004:12)

A matéria segue contando as histórias de moradores segregados do mercado formal de trabalho, as alternativas encontradas para sobrevivência e as opiniões dos mareenses para explicar o fenômeno do desemprego. No cantinho da matéria, porém, existe a marca de um jornalismo de outros tempos. Num boxê intitulado “*Estratégias de sobrevivência*”, a reportagem vai discutir uma velha questão, tão cara aos criadores do jornal, a questão da subjetividade.

“Quando você vai procurar emprego, diz que mora na Maré ou em Bonsucesso? Pois é, morar em locais estigmatizados prejudica sim, na hora da entrevista. Às vezes me sinto prejudicada, mas não é todo local que tem esse tipo de preconceito. Uma vez tentei trabalho numa loja, mas a dona logo me descartou. Disse que o shopping fechava tarde e como eu morava em área de risco, era melhor não ficar com a vaga” conta Julia Alessandra dos Santos, moradora da Baixa do Sapateiro. (2005:15)

O editorial traz ainda o tom coloquial de outros tempos, mas num discurso bem mais direto na oposição ao poder constituído:

«Às vésperas do primeiro de maio, Dia do Trabalho, o mareense tem pouco para comemorar. Quem tem um emprego não está nem um pouco satisfeito com a discrepância entre o trabalho que faz e o mínimo que recebe. Nem o aumento vindouro deixa os trabalhadores mais satisfeitos. Ainda mais quando vemos os «pobres» deputados federais articulando um aumento de, no mínimo, R\$ 9.000 para os seus modestos salários.» (2005: 2)

Outras mudanças estão em curso. As capas têm agora um olhar feminino: Cristiane Barbalho, aluna de jornalismo da PUC, fez o curso de fotografia na comunidade com João Ripper e assume a função de fotógrafa no jornal. É dela a foto do catador que ilustra a edição.

As cartas já haviam deixado a página 2 e se instalado na página de Rascunho, dedicada a produções dos moradores. Mas se tornam cada vez mais raras. Isto não deve ser visto, de maneira apressada, como um distanciamento da comunidade em relação ao jornal, como explica Viviane.

«A gente recebe muita crítica, sugestão, mas é de boca. A gente fala: «Escreve!» A Maré não tem cultura da escrita, é tudo falado. Eles rodam, rodam e não fazem. Parece que se escreverem estarão criticando e se criticarem nós vamos perder o emprego.»

Aos poucos, as páginas vão se organizando por assuntos e ganhando um antetítulo, um embrião das editoriais que viriam na edição de junho/agosto. Nela, já se vê com clareza a estrutura que o jornal passaria a adotar:

Editorial ó em geral relacionado com a capa, apresenta a relevância do tema para a Maré e levanta as principais questões relacionadas ao assunto. Também introduz os outros assuntos da edição.

Eles também lêem o Cidadão - a simpática coluninha abaixo do editorial ganha um espaço fixo. Ela mostra personagens famosos e anônimos, de dentro e de fora da Maré, com seus exemplares do jornal na mão.

Saúde ó uma página dedicada aos problemas mais recorrentes na região, como a Tuberculose, que, segundo os dados do Centro de Saúde Américo Veloso, em 2003 atingiu 202 moradores da Maré.

Serviço ó vai tratar das questões imediatas da comunidade, ligada à infraestrutura urbana.

Perfil é uma das mais antigas editoriais do jornal, mantém a mesma orientação da fase anterior.

Nas redes do Ceasm é página criada também na fase anterior com a intenção de divulgar os projetos da instituição.

Aconteceu na Maré é uma das editoriais mais prestigiadas e disputadas do jornal. Em pequenas notas, faz um mosaico dos acontecimentos do período na região.

Educação é um apanhado dos problemas e desafios encontrados pelas escolas, pais e alunos da região.

Maré Musical é página dedicada aos músicos locais.

Rua é a cada edição mostra as características, a história e as memórias dos moradores das diferentes ruas do bairro.

Esportes é fala dos times, dos esportes preferidos, dos espaços para a prática desportiva.

Página de Rascunho é mostra as produções dos moradores no campo da literatura, do desenho, as reivindicações, artigos e as raras cartas.

Memórias da Maré é última página do jornal, produzida pela Rede Memória, com o objetivo de resgatar e preservar a história da região.

Capa é a matéria principal da edição, com quatro páginas, abordando questões prementes no contexto do país, a partir do olhar dos moradores.

Além destas, também são fixas as colunas Natureza Cidadão, com dicas caseiras para saúde, Sabor da Maré, com as receitas de moradoras da região e Como vovó já dizia, que resgata o quebra-galho das tradições populares.

A tônica desta fase é revelar a importância que o jornal assumiu dentro da comunidade. Dessa forma se explica a coluna Eles também lêem *O Cidadão*. Ao longo de diversas páginas também se vêem pistas desta opção. Na edição de julho/agosto de 2005, na página 2, uma pequena matéria é *O Cidadão em sala de aula* é conta a experiência do Programa de Educação de Jovens e Adultos, do Ciep Ministro Gustavo Capanema, no uso do jornal em trabalhos e provas.

As cartas dos leitores, agora, também se dirigem à redação do jornal, não mais ao Ceasm. Da mesma maneira, as pautas tratam muito mais do dia-a-dia da comunidade sem a preocupação em associar o trabalho do Ceasm às dificuldades ou à cultura da região. Assumiu, efetivamente, a identidade de jornal do bairro Maré, como revela Viviane:

“Quando a gente começou o André disse que ia ser difícil. A gente andava na rua para pedir depoimento e quase ninguém queria parar para falar ou então falava o básico do básico. As pessoas ficavam desconfiadas. E o André falava que era assim mesmo. Hoje, a gente está andando, às vezes está namorando, e o morador fala: ‘Vem ver isso aqui, tem que botar no jornal’. Já tem uma credibilidade.”

A relação entre o universo do jornal e a comunidade nem sempre fica clara nas matérias. Mas as histórias por trás das pautas revelam uma relação bastante sólida. Muitas vezes, as pautas chegam à redação pelas vias mais insólitas, como lembra Hélio.

“Eu estava fazendo a matéria de umas pontezinhas na Vila do João e um morador falou: ‘Debaixo do pé de vocês tem caramujo’. O morador veio e falou que não é só ponte, tem outro problema. A gente podia ter dito: ‘Depois vê isso’. Mas foi lá, viu, fez a matéria. Depois que a matéria saiu, fizeram a ponte.”

Apesar das dificuldades financeiras e da falta de recursos técnicos, a equipe vem se profissionalizando desde então. Através de uma doação do Instituto Telemar, a redação conseguiu mais computadores e garantiu o acesso à internet por banda larga. Com os poucos recursos destinados ao jornal, uma equipe fixa recebe remuneração e garante a dedicação diária ao trabalho na redação. Nos finais de semana, um dos repórteres está de plantão, garantindo a cobertura dos eventos.

Do ponto de vista da capacitação, a equipe também realizou avanços. Os dois editores que sucederam Viviane, na época estudante de letras, estavam cursando jornalismo na PUC. Os repórteres que ainda não tinham conseguido ingressar na faculdade, agora já estão matriculados em cursos de jornalismo. Essa transformação no perfil da equipe produziu mudanças significativas na linha editorial do jornal, como se verá adiante.

Ainda durante o ano de 2005, a edição de julho/agosto vai tratar de uma das questões mais delicadas na região: o adolescente e a sexualidade. “*Tempo de crescer*” é o título do texto que relata os dramas da gravidez na adolescência, a prostituição de meninas da Maré, as infecções por HIV, a “prova de amor” a que as garotas se submetem e a falta de diálogo entre filhos e pais sobre sexo. Alguns trechos da matéria revelam a complexidade do assunto:

“Joice de Freitas, moradora da Nova Maré, tem apenas 17 anos, mas já encara os desafios da maternidade. Mãe de um bebê de 2 anos, ela faz parte

de uma estatística cada vez mais alarmante: a cada ano, no Brasil, nasce um milhão de bebês filhos de meninas de 10 a 19 anos.

...A mãe de Joice, Emília Maria, de 48 anos, ilustra esta barreira dos pais em tratar do assunto com os filhos. “Eu nunca falei sobre sexo com minhas filhas. Só falava para não se perderem. E só soube que a Joice estava grávida quando ela foi ao médico por causa de uma gripe”, relata.

Na edição seguinte, setembro/outubro, a última que teve Viviane como editora, trouxe a Baía de Guanabara como tema principal. O texto da matéria “*Baía de Guanabara, um tesouro agonizante*”, faz um histórico da região, relembrando a época em que se podia tomar banho de mar nas praias da Baía. Reconecta a degradação ambiental à falta de investimentos em infra-estrutura, desconstruindo o discurso que culpabiliza a pobreza pela poluição. E aponta outros agentes responsáveis pelo estado da Baía.

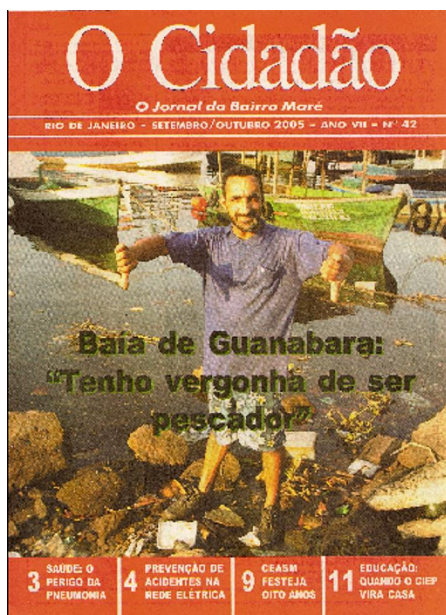
É o caso das empresas Companhia Vale do Rio Doce, do Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim e da Petrobras, todas ouvidas na matéria. A Petrobras é uma das parceiras do Ceasm, financiadora de um dos mais importantes projetos da região, o Programa de Criança Petrobras, que também destinava uma pequena parte dos recursos para *O Cidadão*. Na edição, há, inclusive, um pequeno anúncio do projeto na página 2 do jornal.

Como em toda empresa jornalística, questões delicadas como esta suscitam amplas discussões e consultas. Embora não tenha entrado em confronto direto com a empresa, encampando a reivindicação dos moradores, a matéria reproduz na íntegra suas declarações.

“Depois do derramamento de óleo, o camarão sumiu, paralisando as embarcações. Ganhamos a causa na justiça contra a Petrobras, que ainda não pagou. Estamos esperando o pagamento para sairmos do sufoco e pagarmos as dívidas. Hoje, tenho vergonha de ser pescador, desabafa Claudemir de Souza, 37 anos, o Tubarão, da Colônia Z-11 da Praia de Ramos.

Ismael Martins, 52 anos, da Marcoop, completa, revoltado. “Não quero mendicância e sim a punição da Petrobras. O vazamento de óleo foi um crime. Por causa dele temos que abrir a tainha e lavar com vinagre e limão, antes de o freguês ver”, denuncia (2005:14).

Na seleção das fontes fica clara a tomada de posição do jornal em relação à questão. Os pescadores, responsáveis por algumas das primeiras ocupações da Maré e vozes quase ausentes no cenário midiático, ganham amplo espaço para reivindicação e mobilização. Na matéria, são eles que aparecem como os defensores do meio ambiente, como atesta o repórter Hélio, no relato que produziu para o jornal, um dos poucos textos já assinados na longa trajetória do veículo:



Ah! O coração bateu mais forte! (2005:15)

O estilo coloquial, que coloca o emissor em linha direta com o receptor, revela uma das melhores heranças do jornal. Em vias de concluir a faculdade de jornalismo na Unisuam, Hélio é ócriaõ do jornalismo comunitário: fez o curso de comunicador popular, acompanhou de perto a TV e a Rádio Maré, participa do *Cidadão* desde o primeiro ano. Já passou pelas mais diversas funções: secretário de redação, fotógrafo, coordenador de reportagem, subeditor, administrador. Está ócotadoõ para assumir a

edição em 2008.



pacificador, o Caveirão⁵². O texto não deixa dúvidas:

Uma outra herança, essa incorporada por toda equipe, se revela nas matérias em que a comunidade se levanta contra o tratamento do estado e a discriminação contra a favela. A capa de fevereiro/março/abril de 2006, já editada por Renata Souza, retoma a questão de modo enfático: *Quem vai levar a sua alma?* é a pergunta que convoca o cidadão da Maré a se indignar contra a política de segurança pública do Rio de Janeiro, cujo emblema principal é o veículo blindado

⁵² A pergunta é uma referência à mensagem veiculada pelo Caveirão durante as incursões a favelas: *Eu vou levar sua alma!*

“A solução para o problema não é mágica, mas exige uma mobilização séria da população e, principalmente, dos governantes” (2005:13)

O quadro geral revela as histórias de medo vividas por moradores, o constrangimento de perder o emprego, por não poder chegar tarde à comunidade, as mortes registradas como Autos de Resistência. Também revela a força dos movimentos pelo fim da violência, como o “Posso me Identificar” e o grupo “Legítima Defesa”. Ensina o morador a lutar pelos seus direitos, através do serviço de ouvidoria da Secretaria de Direitos Humanos. Por fim, faz uma crítica veemente à cobertura da imprensa, que privilegia a vítima do asfalto e criminaliza a pobreza.

“Quando há um tiroteio, aparecem matérias nos jornais sobre como os moradores dos prédios que ficam no entorno da favela estão desprotegidos. Eles não entram na comunidade para saber como estamos nos sentindo. Não sofremos com a violência?” pergunta a moradora Luciane, do Parque Maré. (2005:15)

A violência policial, neste caso, simboliza todos os tipos de violência sofridos pelos moradores. Não se fala abertamente na violência do tráfico que oprime e restringe os direitos básicos do marceneiro. Mas em alguns momentos o tema aparece, de modo sutil, como no depoimento de Orlando, morador da Marcílio Dias:

“Acredito que os policiais são preparados, mas não têm moral, já que fazem pior que os bandidos” (2006:13)

Para conseguirem os depoimentos, os repórteres tiveram que ocultar a identidade dos personagens. A própria equipe temeu pelos resultados da reportagem, dado o delicado equilíbrio que mantém as relações entre policiais, bandidos e moradores nas favelas. Ainda que não tenha conseguido tocar no ponto central da questão – a presença do tráfico – a equipe considera uma vitória a realização da matéria e a receptividade dentro e fora da Maré. A edição do *Cidadão* chegou até Brasília, durante o protesto organizado por grupos de direitos humanos contra a política de segurança pública do Rio de Janeiro.

Outras matérias da edição revelam o posicionamento político do jornal, numa fase que tem muito da editora, hoje, assessora do deputado Marcelo Freixo. Durante os próximos números, *O Cidadão* vai encampar a luta dos moradores de Mandacaru, na localidade de Marcílio Dias, contra a remoção dos barracos e casas de alvenaria de 554

famílias. No mesmo número, dá voz aos moradores da Vila do João que pedem a construção de uma ponte ligando a comunidade ao conjunto Pinheiro.

A edição seguinte, de junho/julho/agosto/setembro, traz a mesma marca estampada na capa: *ôCopa do Mundo x Eleiçãoô*. O texto faz um contraponto entre a euforia com o torneio de futebol, que mobilizou os moradores, e o desânimo com as eleições. Uma capa assim, com dois temas, se justifica não apenas pela denúncia à despolitização do mareense, mas também por uma questão cronológica: a edição, que seria publicada durante a Copa, acabou se atrasando e a saída do Brasil do torneio jogou um balde de água fria na pauta. A proximidade das eleições forneceu o gancho para esquentar o assunto e dar um novo rumo à apuração.

A periodicidade irregular, um problema constante para o jornal, tornou-se mais acentuada naquele ano. Mas a edição quadrimestral se explica por outro motivo: a transformação gráfica pela qual o jornal passou. Primeiro, tornou-se todo colorido, graças à negociação com a Ediouro. Com o mesmo acordo, o jornal passou a contar com uma página de coquetel (palavras cruzadas), o carro-forte da empresa. Com isto, desapareceu o Cidadãozine.

Além das cores, as páginas ganharam um novo lay-out. Novos fios e uma nova fonte caracterizam o projeto gráfico do jornal. A mudança mais significativa, no entanto, estava na capa: a logomarca do jornal. Embora a logo tenha sofrido poucas mudanças ao longo dos oito anos do jornal ó ora mais condensada, ora com sombra ó havia uma certa confusão em camisetas, canetas e outros brindes do jornal. Era freqüente o uso de uma logomarca construída sobre um muro vermelho, através da qual

muitos moradores reconheciam o jornal. Ou com um leitor estilizado, substituindo o i na palavra.

Para tirar a dúvida a limpo, fez-se uma pesquisa com os moradores. Através dos distribuidores, a comunidade foi consultada e convidada a eleger a logomarca do jornal. Além das logos mais conhecidas, outras opções foram apresentadas. A marca escolhida passou longe da preferência da redação. Mas eleição é eleição e foi feita a vontade popular. A nova



marca, com tipos mais arredondados e com um leitor com o jornal aberto, substituindo a letra i, tomou o lugar da anterior, com tipos mais finos.

O slogan do jornal também mudou de cara e posição, aparecendo alinhado à esquerda, em relação à logomarca e tendo ao lado o mês e ano da publicação. De resto, o vermelho continua a prevalecer, os tipos continuam vazados em branco e apenas a data da publicação passou a aparecer em preto. No editorial, a equipe explica as mudanças e se desculpa pelo atraso:

“Caros mareenses, a edição 45 do jornal *O Cidadão* foi completamente reformulada para que você possa ter mais prazer em lê-lo. Pedimos desculpas por ter falhado em nossa periodicidade, pois enfrentamos graves problemas para viabilizar a produção do jornal. Priorizando a qualidade de nossas matérias e resguardando a confiança depositada por nossos leitores, durante este período reorganizamos o jornal, para podermos apresentar *O Cidadão* de cara nova. (2006:2)

A edição traz, abaixo do editorial, a foto da equipe do jornal, durante reunião de pauta. Em vez do tradicional “Eles lêem *O Cidadão*”, naquele número foi publicado “Eles fazem *O Cidadão*”. A matéria mais importante da edição, no entanto, é a da página 5, que fala sobre a inauguração do “Museu da Maré”. Na última capa, a página Memórias da Maré, também aborda o assunto e reproduz alguns dos depoimentos de moradores que visitaram o lugar:

“Hoje foi a primeira vez que visitei o museu: estava passando e resolvi entrar. Foi uma das melhores experiências que tive nos últimos anos. Incrível! É bom saber que temos história, cultura, tradição, etc. Não somos números ou censo de pobreza, somos gente. Que bom que há quem saiba disso e nos faça lembrar, porque às vezes esquecemos. Obrigado.” (2006:24)

Na edição seguinte, de outubro/novembro/dezembro, novas desculpas, via editorial, pelo atraso e a promessa de tornar o jornal mensal, no ano seguinte. A preocupação em dar satisfações ao leitor e coloca-lo a par das dificuldades encontradas pela equipe revelam a intimidade entre ambos. Mas também mostram o esforço da equipe em mobilizar a comunidade em torno da continuidade do jornal.

A última edição de um ano com apenas três edições vai discutir, a partir da opinião dos moradores, o que falta para que a Maré se realize enquanto bairro. A

chamada de capa não dá muitas pistas sobre o assunto tratado, mas deixa clara a posição de contestação ao estado. *Verdades e incertezas do poder público*.

No corpo da matéria, a ilustração explica melhor do que se trata a reportagem: um César Maia de coroa, sentado no trono e de caneta vermelha em punho cancela os benefícios previsto num documento. Do outro lado da mesa, o cidadão, vestido de bobo da corte lamenta: *Alegria de pobre ...*

A mesma edição traz a matéria sobre o protesto dos moradores na Avenida Brasil contra as mortes de jovens e crianças de comunidades cariocas. O subtítulo da matéria é emblemático da posição do jornal: *Dia das Crianças é escolhido para protestar contra a Política Pública de (in) Segurança*. (2006:16).

3.6 Independência ou morte?

Assim chegamos ao ano de 2007, ponto final desta análise. A promessa, feita em 2006, de regularizar a periodicidade, quase foi alcançada. Ao longo do ano foram seis edições, frequência bem maior do que a média dos nove anos. Como combinado desde a saída de André, a cada ano faz-se uma eleição entre os membros da equipe e escolhe-se um novo editor.

A editora da vez, Cristiane Barbalho, aluno do 7º período de Jornalismo da PUC, também imprimiu sua marca. As matérias, sobretudo as de capa, ampliam ainda mais o foco, abordando as questões de interesse geral que povoam a grande imprensa: Chuvas, Televisão, Aquecimento Global, Obesidade, Pan 2007, Aborto.



A novidade na apresentação das manchetes de capa é o uso do subtítulo, introduzido com a reforma gráfica no meio do ano anterior. Em abril, a edição que fala sobre o aquecimento global tem como manchete: *O mundo pede socorro ó Aquecimento global compromete a saúde do planeta*. A edição causou polêmica. A capa, em si, traz um assunto presente o tempo todo na mídia.

O gancho da equipe para tratar do tema foi o seguinte:

“A equipe do Cidadão fez uma enquete na Maré para saber o que o morador sabe sobre o aquecimento global e que medidas toma para contribuir com o retardamento dos seus efeitos. Todos os entrevistados disseram não saber nada sobre o tema e que não entendem o que a grande mídia publica sobre o assunto. Sendo assim, vamos esclarecer” (2007:12)

O texto, no entanto, apesar de bastante didático, não tem uma abordagem radicalmente diferente daqueles publicados na grande imprensa. André Trigueiro, professor de jornalismo da PUC, e José Abrantes, professor da Unisuam, são as fontes ouvidas ao longo de toda matéria. A conexão com a Maré se dá através de um prognóstico para a região e a possibilidade de que, com o aumento do nível da água, as populações da região precisem sair de lá. O outro link é o trabalho dos catadores de latinhas e garrafas pet da região que, de forma involuntária, dão sua colaboração para recuperar o meio-ambiente.

Não há notícia sobre a enquete que deu origem à pauta, tampouco questionamentos de moradores locais. O box *“Veja o que você pode fazer para amenizar o problema”* traz dicas para o leitor evitar os desperdícios e contribuir para a saúde do planeta. Também poderia estar em qualquer jornal do país. Aliás, estaria muito bem colocado em jornais voltados para um público de classe média, acostumado a usar automóvel e que, portanto, poderia dar sua contribuição trocando o veículo particular pelo coletivo, como recomenda o texto.

Na verdade, dizer que o texto poderia estar em qualquer jornal tem dois sentidos: o primeiro é que a equipe profissionalizou-se a tal ponto que poderia trabalhar em qualquer veículo da grande imprensa com sucesso. Internacionalizaram as fórmulas de estruturação dos textos e ampliaram o vocabulário para alcançar o público médio dos grandes jornais.

O segundo é que, de alguma forma, afastou-se da fórmula comunitária inventada pelo *Cidadão*. Pelo menos da fórmula criada para atingir determinada comunidade, idealizada pelos criadores e pelos jornalistas que sempre estiveram à frente do jornal. Poderíamos, então, nos perguntar: Mudou *O Cidadão* ou mudou a comunidade? Esta questão fica para o próximo capítulo.

Voltando à edição de abril, notamos a presença de outra matéria em alta no período e que acabou *“baixando”* no *Cidadão*: a anorexia. A matéria surgiu da interseção de dois temas, um global, outro local: a morte da modelo brasileira Ana

Carolina Reston Macan, com 40 quilos, no ano anterior e a criação de um curso de modelos na Lona Cultural da Maré. *“Anorexia e bulimia: doenças da moda ó A obsessão com a aparência compromete a saúde das jovens”* explica em detalhes o que são estas doenças e como surgem. A fotografia que ilustra a reportagem foi sintomaticamente retirada do youtube: uma jovem anoréxica se olha no espelho e vê a imagem de uma mulher gorda. A resposta foi imediata, como diz Hélio.

“Quando a gente erra, a comunidade dá um puxão de orelha. Saiu a matéria sobre anorexia. E a Maré não tem um caso de anorexia. A idéia foi prevenir. Teve uma crítica porque a Maré passa forme. A gente errou e reconheceu.”

É importante notar, no entanto, que as matérias escolhidas representam apenas um aspecto da edição, que também traz reportagens sobre as lan houses que se multiplicam no bairro, para desespero dos pais, as mareenses que têm profissões masculinas, a falta de professores nas escolas da região e a lista dos alunos do CPV aprovados no vestibular daquele ano. Portanto, contempla temas muito caros à comunidade. Mas não se pode desprezar o fato de que as matérias principais tenham se distanciado, em certa medida, dos temas locais.

Ou de uma abordagem local.



A capa de maio de 2007, *O domínio da TV* ó Como a televisão influencia a população brasileira - discute a necessidade de ver e ser visto, ampliada com o fenômeno dos reality shows. Também discute a representação das minorias no universo televisivo, utilizando como exemplo o MST. Aborda a inserção dos comerciais na programação. Compara a postura do governo brasileiro frente às emissoras de TV com a do governo inglês. Discute com profundidade a implantação do sistema digital no

Brasil, apresentando características, vantagens e desvantagens do padrão escolhido pelo país. Por fim, conta a história da TV no Brasil.

Os especialistas ouvidos, no entanto, são de fora da comunidade, quebrando uma longa tradição que privilegia as fontes especializadas locais. Também não se fala da TV Maré, experiência pioneira em TV comunitária no país. A Maré só aparece nas

opiniões de moradores sobre suas preferências de programação e na apresentação de um personagem que dispensa apresentações: Ziel da Maré, a maior celebridade⁵³ da região.

Na edição de junho, que comemora os 50 números de *O Cidadão*, mais polêmica: *Obesidade é a doença que aumentou nos últimos 30 anos e atinge adultos e crianças* é a manchete da capa. A Maré é que passa fome ou a que é solidária com os que passam fome se manifestou. Olhando para os nove anos de jornal, Viviane explica de forma direta o processo e as críticas à mudança.



De um tempo para cá, eu acho que se perdeu alguma coisa. Quando eu vi discutir na matéria de capa a obesidade, eu não concordei. Eu não estava na reunião de pauta, mas, se estivesse, ia discordar. E aí, eu acho que o pessoal está entrando na faculdade. Você vai vendo um outro jeito de fazer a matéria, voltado para a grande imprensa. Eu falei: Gente, tem que tomar cuidado. O que essa matéria tem de diferente da grande imprensa? A matéria de anorexia: a gente não achou um caso na Maré e botou assim mesmo. Essa entrada na universidade está ampliando os horizontes e as pessoas não estão conseguindo fazer a mediação. Se não consegue ouvir um morador e se o especialista que fala é de fora da comunidade... As críticas vão chegar e a equipe vai rever. A matéria de obesidade: claro que tem caso de obesidade na Maré, mas aqui a obesidade chega de forma diferente.

Desta vez a matéria encontrou muitos casos de obesidade na região. Mas o tratamento dado ao assunto recebeu críticas. Em relação à obesidade infantil, por exemplo, o texto recomenda:

O consumo de cereais com pouco açúcar, leite desnatado, iogurte desnatado com granola, frutas e pães integrais são fundamentais para uma dieta saudável.

A escola tem uma grande importância na alimentação das crianças. De acordo com estudo da Universidade de Minnesota, nos Estados Unidos, os estudantes que consomem alimentos com alto teor de gordura e poucos nutrientes nesse ambiente tendem a não ter uma alimentação saudável. (2007:15)

⁵³ Celebridade aqui é tomada ao pé da letra no sentido tautológico proposto por Boorstin: alguém conhecido por ser conhecido. Ziel é o papagaio de piratão mais fiel das transmissões de rua dos jornais da TV Globo.

A sugestão de produtos industrializados ó e caros ó distantes da tradição mareense da feiras livres⁵⁴, do feijão com arroz de cada dia ó foi o ponto de discórdia. Como explica Hélio.

õEsse mês [setembro/outubro] a gente fez a matéria das frutas, dos legumes e das verduras, que são muito importantes para a saúde. Essa matéria foi sugestão de um morador e serviu para acabar com a má impressão da outraõ.

A imagem mais clara da atual fase do jornal, que transita entre a grande mídia e a comunitária, o global e o local, a favela e a academia, está na edição de julho/agosto de 2007. Num artigo assinado pela equipe, a explicação para a novidade. O texto fala sobre as dificuldades que o jornal sempre enfrentou para se manter, a falta de equipamentos e de recursos financeiros para pagamento das bolsas da equipe, e faz um convite à comunidade.

õDaqui para frente, precisamos que vocês assumam que o jornal não é só da equipe, nem do Ceasm. Ele é da comunidade. E como isso pode acontecer? Acontece quando vocês sugerem matérias, quando vocês utilizam o jornal para reclamar os seus direitos, quando vocês nos escrevem fazendo críticas e sugestões para a melhoria do jornal. É em busca de aumentar essa parceria que queremos caminhar agora, ou seja, aumentando ainda mais o vínculo que nos impede de fugir das características de um veículo comunitárioõ (2007:3)

Nas entrelinhas, apresenta-se o motivo pelo qual a equipe faz essa convocação ao morador para que ele próprio tome posse do jornal. Com a divisão do Ceasm em duas novas instituições, cada uma das quais coordenada por parte da atual diretoria, a equipe teme pelo futuro do veículo. E pelo seu próprio futuro, é claro. A despeito do espírito voluntário que sempre moveu o jornalismo comunitário, ele se constitui, ao menos para os jovens jornalistas da Maré, efetivamente num trabalho.

Para resolver o conflito entre as diretorias, cada uma das quais interessada em levar o jornal para sua instituição, a equipe chegou mesmo a propor uma nova estrutura financeira, sustentada por ambas. A equipe teria autonomia editorial e administrativa e contaria apenas com o suporte financeiro das ONGs locais. Mas a idéia não obteve a repercussão esperada.

A indefinição dos diretores quanto à linha editorial, o vínculo institucional e mesmo à continuidade do *Cidadão* ó ao menos na leitura da equipe ó trazem um clima

⁵⁴ A mais famosa delas acontece aos sábados, na Rua Flávia Farnese, na Nova Holanda.

de incerteza e impotência. Para transformar a impotência em potência transformadora, os jornalistas decidiram mobilizar a própria comunidade em torno da questão e buscar o apoio externo de parceiros de longa data, no mercado e na academia.

Em 11 das 24 páginas A equipe do jornal apresentou depoimentos sobre *O Cidadão*. As opiniões, publicadas sempre aos pares, são de moradores e não moradores da Maré. Um ao lado do outro, o mareense e o representante do outro lado da cidade fazem coro para exaltar a importância do jornal.

O depoimento da professora Raquel Paiva, por exemplo, aparece ao lado do depoimento do carteiro comunitário Marcelo Dias, com o mesmo peso, a mesma importância.

“O Cidadão é o exemplo bem sucedido de comunicação comunitária. Eu gosto muito, serve de pesquisa na Faculdade de Comunicação (ECO) e no Rio de Janeiro. É um objeto de integração com a universidade. Não pode ficar na mão de um grupo só, deve estar sempre em formação e renovação para não acabar.”

Raquel Paiva, professora da UFRJ e pesquisadora do CNPQ

“Hoje o jornal traz o dia-a-dia, mostrando as dificuldades sociais, sendo o retrato do bairro. Fala dos preconceitos dos governantes que não dão atenção à área da Maré e revela que a violência não é a principal notícia.”

Marcelo Dias, carteiro comunitário do Conselho de Moradores da Vila do Pinheiro

Para precisar o grau de mobilização ou mesmo de percepção ou que a mensagem obteve na comunidade precisaríamos fazer um levantamento pontual. Mas podemos, aqui, levantar algumas questões para pensar sobre o assunto. A desvinculação do jornal do Ceasm praticamente está concluída. O expediente deixa bem claro a quem pertence o jornal ou *O Cidadão* é uma publicação do Ceasm - Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré.

Mas para a maior parte dos moradores, principalmente os mais distantes da Nova Holanda e do Timbau, onde se localizam as duas sedes da instituição, ele é simplesmente o jornal do bairro Maré. Sintomática desta distância entre o editorial e o institucional é a publicação de uma notinha, na página de Rascunho, anunciando timidamente a programação em comemoração pelos dez anos do Ceasm, em agosto.

O fato de não se marcar a vinculação do jornal à instituição pode ter um sentido libertador. Mas também pode pôr em dúvida a vinculação institucional com o bairro. Apesar das críticas que enfrenta na comunidade, o Ceasm é reconhecidamente uma instituição da Maré, fundada e coordenada por moradores ou ex-moradores.

O leitor reconhece que o jornal é produzido por quem tem uma profunda intimidade com o bairro. Mas isto não significa que esteja vinculado institucionalmente à Maré⁵⁵. Jornais de bairro tradicionais, como o *Globo Leopoldina*, que circulava pela região como encarte semanal de *O Globo*, também podem ter um forte apelo para a população, como mediadores entre os moradores e o poder público. No caso do *Leopoldina*, ainda tinha a seu favor o fato de manter uma circulação regular, o que possibilitava um conhecimento de marca mais significativo.

O Cidadão, neste sentido, corre o risco de passar por um jornal de bairro, ou seja, feito para a Maré, mesmo que com todo conhecimento de causa e uma abordagem sem estereótipos? A fase atual do veículo, marcada por um distanciamento das õpautas da comunidadeõ, sobretudo nas matérias de capa, e pelo uso das fórmulas jornalísticas tradicionais na construção dos textos poderia corroborar esta tese.

A fórmula cidadã de fazer jornal consistia num apelo à solidariedade comunitária e na valorização do cotidiano da comunidade. Dela derivavam as várias matérias que discutiam os direitos das minorias ó velhos, desempregados, sem-teto, mulheres, negros ó e que mobilizavam todas as lutas em torno da luta maior pela defesa dos direitos humanos. Também é a partir desta fórmula que podemos entender o esforço contínuo de valorizar os moradores mais antigos, as histórias do lugar, as opções de lazer, as estratégias de sobrevivência. Em torno destes dois valores ó a dignidade humana e a dignidade do bairro - se construiu a narrativa sobre o bairro Maré.

Ao longo do tempo, a fórmula original foi substituída por uma abordagem pedagógica a respeito dos direitos e deveres do cidadão. Dessa abordagem resulta a opção por temas que ligam o morador a um contexto social mais amplo e que, por outro lado, minimizam as diferenças.

Antes de mais nada, precisamos fazer uma ressalva a respeito da mudança sofrida pelo *Cidadão* ao longo dos seus nove anos. De fato o longo esforço da equipe de distanciar-se da grande imprensa sofreu uma virada nos últimos três anos. Tanto no que diz respeito aos temas quanto em relação à linguagem pode-se ver uma aproximação com o padrão jornalístico tradicional.

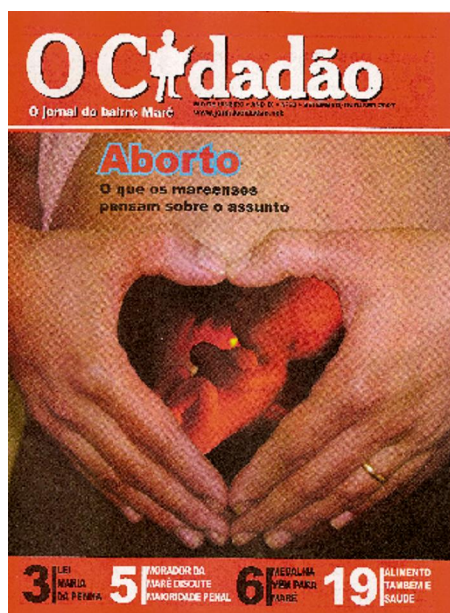
⁵⁵ Num debate sobre educação, comunicação e cultura em comemoração aos dez anos do Ceasm, realizado numa sala vizinha à redação do *Cidadão*, muitos alunos do CPV mostraram desconhecimento sobre a vinculação do jornal à instituição.

Aproximar-se de uma estrutura discursiva própria do hegemônico, no entanto, não significa reverenciar o padrão opressivo, nem desqualificar a linguagem dos pobres. Como diz Certeau, consiste, antes, numa estratégia para quem não tem outra saída se não lutar no terreno inimigo.

Assimilar o padrão hegemônico passa uma mensagem bastante clara: somos capazes de fazer igual, ou melhor, do que qualquer outro jornal. Ou de qualquer outro jornalista. E se podemos fazer igual, ou melhor, do que os moradores de outros bairros da cidade, por que não devíamos ser tratados como os outros moradores da cidade?

Uma coisa é o jornal comunitário feito segundo os padrões hegemônicos por moradores de outros bairros. Outra coisa é o jornal comunitário feito segundo os padrões hegemônicos pelos moradores da Maré. O apoderamento das técnicas e instrumentos exclusivos da classe hegemônica representa, do ponto de vista simbólico, uma conquista dos moradores e contribui para o argumento a favor dos direitos da população mais pobre.

Essa conclusão provisória será analisada mais adiante. Além de examinar as condições em que são produzidos novos discursos comunitários, sob a influência tanto da academia quanto do padrão jornalístico comercial, vale a pena entender como se dá a recepção das mensagens.



Por ora, vamos concluir a análise do *Cidadão*, examinando o jornal que estava em circulação no fechamento desta pesquisa. *Aborto* é a matéria de capa. Por trás da escolha existe uma história bem fundamentada, como conta Viviane.

O aborto é uma questão polêmica e tínhamos receio de lidar com a matéria. E aqui na Maré tem muitos casos. Até quando fomos lá fazer matéria com o pessoal da Comlurb, eles disseram que acham muito feto. Eles até mostraram fotos dos fetos encontrados na rede. Então, este assunto está rondando. A questão era: como chegar lá?

Um debate sobre a legalização do aborto, promovido pelo Sintuferj, reforçou a idéia de abordar o tema. Aliás, forneceu o gancho para justificar a matéria. No lead, a reportagem explica que:

“Nos últimos meses, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi questionado sobre o envio de um projeto para a legalização do aborto, questão aberta pelo ministro da Saúde José Gomes Temporão, e afirmou que não enviaria nenhum projeto ao Congresso. Mas não é de hoje que o tema suscita grande discussão. O assunto traz muita polêmica, uma vez que questões religiosas, econômicas e sociais estão por trás de cada opinião apresentada. E é por isso que a Maré, cujos índices de maternidade e gravidez precoce são altos, não pode deixar de refletir sobre a proibição ou legalização do aborto.” (2007:12)

O alto índice de abortos, que teria motivado a matéria, não aparece no texto. Mas uma moradora, que preferiu não se identificar, dá seu depoimento e conta por que decidiu abortar. O médico-ginecologista ouvido não tem vínculo com a comunidade, mas todos os outros personagens moram na região. A matéria também fala sobre as formas de evitar a gravidez e sobre as técnicas de aborto, pesquisadas na internet. Mas a própria equipe reconhece que o assunto merecia um tratamento mais aprofundado.

“Essa matéria já está circulando há muito tempo. Quando se trabalha com equipe pequena é tudo muito corrido e a qualidade não fica tão boa. Quem mais fala de aborto é a igreja católica. E, na matéria, quem fala é o pastor. Tem igreja evangélica que libera a camisinha. Não tem o mesmo peso. Se a intenção era agradar a igreja católica, não agradou. Porque a igreja só aprova dois métodos anticoncepcionais. Se tivesse ouvido o padre, teria falado dos métodos naturais.”

A reação veio rapidamente. Em homilia, o padre da igreja São José Operário, da Vila do João, criticou a matéria, jogou o exemplar do jornal no chão, pisou sobre ele e convocou os fiéis que tivessem exemplares em casa a queimá-los. A atitude do padre só colocou mais lenha na fogueira.

Mas, mesmo para os católicos, a tomada de posição do jornal em relação ao assunto não deixa dúvidas: há uma crítica latente à interrupção da gravidez. A começar pela capa: uma mulher grávida, da qual só se vêem a barriga e as mãos, em formato de coração. Dentro dele, o feto, com braços, pernas, orelhas, nariz, olhos e boca já formados. Viviane resume:

“Acho que a matéria ficou muito com a cara de quem fez. Tem que mostrar os dois lados com qualidade e, por mais que seja contra, não tem que ser tão gritante. Você faz um coração e bota uma criancinha no meio na foto de

capa. Já está dizendo: “Aborto não! ø Todo mundo que é contra o aborto veio elogiar. Tem o boxe que mostra as fotos com as maneiras de se fazer aborto. Para que mostrar, para chocar?”ö

Mais do que identificação ou repúdio à posição do jornal, as reações mostram a força do veículo na comunidade, seu poder de colocar os assuntos na pauta do dia. Diversas matérias tocam na questão do aborto na grande imprensa, mas não se tem notícias de exemplares pisoteados durante as homilias.

Ainda sob o impacto das reações à capa, a equipe fechava a edição de dezembro e adiantava a de fevereiro. Em janeiro, as primeiras férias coletivas da redação. O futuro do jornal ainda estava sob suspense. O tema principal da próxima edição já estava definido: a ocupação dos prédios abandonados pelas empresas que se instalaram ao longo da Avenida Brasil. Minutos antes de deixar a redação, Cristiane⁵⁶ explicava a pauta:

“A Maré já abrigou um parque industrial. Hoje, os prédios abandonados estão sendo ocupados, não sei ainda se por gente da comunidade ou de outros lugares. É isto que vamos investigar. Mas já sabemos que, em muitos casos, a ocupação tem o patrocínio dos traficantes. Não sei o que vamos encontrar lá.”ö

⁵⁶ Entrevista concedida à autora.

Capítulo 4 ó Entre o local e o global: a luta no discurso

õ... Nem toda assimilação do õhegemônicoö pelo subalterno é signo de submissão, assim como a mera recusa não o é de resistênciaö
(Jésus Martins Barbero)

4.1 O jogo da significação

Toda linguagem traz as marcas da sociedade que a produz. Não existe transparência entre a narrativa e o fato, mas, efetivamente, todo fato deve transformar-se em narrativa para tornar-se comunicável. Nesse processo, entram em jogo interesses, ideais, crenças, postulados e regras que, de forma consciente ou inconsciente, moldam nossa enunciação.

Na narrativa oral, a voz, a entonação, a emoção podem comunicar muito mais do que as palavras dizem. O texto impresso libertou o discurso de sua origem, mas não o livrou de uma intencionalidade que atravessa o tempo e o espaço para comunicar. Essa intencionalidade, que se apóia em regras e convenções lingüísticas, também remete ao repositório de significados fixados no senso comum, para travar as portas do texto a infinitas interpretações.

Mas como lembra FAIRCLOUGH (2001), a prática discursiva passada, condensada em convenções, dota o texto não mais do que de um significado potencial. A expressão õpotencialö acentua o caráter provisório da significação e aponta para a possibilidade de novas interpretações ou de novos investimentos para os mesmos discursos.

Entre o signo e a significação existe, portanto, uma disputa pela representação do mundo, em que cada nova enunciação atualiza ou redefine os mapas de sentido (HALL, 2006) a partir dos quais as sociedades estabelecem valor, constroem hierarquias e dão sentido à existência cotidiana. Esses mapas, no entanto, não se encontram inscritos nos próprios textos, mas no contexto, portanto, no circuito da comunicação.

Assim como o texto não contém todos os seus sentidos, seus efeitos extrapolam o evento comunicativo que lhe deu origem. No caso da mídia, o alcance e o impacto dos discursos homogeneízam os mapas de sentidos, apagando as singularidades de cada cultura e construindo uma fina camada de subjetividade em torno da qual se assenta o domínio capitalista.

No entanto, nas periferias do sistema subsistem estratos de subjetividade que se referem a outros modos de conceber o mundo e de interpretar os acontecimentos. São essas interferências, esses ruídos, que apontam para sentidos diferentes e abrem as portas dos textos a novas interpretações.

Ainda que haja discursos dominantes e que a cultura da mídia (KELLNER, 2001) indique leituras preferenciais (HALL, 2006) a respeito da favela, temos pistas de que no interior dos espaços populares se engendra uma outra representação dela, não só a partir da produção de novos discursos, mas também a partir da apreensão de novos sentidos. Partindo de territórios existenciais (GUATTARI, op. Cit.) singulares⁵⁷ ó memórias de um tempo sem violência, de relações mais afetivas - seus moradores produzem novos olhares e ressignificam a favela dentro da cidade.

Dizer, no entanto, que os moradores ou a comunidade da Maré vêm produzindo esse movimento seria por demais simplista. Como vimos, dentro da comunidade existem muitas comunidades, que em algum momento podem articular-se, mas, que não estão necessariamente em busca dessa articulação.

Certamente na afirmação da favela é preciso identificar um projeto político que a comunicação comunitária e os movimentos populares vêm empreendendo junto aos moradores. Não se trata de ver o que ninguém mais enxerga, de viver numa realidade à parte, ou de ignorar os problemas concretos enfrentados pelos moradores. Mas de esforçar-se para resolver estes problemas também a partir do discurso.

Nos equipamentos públicos, na arquitetura singular, nas expressões usadas para caracterizá-lo esses grupos buscam sentidos ocultos e reconstroem a significação de um espaço estigmatizado na cidade. Deslocam os significados dos seus lugares originais e reconstroem as cartografias a partir das quais se geram novas significações.

A luta em torno do significado da favela expressa, na verdade, uma luta ideológica contra a criminalização da pobreza, que justifica a violência policial e a negação dos direitos básicos de cidadania à população. Ao contrário da leitura de

⁵⁷ Vale lembrar que a ocupação da região de forma mais intensiva teve início durante a década de 1940. Até a década de 1980, durante 40 anos, portanto, a presença do tráfico na favela era muito menos significativa e bem mais discreta. A venda de drogas se concentrava, em geral, numa região mais reservada e não havia trânsito de traficantes armados no meio dos moradores. Por outro lado, havia uma sociabilidade bem mais marcada e celebrada em ocasiões como festas de santo, carnaval e comemorações do calendário particular dos moradores. Festas que tomavam a rua e envolviam a vizinhança, como, de resto, sempre foi a norma na favela. São lembranças cultivadas por muitos dos moradores atuais, para os quais as cenas de meninos armados e invasões policiais destoam frontalmente da sua própria representação da favela, construída também a partir das memórias.

setores à esquerda e à direita, não se trata, portanto, de um discurso que glorifica a favela, mas de uma reivindicação coletiva de igualdade perante a sociedade.

Mas apesar de apostarem na ressignificação da favela, as lideranças comunitárias trabalham na perspectiva do bairro. No caso da Maré, e de outros espaços populares que obtiveram o reconhecimento do Estado, essa opção se justifica de maneira muito simples: não há como desvencilhar o bairro da favela. O nome, a abrangência territorial, tudo mantém a identidade da favela, ou das favelas, que lhe deram origem.

Opção problemática, porque atrai para o bairro todos os atributos ligados de forma quase ãnaturalö à favela. Maré, nesse caso, funciona como um adjetivo, caracterizando de que tipo de bairro se trata. A primeira disputa que os movimentos populares travam, portanto, é com o interdiscurso midiático, que fixou fortemente os sentidos e, desta forma, impôs limites ao trabalho de ressignificação.

A criminalização e responsabilização dos pobres pela própria situação dificultam o deslocamento dos sentidos. Os próprios moradores introjetaram o discurso dominante a tal ponto que a mudança de endereço tornou-se o objetivo de vida de muitos deles. ãMelhorar de vidaö, para uma parte importante desta população significa, simplesmente, sair da favela.

Ainda que obtenham acesso aos bens materiais, culturais e simbólicos dos estratos mais favorecidos da sociedade, a condição de favelado continua a denunciar uma carência intrínseca, uma diferença em relação aos moradores de outros bairros que só uma mudança radical pode apagar. Deslocar estes significados e essa percepção exige um grande trabalho ideológico, realizado com afincos pelos líderes locais, como conta Viviane Couto, do *Cidadão*.

ãQuando era do pré [vestibular]e começaram a falar bairro Maré, eu fui a primeira a falar: -Pelo amor de Deus, não tinha um nome mais bonitinho? Bairro Maré?ö E aí o Carlinhos foi contando a história, mas eu não entendia muito. Pensava: -ai, que vergonha! Com o tempo, fui percebendo que pode ser construído, ressignificado. Hoje eu só falo Bairro Maré, adoro.ö

Incorporado como estratégia, o Bairro Maré ancora todo o esforço de criar uma nova subjetividade junto aos moradores. A duplicidade de significado funciona aqui a favor do objetivo: permite criar uma nova solidariedade em torno da luta pelo reconhecimento do bairro, ao mesmo tempo em que favorece a valorização das

memórias das conquistas coletivas. Ao longo destes dois movimentos, de rememorar um passado de lutas e de projetar um futuro melhor é que foi se construindo a identidade mareense, como lembra Viviane.

“É conhecendo a comunidade onde você mora, as histórias, as conquistas, que a gente percebe o quanto avançou. As pessoas vão ao museu e ficam surpresas, não têm noção de como era. E tudo isso foram conquistas, não foi de mão beijada, foi com a luta da comunidade. E vendo isto, as pessoas também se mobilizam para continuar esse processo.”

Sobretudo para as populações chegadas à região ou nascidas após a década de 1980, o movimento de apontar para o passado tem a função de mostrar a evolução e as conquistas obtidas a partir da mobilização popular. Da mesma forma, acena com a possibilidade de mudança, a partir dessa mesma mobilização.

Para os mais antigos, apresenta um motivo real de orgulho, um legado para as novas gerações. No lugar de heranças de família e glórias passadas, esses moradores deixam a memória de um lugar construído pelas próprias mãos. E de uma época em que esse lugar simbolizava uma esperança de vida nova na cidade.

Dar visibilidade a estas histórias alternativas, dentro e fora da comunidade, constitui a estratégia para fazer frente ao discurso dominante. Principalmente dentro da comunidade, o testemunho dos moradores mais antigos contribui para legitimar este discurso. Já no espaço da grande mídia, a articulação com a academia e com o empresariado vem contribuindo para dar visibilidade a esta nova expressão da favela, que tanto destoa do consenso. Esta é obtida, principalmente, nas matérias que enfocam os vários projetos desenvolvidos pelas Ongs nos espaços populares, como lembra Antônio Carlos Vieira, diretor do Ceasm.

“Nos últimos anos, a mídia tem dado muita visibilidade à ação das ONGs. Precisamos aproveitar esta questão da visibilidade para que a mídia mostre coisas positivas. As ONGs estão mostrando que há formas de enfrentar as causas geradoras da violência, do tráfico e da ação de facções criminosas, da incorporação de jovens e adolescentes a estas estruturas. Precisamos mostrar alternativas para mudar estas coisas.”

Mas estas leituras não surgem de maneira espontânea, da simples interpretação literal das mensagens. Mas se produzem na relação com outros vetores de

subjetividade, diferentes e mesmo discordantes. É em tornos desses vetores de subjetividade que encontramos as comunidades interpretativas capazes de nos indicar novos caminhos para entender como os moradores constroem significados para a favela.

Não queremos, com estas reflexões, romantizar o poder dos pobres em dar novo significado aos discursos tidos como hegemônicos. Nem excluir a idéia de poder no circuito da comunicação. Certamente as audiências não ocupam as mesmas posições que a mídia na produção de sentidos e é isso que a noção de leitura preferencial nos quer dizer.

Mas a maior parte das vezes, nossas leituras contém elementos de adaptação e de oposição, operam dentro do código dominante num nível macro, mas contestam os sentidos preferenciais nas questões locais. Essa versão negociada da ideologia dominante está, portanto, atravessada por contradições (HALL, 2006:379).

Por isso, vamos nos deslocar, neste capítulo, do texto para o contexto, para entender de que maneira as mensagens produzidas sobre os espaços populares são apreendidas por alguns de seus moradores. Diríamos mais que se trata de um pequeno ensaio, a partir do qual tentamos identificar, ainda que de forma inicial, a cartografia dos sentidos embutida na interpretação do discurso midiático e na enunciação de novos discursos sobre a favela.

Para esta pesquisa ouvimos um grupo de estudantes do Ensino Médio noturno da Escola Bahia⁵⁸, uma das mais antigas da região. Os alunos, todos eles moradores ou ex-moradores do bairro, foram selecionados de forma aleatória pela direção do colégio. Os depoimentos foram colhidos a partir de um grupo focal, realizado em novembro de 2007, em que se discutiu a representação da favela no jornalismo e em outras produções midiáticas.

Não pretendemos caracterizar o grupo em termos de simples receptores de novas mensagens a respeito da favela. Nossa intenção foi a de identificar pistas sobre a maneira pela qual seus moradores apreendem os discursos e constroem seus significados.

⁵⁸ A Escola Bahia oferece apenas o Ensino Fundamental durante o dia. Durante a noite o prédio é emprestado ao estado para as aulas do Ensino Médio. Em função disso, o perfil dos alunos difere um pouco dos cursos regulares, principalmente em relação à idade e ao fato de que boa parte deles já trabalha.

Embora os participantes apresentem muitas divergências, têm, em comum, o fato de apresentarem uma visão crítica em relação ao discurso midiático, sobretudo o jornalístico, a respeito das favelas.

De forma geral, observamos que a TV aberta se constitui no principal meio de informação utilizado. No segmento jornalístico, os telejornais de rede apresentam maior audiência. Filmes, desenhos animados, programas humorísticos, religiosos e dedicados às celebridades são outras produções midiáticas consumidas pelo grupo.

Alguns dos entrevistados costumam ter acesso no trabalho aos jornais diários, tanto na forma impressa quanto pela Internet. Em casa, os moradores costumam ler os jornais nos finais de semana. Em relação aos títulos, os veículos ditos populares (O Dia, Extra, Meia-Hora) têm a preferência. *O Cidadão*, o jornal do bairro, também apareceu na pesquisa como leitura regular dos moradores.

Em relação aos hábitos de leitura, alguns dos entrevistados preferem ler individualmente, mas há os que optam pela leitura coletiva. Esse é um dado importante para se entender o alcance das mensagens impressas, uma vez que a Maré, como um todo, concentra um alto número de analfabetos ou analfabetos funcionais - situação que pode ser entendida no contexto migratório que deu origem às primeiras ocupações.

A leitura em grupo representa, assim, um importante recurso para disseminar os discursos impressos. Mas além de possibilitar uma via de acesso às populações não alfabetizadas, a leitura coletiva constitui-se num importante dispositivo de reflexão e produção de novos significados.

4.2 Espetacular: quanto pior, melhor

O bloco de perguntas inicial tentou identificar a relação dos moradores com a grande imprensa e suas mensagens. Aqui, apresentaremos algumas conclusões gerais obtidas a partir da análise das respostas. Os depoimentos completos vão em anexo.

Nossa primeira conclusão é que, embora reconheçam os fatos e personagens das matérias produzidas pela grande mídia, os moradores contestam a maneira como são apresentados e, em última instância, a representação que produzem. Eles

problematizam, em especial, duas características da cobertura jornalística: a espetacularização⁵⁹ da violência e a parcialidade dos discursos.

De forma astuta, os moradores percebem que a edição de depoimentos e imagens produz um efeito totalmente inesperado ou uma versão bem mais impactante dos fatos narrados. Essa espetacularização dos confrontos entre policiais e traficantes ou entre facções criminosas transforma a narrativa midiática numa versão ãexageradaã dos fatos reais. A idéia, aqui, é a de que os jornalistas carregam nas cores para ãganhar mais audiênciaã⁶⁰, como se vê no depoimento abaixo:

ãNão concordo. Eles colocam de forma sensacionalista, exageram muito para vender jornal, para ganhar audiência. Acaba distorcendo (A.)⁶¹

A outra queixa dos moradores diz respeito à parcialidade do noticiário sobre a favela, que se traduz na seleção das pautas e na escolha das fontes. A reclamação mais freqüente é a de que o noticiário só mostra o ãlado ruimã da favela. A violência traduz de forma muito clara o que significa o ãlado ruimã. Há, porém, outras queixas, relacionadas, em geral, a mais uma representação estereotipada: a da favela como lugar de ausência. Nestes discursos seus espaços e seus moradores são definidos a partir do que lhes falta em relação aos demais, produzindo uma alteridade negativa.

Percebemos claramente este argumento nas matérias sobre índices econômicos e sociais dos moradores, nos discursos que relacionam os números da favela aos de outros espaços da cidade ou do país. A norma é a do quanto pior melhor, uma vez que mostra com mais clareza a carência intrínseca dessas regiões.

Os moradores, no entanto, não desqualificam o discurso que associa pobreza e tráfico à favela. Mas resistem à redução da vida nos espaços populares à dimensão da violência e da precariedade. Como aponta o pequeno trecho que reproduzimos a seguir:

ãEm alguns casos o que o jornal fala é a realidade, em outros não. Saneamento: se a gente entra, vai ver que não tem. Vai na Roquete Pinto, onde eu morei: não tem nenhum.

⁵⁹ Não utilizamos a idéia de espetáculo, ali, como concebida por Debord. Espetáculo, aqui, se refere à acepção mais comum do termo, ou seja, de algo produzido para causar impacto e prender a atenção da audiência.

⁶⁰ De fato, a observação dos moradores traduz muito claramente a técnica empregada pelos telejornais na apresentação dos crimes e ações da polícia na favela. O uso de frases de impacto e imagens fortes durante a escalada do noticiário talvez seja o melhor exemplo do que falamos aqui.

⁶¹ A.trabalha numa creche da comunidade e mora há 25 anos na Maré.

Questão de segurança: há bandido no meio dos moradores. Muitas vezes a gente não sabe quem é bandido e quem não é. Às vezes você quer apaziguar e não pode, porque pode entrar numa furada. Então, muitas vezes é mais mentira do que verdadeö (L.)⁶²

O morador reconhece que o discurso sobre a precariedade das condições de existência e a presença dos bandidos nas comunidades tem raízes no real histórico. Isto, no entanto, não o impede de afirmar que a mídia reproduz mais mentiras do que verdade. A relação entre mentiras e verdades, aqui, traduz muito mais uma queixa sobre o excesso de pautas negativas do que uma contestação da ética jornalística, propriamente.

A sensação de que existem dois lados da favela, de que a face do crime encobre uma outra dimensão da vida nas localidades, está presente de forma geral nos discursos. É contra esta parcialidade que os relatos dos moradores se voltam.

Além da ênfase nas pautas negativas, os moradores também contestam a prevalência do discurso policial na representação dos fatos e na produção de sentidos para os acontecimentos. As redações dos grandes jornais hoje, efetivamente, se afastaram dos morros e favelas da cidade. Boa parte dos relatos que chegam à redação vem através da polícia⁶³, que tornou-se, em muitos casos, a única fonte ouvida pelo repórter.

A opção de só ouvir a polícia, que os jornais hoje atribuem à dificuldade de chegar à favela⁶⁴, acaba retratando apenas um dos lados do acontecimento. Onde vem a sensação de parcialidade do discurso, principalmente quando se trata de acontecimentos envolvendo a morte de moradores inocentes em confrontos entre policiais e traficantes, como nos mostra outro depoimento.

õA notícia favorece a polícia. Eles chegam atirando mesmo, não quer nem saber. Depois, vai a juiz e não dá em nadaö. (J.)⁶⁵

⁶² L., de 36 anos, é motoboy e morou durante seis anos em Roquete Pinto. Atualmente mora em Cidade Alta, Cordovil, numa área controlada pelas milícias.

⁶³ Em 2004, o jornal Q! fez uma experiência interessante: através de um convênio com a Escola de Comunicação Crítica da Maré empregou estagiários da comunidade, encarregados de apurar as matérias relacionadas às comunidades. A idéia era justamente ouvir o outro lado nas matérias que envolviam crimes e ações da polícia. Infelizmente, o jornal teve vida curta: circulou por pouco mais de quatro meses.

⁶⁴ Sobretudo após a morte de Tim Lopes, numa matéria na Vila Cruzeiro, esse argumento tem sido cada vez mais usado.

⁶⁵ J. tem 36 anos, é dona de casa e sempre morou na Maré.

A sensibilidade dos moradores reitera o dado que constatamos na pesquisa sobre a imagem da favela no noticiário televisivo. A presença constante da polícia (em 52% dos casos) nas matérias sobre o assunto em comparação a uma ausência significativa dos moradores nas reportagens (eles só aparecem em 24% dos casos), comprova na teoria o que os entrevistados notaram na prática: houve uma militarização do discurso sobre a favela.

Neste movimento, cria-se uma dupla associação: a da favela com risco e a do morador com o bandido. Disso decorre nossa segunda conclusão: a de que a espetacularização dos fatos, a supervalorização dos problemas e a militarização do discurso sobre a favela na mídia legitimam a violência contra os moradores. A discussão sobre a representação midiática da favela está ligada de modo intrínseco à violência policial nas comunidades. Como nos mostram os depoimentos:

“Os policiais subiram o morro a pé e atirando. Falaram para a gente subir de volta. Como subir de volta, a gente ia dormir lá em cima? Isto não sai no jornal. Quando eles estão errados, querem se livrar, botam a culpa no bandido. (G.)⁶⁶

“Mas a gente espera que aquele cidadão, que se coloca no lugar de autoridade, proteja o morador e não é o que se vê. A gente vê é o motorista da kombi passar R\$ 2 pela janela para a polícia. Você olha aquele cidadão como um cidadão de bem. Antigamente era assim. A polícia passava na rua 10h da noite e dizia: “Olha a hora, tá na hora de entrar”. O cidadão respeitava a polícia e a polícia respeitava o cidadão. Hoje, bandido e polícia, você vê como um coisa só. (A.)

Violência, neste caso, tem dois sentidos, o da intervenção armada nas comunidades, e o da negação do direito de expressão nos jornais. O silêncio imposto aos moradores e as ações policiais são compreendidas dentro de um mesmo quadro de violência sistemática às populações faveladas.

Contra a violência da mídia, os moradores resistem em um duplo sentido. Primeiro, dão mais importância às matérias positivas. Embora ao longo de toda entrevista deixem claro seu descontentamento em relação ao noticiário em geral, quando interrogados sobre as matérias que tratam do assunto, procuram lembrar aquelas que trazem uma perspectiva afirmativa do espaço favelado. Como nos mostram alguns dos depoimentos a seguir.

⁶⁶ G. tem 17 anos, é funcionária do Mac Donalds e mora na localidade de Bento Ribeiro Dantas há 16 anos.

“Tivemos uma reportagem na Maré sobre a bailarina. O lado artístico da comunidade, que tem muito. Muitas pessoas que são artistas. Apareceu na Ação Global, do Serginho Groissman. É a parte real da favela, o lado artístico.” (C.)⁶⁷

“Foi na Regina Casé. Ela mostra a periferia como uma coisa boa. No nosso caso, a periferia é vista como um lugar sujo, de pobreza, miséria, sem nada de bom. Ela mostra os problemas, mas mostra o lado bom, também.” (A.)

Além de ressaltarem as narrativas que representam a favela de forma positiva, os moradores resistem produzindo seus próprios discursos, a partir dos quais estabelecem sua distância com a representação estereotipada do crime. Ao que parece, esta é uma estratégia comum entre os habitantes dos espaços populares sob intervenção de traficantes.

Na pesquisa *Rompendo o cerceamento da palavra: a voz dos favelados em busca de reconhecimento*⁶⁸ realizada com 45 grupos focais e 150 moradores de favelas cariocas entre 2005 e 2007, o Ibase fez duas constatações que vão ao encontro de nosso estudo: primeiro a de que os moradores tentam manter sua rotina, apesar da proximidade forçada com a insociabilidade violenta, ou seja, a presença do tráfico ou da repressão policial.

A segunda, a de que os moradores fazem um esforço contínuo para mostrar à sociedade como um todo que são pessoas bem, distanciadas do mundo do crime. O Ibase chamou a este esforço de limpeza moral. Este interdiscurso também se manifestou durante o nosso debate, como podemos ver neste depoimento.

“Eu ouvi numa reportagem que na comunidade tem bandido porque os moradores deixam. Isto não é verdade. Agora, o bandido tá lá armado, ninguém é maluco de ir lá convencer ele.” (G)

4.3 Cenas reais na favela da ficção

Embora a imagem da favela em outras produções midiáticas, como filmes e novelas, não varie substancialmente em relação à forma e ao conteúdo, os moradores, em geral, tenderam a identificá-la de forma mais positiva. É o que nos mostra a análise

⁶⁷ C., 49 anos, é funcionário público, morou na Baixada Fluminense e mudou-se há dez anos para a Maré.

⁶⁸ Para ler a pesquisa completa: <http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=2077>

que os moradores fizeram de *Vidas Opostas*, novela apresentada pela Rede Record, ao longo de 2007.

A trama principal apresentava os conflitos, relações e disputas políticas travadas entre moradores de uma favela fictícia e um grupo de bandidos. No final da novela, os moradores se reúnem e conseguem expulsar os traficantes de lá. Para os moradores da favela de verdade, a novela mostrou a realidade, mas pecou no capítulo final.

“Eu assisti a novela da Record. Tem coisas exageradas, também. Os moradores nunca vão enfrentar os bandidos, bater de frente. Mas que tem uma realidade ali ... mostra os jovens que não têm oportunidade e entram para o movimento. Acho que mostra sim.”(A.)

Deve-se à ação na maioria das vezes violenta da polícia o sucesso de produções como *Tropa de Elite*. Em vez de interpretar esse sucesso como uma aceitação do discurso dominante pelo dominado - a autodesvalia dos oprimidos (FREYRE 1987)⁶⁹ ó podemos vê-lo como sintoma de resistência.

A exposição da face mais íntima da ineficiência e da corrupção da instituição policial, apresentadas pelo filme, representa sua vingança e sua absolvição. Através do filme, os moradores ganham voz, denunciam seus algozes, legitimam sua reclamação. Ainda que as imagens dos moradores se restrinjam a de bandidos ou coadjuvantes do crime, mudos, confinados à pobreza e condenados à morte.

Não só as imagens que mostram a corrupção, mas também aquelas que denunciam a tortura e a violação dos direitos humanos funcionam como antídoto para os discursos midiáticos que legitimam a violência e criminalizam a pobreza.

No entanto, os moradores reconhecem os efeitos de produções como *Tropa de Elite*, *Cidade de Deus* e do noticiário em geral no cotidiano. Reiterando as imagens de violência e a personalidade marginal do favelado, estes produtos contribuem para fixar na subjetividade coletiva o medo e o preconceito contra os moradores dos espaços populares.

As marcas deste preconceito ficam muito claras nas histórias contadas pelos moradores. Elas explicitam as dificuldades criadas pela representação negativa do espaço favelado.

⁶⁹ FREYRE considera a autodesvalia dos mais pobres como resultado da introjeção do discurso do opressores pelos oprimidos.

“Tem uma discriminação grande. Quando vai arrumar emprego. Botar Maré ... não pode fazer. Já aconteceu comigo. O cara diz: “Não posso te pagar o salário de R\$ 300 que você tá pedindo na ficha”. Mas paga R\$ 1.500 para o cara que mora lá fora. Agora estou no Estado. O Estado não manda a gente embora. Mas é assim. Sou favelado, moro em comunidade” (C).

“Meu tio entrega jornal perto da boca, à noite. Ele foi buscar a bicicleta que deixou lá, carregada de jornal, e começou um tiroteio. Ele ganhou uma bala na perna, que saiu na virilha. A polícia não quis nem socorrer, disse que era bandido. E ele tava com o uniforme do trabalho”. (G.)

“Quando falta luz à noite a gente fica sem até de manhã, porque a Light diz que é área de risco” (J.).

Depoimentos como estes levantam as pistas sobre os efeitos do discurso nos processos de subjetivação. Nossa conclusão, neste caso, é que o fato de contestarem o discurso midiático ou de fazerem uma leitura negociada de seus conteúdos, não significa negar o significado que a favela assumiu perante a sociedade. Embora conscientes de sua integridade moral, os moradores resistem a uma subjetividade ligada à favela, ou negociam com esses componentes de subjetivação.

A defesa perante o estigma de que são portadores, e que os leva ao esforço constante de estabelecer a distância entre o morador e o bandido, aparece de diferentes maneiras: na substituição do termo favela pela expressão comunidade, no movimento de rememorar as notícias boas sobre a região e, principalmente, na negação do Bairro Maré.

Perante uma sociedade que cria uma alteridade negativa para as áreas mais pobres, ligar-se ao bairro mais próximo parece a saída mais segura para garantir um espaço na cidade e livrar-se do estigma. Como define A. de forma direta:

“Eu não falo que moro na Maré nem morta. É Bonsucesso”.

Na relação com outros espaços da cidade, o pertencimento se revela nos momentos em que a condição de favelado traz algum benefício objetivo, como a isenção de taxas e tributos ou inscrição em programas sociais do Governo. Ou quando representa um posicionamento político que dá legitimidade a um pleito comum.

Isto nos levaria a desqualificar o esforço dos movimentos locais e a eficácia da mensagem contra-hegemônica do *Cidadão* entre a audiência pesquisada? A negação do bairro não impede os moradores de reconhecerem os avanços obtidos na Maré, nem de

valorizarem as vantagens que a região oferece como podemos ver nos depoimentos a seguir:

“Moro na Maré há dez anos. Morava na Baixada Fluminense. A Maré mudou pelo trabalho que foi feito. Aqui perto era um Porto, né? Agora é um paraíso, tirando a bandidagem. Não tem lugar melhor de se viver.” (C.)⁷⁰
 “A parte boa é que não paga condomínio, água, TV a cabo.” (J.)

É curioso notar que as relações de pertencimento demonstradas durante a entrevista variam conforme o grau de relacionamento entre os moradores e o bairro. Em geral, os mareenses nativos demonstram uma relação afetiva bem mais consolidada com o bairro, que se manifesta, entre outras formas, numa compreensão das regras do lugar.

“Moro aqui desde que nasci. Minha mãe conta que era tudo ponte, tudo valão. Embaixo era água. Era mesmo, tinha o maior medo de cair. Evoluiu bastante, para melhor. Morava na Nova Holanda, naquela época tinha outro nome que não me lembro. Agora moro na Baixa.” (J.)

Os outros, em geral, têm uma visão bem mais crítica em relação às normas impostas pela sociabilidade violenta e à atitude dos demais moradores em relação a elas.

“Morei na Vila da Penha, agora me mudei para Cordovil. Eu não me acostumei com a Roquete Pinto. As condições eram diferentes. Muitas pessoas pensam a mesma coisa. A falta de condições faz com que ele fique ali. Agora, eu conheço um rapaz que é gerente de banco e mora em Parada de Lucas e não se muda por nada. Ele se acostumou ali. Eu não me acostumei. Morei nove anos na Maré.” (L.)

Outra diferença que notamos diz respeito às memórias afetivas e aos laços sociais estabelecidos. A preocupação das mães com os filhos pequenos, ou as histórias de famílias presentes na região desde o início das ocupações certamente provocam diferentes efeitos sobre a relação com o bairro. Da mesma forma, a relação dos mais jovens com a localidade é diferente. A sociabilidade da rua, cada vez mais difícil em outros bairros da cidade, mantém o vínculo desta população com seu lugar de origem. Como se pode ver em outro depoimento.

⁷⁰ Na semana anterior à nossa visita, a Escola Bahia promoveu entre os alunos um grande debate sobre a história da região. Os estudantes apresentaram fotografia, relatos e até maquetes mostrando a evolução do bairro em termos de infra-estrutura e equipamentos urbanos.

“Moro há 16 anos na Maré. Nem sei onde eu morava antes. Moro naquelas casinhas. Não é no fogo cruzado, não é kinder ovo, não fala assim. É Conjunto Habitacional Nova Maré. É ótimo. Minha mãe quer se mudar para a roça. Eu fico, não saio daqui por nada. Gosto, meus amigos estão todos aqui.”(G.)

O que queremos chamar a atenção aqui é para o fato de que *O Cidadão* se constitui num dos vetores de subjetivação presentes na vida dos moradores. A relação dos moradores com o bairro e com a favela decorre de inúmeros outros vetores e não pode ser apreendida em termos de sucesso ou fracasso do jornal comunitário ou do esforço das lideranças locais.

Além disso, é preciso relativizar o alcance do jornal entre a audiência pesquisada. Percebemos no grupo focal que o veículo muitas vezes não chega ao público. Os problemas de circulação enfrentados pelo *Cidadão*, tanto no que diz respeito à tiragem quanto à distribuição geográfica, propriamente, dificultam o alcance da mensagem.

Um dos participantes do grupo, por exemplo, não conhecia o jornal. Os demais conheciam, embora nem todos tivessem acesso sistemático à publicação. Vale lembrar que o grupo pesquisado possuía um bom nível educacional, o que elimina uma grande barreira que *O Cidadão* enfrenta para chegar ao público, a palavra impressa.

De forma geral, aqueles que já tiveram contato falavam com orgulho do veículo. Não se identificavam de forma direta com os produtores das mensagens, mas demonstraram interesse pelas histórias e personagens retratados as notícias. Como indica o depoimento a seguir:

“Inclusive, nesta última edição, saiu a entrevista com a presidente do Museu falando sobre o Museu da Maré. Aquele cara, que é alfaiate, foi condecorado em Brasília. Foi à Brasília e recebeu a homenagem do presidente Lula. Isto engrandece a comunidade. Não tem só o lado ruim.”(C.)

Para o público pesquisado, a grande contribuição do jornal está em mostrar o lado bom da comunidade e em ouvir os moradores, ambos sistematicamente ignorados pela grande imprensa. Os estudantes não problematizaram o significado de um jornal comunitário, feito por moradores. O foco, neste caso, não está no protagonismo social, na condição de agentes de produção de novos discursos a respeito do lugar onde vivem. Mas no fato de o jornal tirar tais discursos da invisibilidade.

Nossa conclusão, portanto, é de que ainda que não tenha conseguido produzir novas ordens de pertencimento ou deslocado os significados ligados à favela, *O Cidadão* participa do mesmo esforço dos moradores em dar um sentido positivo ao lugar, sem que isso implique na relativização dos problemas enfrentados no dia-a-dia das comunidades. Um esforço que, sem dúvida, destoa frontalmente de um discurso hegemônico que sempre associou a favela a lugar de ausência e que, atualmente, a associa ao risco contemporâneo.

A presença da temática da grande mídia no jornal, como nas matérias sobre aquecimento global ou obesidade, aparentemente não causou incômodo na audiência, como nos lembra o depoimento de C.:

“Tive uma matéria sobre a obesidade muito boa mesmo. Foi excelente. E teve uma boa circulação.”

Vale a pena voltarmos, aqui, à pergunta proposta no capítulo anterior: mudou *O Cidadão* ou mudou a Maré? Certamente, trata-se de analisar o discurso na sua relação com determinada comunidade interpretativa. Nossa aposta é que, para certa comunidade, o discurso afirmativo que sempre marcou o jornal já não tem a mesma relevância, dado o grau de politização alcançado. A ressignificação da favela e a afirmação dos direitos da população favelada não são mais as prioridades discursivas. Neste caso justifica-se a eleição de temas ligados a um contexto social mais amplo.

No limite, espera-se, de fato, que o jornal comunitário possa extrapolar as fronteiras comunitárias e constituir-se como um meio de informação capaz de concorrer, em pé de igualdade, como outros veículos. Sem que isso, no entanto, o desqualifique como produtor de uma mensagem contra-hegemônica. Este estágio representaria a superação da necessidade de se afirmar o direito à voz destas populações, uma vez que esta necessidade já fora suprida. Em última instância, representaria a superação dos conflitos que deram origem à iniciativa.

Argumentamos, no entanto, que não é essa a situação da Maré. Os estereótipos e o estigma que pesam sobre seus moradores ainda produzem uma subjetividade negativa, que reclama por um veículo capaz de dar voz à população marginalizada e afirmar seu direito perante uma sociedade preconceituosa. Para alguns moradores, o acesso aos bens materiais, culturais e simbólicos e a ressignificação de sua própria condição de “favelado” deram outra dimensão e outro sentido ao veículo. Para a maior

parte da população, no entanto, ele ainda desempenha um papel fundamental no movimento de criar uma outra representação da favela.

Em última instância, a transformação do jornal representa a transformação de parte da população, aquela comunidade interpretativa criada em torno dos movimentos sociais locais. Mas não representa, necessariamente, a transformação da Maré, esta ainda mergulhada nos problemas e desafios que deram origem ao *Cidadão*.

Considerações finais

Da mesma forma que o discurso tenta apreender o real, no próprio movimento de representação produz efeitos sobre a realidade. Ao longo deste último capítulo tentamos entender como os diferentes discursos sobre a favela têm efeitos sobre a subjetividade de seus moradores. E a subjetividade interfere de modo direto sobre as visões de mundo e expectativas de futuro.

A presença dos movimentos sociais locais, de modo especial do Ceasm, e do *Cidadão*, para nós uma expressão desses movimentos, tem um papel que vai muito além de produzir outros discursos a respeito da favela. Criam, de fato, novas referências para uma população marcada não apenas por discursos, mas por referências problemáticas. A idéia de que o bandido assumiu o status de celebridade da favela, de certa maneira reiterada pela visibilidade que tem na mídia, provoca um efeito cruel: o ideal entre os mais jovens de alcançar o status social pelo ingresso no mundo do crime.

Por isto, acreditamos que a força afirmativa do discurso cidadão precisa continuar nas páginas do jornal. Não, simplesmente, para que atenda aos padrões acadêmicos ou à representação política a partir dos quais se define o comunitário. Mas para que continue exercendo seu necessário papel de incluir as vozes minoritárias da sociedade contemporânea.

Uma vez que a condição de favelado continua a invocar toda uma série de significados associados à carência e ao risco, acreditamos que esse desafio do jornal não foi vencido. Mas, certamente, há muitos e importantes resultados a comemorar.

A visibilidade do jornal e o reconhecimento dos moradores são conquistas importantes. Da mesma forma, o amadurecimento e a independência da equipe ó toda ela ôcriaô do Ceasm ó também expressam uma vitória dos moradores. Sem dúvida, são

resultados que também têm uma ligação íntima com o trabalho dos movimentos sociais da região.

Em dez anos de trabalho, o Ceasm, por exemplo, ajudou 600 estudantes a ingressarem na universidade. A presença destes universitários na comunidade, muitos deles de volta ao Ceasm na condição de monitores, líderes de projeto ou mesmo de voluntários, tem um efeito transformador nas expectativas e na própria possibilidade de se vislumbrarem outros futuros para os moradores.

KOSELECK (1979), na sua filosofia da história, articula dois conceitos a partir dos quais se propõe a pensar o tempo histórico: espaço de experiência e horizonte de expectativa. Ambos relacionam passado e futuro num mesmo fluxo temporal e nos permitem pensar suas implicações e nossa ação política no presente.

A experiência, diz o autor, é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Da mesma forma, a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o que apenas pode ser previsto.

Mas se o tempo presente contém as experiências e antecipa as expectativas, também ele é influenciado por uma e por outra. Nossos prognósticos baseiam-se nos dados da experiência, a partir dos quais procuramos antecipar o que está por vir. Mas fazer um prognóstico já significa modificar a situação de onde ela surge. O presente já não será o mesmo depois de vislumbrarmos seus efeitos no futuro. Passado, presente e futuro, assim, se entrelaçam num movimento circular. ãVisto dessa maneira, o que estende o horizonte de expectativa é o espaço da experiência aberto para o futuro.ö (KOSELECK, 1979:313).

O autor também chama atenção para uma espécie de realidade psíquica, que se produz no prognóstico a partir dos dados da experiência. É certo que o espaço da experiência nunca chega a determinar o horizonte de expectativa. Mas certamente atua como força motriz na produção de novas realidades, na medida em que tem impacto sobre o modo presente de se conceber o futuro e, portanto, sobre as ações no presente em relação ao futuro previsto.

Pensando os discursos sobre a favela a partir dessas duas categorias - espaço de experiência e horizonte de expectativa - podemos entender a relevância desta discussão no presente. A desconstrução da narrativa única sobre a favela aponta não apenas para novas possibilidades discursivas. Abre, também, um novo horizonte de expectativa para

as atuais gerações de crianças e jovens nascidas nos espaços populares e marcadas pela sociabilidade violenta e pelos discursos espetaculares da mídia.

A resposta-padrão da sociedade a milhares de meninos e meninas de favelas tem sido a de tratá-los como portadores de risco. O eufemismo ãsituação de vulnerabilidade socialö, utilizado pelos programas de governo e iniciativas empresariais, esconde já um prognóstico: o de que, se nada for feito para integrá-los ao mercado, eles estarão em breve engrossando as fileiras do tráfico.

Os editais do governo e das empresas que financiam ações sociais estão repletos de exemplos do que estamos falando. Vamos lembrar, aqui, apenas um deles: uma empresa se propunha a financiar em comunidades de baixa renda cursos de inglês para o setor de turismo. Não bastava ensinar inglês, precisava cumprir o propósito de inserir o jovem no mercado turístico. O utilitarismo de tais iniciativas revela um mal-disfarçado preconceito contra o morador da favela e reitera o discurso dominante que vê nele o portador do risco contemporâneo.

É uma discursividade que conecta o passado, o presente e o futuro das comunidades a uma situação de risco iminente: se ainda não se manifestou, em algum momento se manifestará. Daí a necessidade que vêem de se desenvolverem políticas inclusivas, considerando inclusão como um dispositivo de conexão dos pobres com o mercado de trabalho.

Ao longo de nossa pesquisa, constatamos várias situações em que esse interdiscurso esteve presente. São episódios como a declaração do Governador Sérgio Cabral a respeito do ãperigoö que as altas taxas de natalidade dos mais pobres representam para a sociedade; a publicação de um mapa que divide o Rio de Janeiro pelo domínio dos comandos; e várias matérias sobre a insegurança reinante nos bairros próximos ou ãcercadosö de favelas.

Como KOSELECK (1979) nos alerta, fazer um prognóstico significa já mudar a situação presente, criar uma espécie de realidade psíquica que realiza no hoje expectativas futuras. Os mapas da criminalidade produzidos a partir das estatísticas sobre os bairros mais violentos ó portanto sobre o passado, o espaço da experiência - não criam, como sabemos, apenas uma realidade psíquica a partir de um horizonte de expectativas. Eles têm de fato efeitos reais: sobre o valor dos imóveis das regiões de ãalta criminalidadeö, sobre o custo dos seguros de automóveis, sobre a geração de

empregos. Mas também sobre a sociabilidade na vizinhança, a subjetividade coletiva, o preconceito, a possibilidade de se formularem novas expectativas para o futuro.

O discurso reducionista da mídia, que legitima o tratamento desigual aos moradores da favela na cidade, reduz, também, a possibilidade de se pensarem em novas saídas para crise atual, que não é de segurança pública, como proclamam nossos políticos, mas de ética. Uma crise que se instaurou no momento em que o consumo se pôs no centro da vida e o exercício de cidadania se resumiu a uma relação de compra e venda.

A contribuição da mídia tem sido a de reiterar o portfólio de riscos eleito pela nossa sociedade e legitimar o tratamento desigual àqueles considerados os portadores do risco contemporâneo. Apontar os culpados é uma maneira de justificar a exclusão a que eles estão confinados. Exclusão que não diz respeito a uma ausência do mercado, mas à violação do direito à voz e à ação política.

Os esforços dos movimentos populares pelo deslocamento dos significados associados à favela nos parecem um dos mais poderosos instrumentos de intervenção no presente. Recolocam os desafios da favela no contexto de uma luta por uma sociedade mais justa. Conectam os efeitos da pobreza às suas causas geradoras e deslocam os pobres do lugar de bandidos. Como diz de maneira bem explícita Antônio Carlos Vieira, do Ceasm:

“Favela, na minha cabeça, se refere a um lugar da cidade, que denuncia a cidade na forma com que se relaciona especialmente com estes moradores. Por isto acho interessante o termo localidade, usado nos anos 60 e 70, porque tem um aspecto geográfico.

Dessa forma, a gente vai desconstruindo esta visão, a partir de práticas que ao mesmo tempo denunciam o tratamento que é dado à favela dentro da cidade. Não fazendo de conta que as coisas não precisam melhorar. Reconhecendo os problemas e questões que existem nestes lugares, mas mostrando o tipo de ação que deve ser feito para mudar.”

Em última análise, os novos discursos a respeito da favela questionam as narrativas de progresso e de um futuro melhor postas em marcha pela estrutura capitalista. Denunciam a impossibilidade do sistema de realizar sua promessa de bem-estar para todos e apontam a necessidade de novas formas de conceber o mundo e as relações humanas.

Referências Bibliográficas

AMARAL FILHO, Nemézio. *As perigosas fronteiras da comunidade*: Um desafio à Comunicação Comunitária. In: Revista do LECC. Rio de Janeiro: LECC/ECO-UFRJ, Ano 1, Nº 1, Vol. 1, Jan/Fev de 2007.

APPIAH, Kwame. *Na casa de meu pai*: A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BARBERO, Jesús. *Dos meios às Mediações*. Comunicação, Cultura e Hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

_____. *Ofício de Cartógrafo*. Travessias Latino-americanas da Comunicação na Cultura. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade*: a busca por segurança no mundo atual. Tradução, Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução, Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BECK, Ulrich. *Risk Society: Towards a New Modernity*. Londres: Sage Publications, 1992.

BOBBIO, Norberto. *A sociedade civil em Gramsci*. In: Ensaio sobre Gramsci e o contexto da sociedade civil. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BOORSTIN, Daniel. *The image*: a guide to pseudo-events in America. New York: Vintage Books, 1992 [1961].

CAMPOS, Aderlino. *Do Quilombo à favela*. A produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CONTURSI, Maria Eugenia y FERRO, Fabiola. *La Narración Usos y Teorías*. Enciclopedia Latinoamericana de Sociocultura y Comunicación. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Vontade geral e democracia em Rousseau, Hegel e Gramsci*. In: Gramsci, um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DOUGLAS, Mary. *Risk and Blame: Essays in Cultural Theory*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1992.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança Social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FREIRE, Paulo. *A pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Global: São Paulo, 2006.

GUATTARI, Felix. *As três ecologias*; tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas, SP: Papirus, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Liv Sovik, organizadora. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HOOKS, Bell. *Debate Feminista - Otredad*. Ano 7, Vol. 13. Abril, 1996. México.

KELLNER, Douglas. *A Cultura da Mídia*. Bauru, SP: Edusc, 2001.

KOSELECK Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 1979.

LESSER, Jeffrey. *A Negociação da Identidade Nacional*. São Paulo: Unesp, 2001.

PAIVA, Raquel. *Dez anos pós-"espírito", o que conseguimos de "comum"?* In: Revista do LECC. Rio de Janeiro: LECC/ECO-UFRJ, Ano 1, Nº 1, Vol. 1, Jan/Fev de 2007.

_____. *O Espírito Comum*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

_____. *Para reinterpretar a Comunicação Comunitária*. In: O Retorno da Comunidade. Os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PAIVA Raquel e SODRÉ, Muniz. *Sobre o fato e o acontecimento*. In: Trajectos Revista de Comunicação, Cultura e Educação. Lisboa: ISCTE, 2005.

PERUZZO, Cícilia Maria Krohling. *Comunicação nos movimentos populares. A participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

_____. *Rádio Comunitária, Educomunicação e Desenvolvimento*. In: O Retorno da Comunidade. Os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PINTO, Milton José. *Comunicação e Discurso: introdução à análise de discursos*. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo II. Papirus Editora.

RICOEUR, Paul. *Teoria da Interpretação*. O discurso e o excesso de significação. Tradução de Artur Morão. Texas: Christian University Press, 1976.

SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz. *Favela: Alegria e dor na cidade*. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2005.

SANTOS, Milton. *Por uma Outra Globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000

SODRÉ, Muniz. *Cidadania e voz comunitária*. In: Revista do LECC. Rio de Janeiro: LECC/ECO-UFRJ, Ano 1, Nº 1, Vol. 1, Jan/Fev de 2007.

TODOROV, Tzvetan. *Poética da Prosa*. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, S/D.

Jornais

Barros, Maria Luisa. *Mapa do tráfico vira lição*. Rio de Janeiro: *O Dia*, 3 de julho de 2007.

BENTES, Ivana. "Cidade de Deus promove turismo no inferno". *Estado de São Paulo*. São Paulo, 31 de agosto de 2002. Caderno 2.

BOGIA, INÊS. "Bertazzo sobe a Maré: o Novo espetáculo do coreógrafo leva dança a bairro pobre em busca de inserção cultural". *Folha de São Paulo*. São Paulo, 21 de agosto de 2002. Folha Ilustrada.

"Cabral defende aborto contra violência no Rio de Janeiro". *Site G1*, 24 de outubro de 2007.

"Carreira sem pedras no sapato". *O Dia*. Rio de Janeiro, 13 de julho de 2002.

CONDE, Luiz Paulo. "O carioca dá a volta por cima". *O Globo*. Rio de Janeiro, 10 de junho de 2006.

"Cultura e história preservadas na favela". *Tribuna de Minas*. Belo Horizonte, 25 de maio de 2006.

"Favelas prejudicam despoluição da Baía de Guanabara". *Folha de São Paulo*. São Paulo, 29 de maio de 2004.

FRADE, Renata. "A Maré está para dança: os Jovens da favela de Bonsucesso são estrelas do espetáculo 'Folhas Guanabaras' que estréia hoje". *Extra*. Rio de Janeiro, 5 de setembro de 2001. Sessão Extra.

GÓIS, Ancelmo. "Escola ameaçada". *O Globo*. Rio de Janeiro, 6 de abril de 2005.

_____. "Prefeitura não repassa verbas para Escola de Dança da Maré". *O Globo*. Rio de Janeiro, 7 de abril de 2005.

õGovernadora veta muros em vias expressasö. *O Globo*. Rio de Janeiro, 21 de junho de 2006.

õInaugurado na Maré o 1º museu em favela ó Moradores mais antigos doam acervo que contém a história do complexo e será aberto à visitação em duas semanasö. *O Globo*. Rio de Janeiro, 9 de maio de 2006.

Jornal *O Cidadão* - Edições 0 (1999) a 52 (2007)

MALTA, Dácio. õGil canta -Capoeiraøna Maré". *O Dia*. Rio de Janeiro, 9 de maio de 2002.

õMaré faz festa por sua memóriaö. *JB*. Rio de Janeiro, 9 de maio de 2006.

MAZZINI, Rubia. õA vez do morro ó Grupo de dança do Complexo da Maré, de teatro do Vidigal e filme Cidade de Deus mostram a cultura que desce a favelaö. *O Dia*. Rio de Janeiro, 5 de setembro de 2001. Caderno D.

õO terror do RJ-TV - Jaiminho não precisa ser escalado para aparecer na tela:é papagaio de pirata profissionalö. *O Dia*. Rio de Janeiro, 16 de maio de 2002.

"Para secretário, tiro em Copacabana 'é uma coisa' e, no Alemão, 'é outra'". São Paulo: *Folha de S. Paulo*, 24 de outubro de 2007.

Polícia do Rio ocupa favelas para combater o CV. Cuiabá: *Diário de Cuiabá*, 19 de maio de 2007.

PAVLOVA, Adriana. õFesta de corpos ó Bertazzo estréia -Folias Guanabarasøcom crianças e jovens da Maréö. *O Globo*. Rio de Janeiro, 5 de setembro de 2001. Segundo Caderno.

õRio inaugura primeiro museu em favela ó Um dos destaques da exposição inaugurada no Complexo da Maré é a reprodução de palafitasö. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 9 de maio de 2006.

õSindicalistas vêem risco de invasão em manguinhosö. *O Globo*. Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2005.

TÁVOLA, Artur. õSalve periferiaö. *O Dia*. Rio de Janeiro, 11 de maio de 2006.

VIGNA, Elvira. õNovos sentidos para os objetosö. *JB*. Rio de Janeiro, 17 de maio de 2006.

WEINSTEN, Mary. õSocialmente espetacularö. *A Tarde* Salvador, 9 de outubro de 2001.

Artigos

VAZ, Paulo; CAVALCANTI, Mariana. SÁ-CARVALHO, Carolina; OLIVEIRA, Luciana Julião de. *Pobreza e Risco: a imagem da favela no noticiário de crime*. Compós: 2005.

COSTA, Gustavo e SILVA, Jorge Lima da. *Análise da narrativa jornalística: construção de sentido pela notícia*.

COSTA, Mauro Sá Rego e HERMANN JR., Wallace. *Rádios livres, rádios comunitárias, outras formas de fazer rádio e política*. In Revista Lugar Comum Estudo de Mídia Cultura e Democracia. Rede Universidade Nômade, maio/outubro de 2002. .

Dissertações

ESTEVES, André Luis Pinto. *O Cidadão: Um jornal Comunitário na Era da Globalização*. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Cultura, Linha Mídia e Mediações. Escola de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, Cláudia Rose Ribeiro da. *Maré: a invenção de um bairro*. Dissertação em Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais, Rio de Janeiro, Programa de Pós graduação em História Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas ó PPHPBC/FGV, 2006.

Monografias

EUCLIDES, Hélio. *Rádio Comercial X Rádio Comunitária: O profissional enquanto mediador de um diálogo possível entre dois mundos*. Trabalho acadêmico apresentado ao Curso de Comunicação Social. Rio de Janeiro: Unisum, 2007.

Entrevistas

Estudantes do Ensino Médio da Escola Bahia. Rio de Janeiro, Timbau, novembro de 2007.

Antônio Carlos Vieira, diretor-fundador do Centro de Estudos e Ações Sociais da Maré (Ceasm). Rio de Janeiro, Museu da Maré, dezembro de 2006.

Cristiane Barbalho, editora do jornal *O Cidadão*. Rio de Janeiro, Ceasm Morro do Timbau, dezembro de 200.

Hélio Euclides, administrador do jornal *O Cidadão*. Rio de Janeiro, Ceasm Nova Holanda, dezembro de 200.

Marlúcio Luna, jornalista, primeiro editor de *O Cidadão*. Rio de Janeiro, dezembro de 2007.

Viviane Couto, revisora do jornal *O Cidadão*. Rio de Janeiro, Ceasm Nova Holanda, dezembro de 200.

Outras fontes

Relatório da Sociedade Civil para o Relator Especial das Nações Unidas para Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais. Rio de Janeiro: 2007.

Quem Somos? Quantos Somos? O que Fazemos? A Maré em Dados: Censo 2000. Rio de Janeiro: Ceasm, 2003.

Pesquisa "Rompendo o cerceamento da palavra: a voz dos favelados em busca de reconhecimento". Rio de Janeiro: Ibase, 2007.

Sites

Ministério das Comunicações - www.mc.gov.br

Favela tem memória ó www.favelatememoria.com.br

Observatório de favelas ó www.observatoriodefavelas.org.br

Anexos

Tabela 1 ó Resultados da pesquisa sobre Imagem da Favela

1	Sim, em uma notícia	
2	Sim, em mais de uma notícia	
3	Não	
		100%
0	Não se aplica	
1	Sim	
2	Não	
		100%
0	Não se aplica	
1	Através do texto	
2	Através da imagem	
3	Em ambos	
		100%
0	Não são mencionados sinônimos/Não se aplica	
1	O nome da favela	
2	Comunidade carente	
3	Comunidade	
4	Morro	
5	Complexo	
6	Periferia	
7	Conjunto de favelas	
8	Ocupação	
9	Bairro	
10	Outros	
		173%
0	Não se aplica	
1	Apenas o repórter/apresentador	
2	O líder comunitário	
3	O morador	
4	O criminoso	
5	Pessoas que moram próximas ou têm que passar próximo à favela	
6	A polícia	
7	Outras autoridades do Estado	
8	ONGs/religiosos	
9	Especialistas	
		158%
0	Não se aplica	
1	Todos aparecem identificados	

2	Nenhum aparece identificado	
3	Alguns aparecem identificados, outros não	
		100%

0	Não se aplica	
1	Crime/ações da polícia	
2	Educação	
3	Saúde	
4	Esporte	
5	Cultura	
6	Política	
7	Economia	
8	Outros	
		100%

0	Não são usadas metáforas/Não se aplica	
1	Guerra	
2	Confronto	
3	Enfrentamento	
4	Combate	
5	Ataque	
6	Operação	
7	Chacina	
		115%

0	Não são usadas metáforas/Não se aplica	
1	Guerra	
2	Confronto	
3	Enfrentamento	
4	Combate	
5	Ataque	
6	Operação	
7	Chacina	
		109%

0	Não há moradores envolvidos/Não se aplica	
1	Vítimas	
2	Bandidos	
3	Há vítimas e bandidos	
		100%

0	Não são usadas expressões/Não se aplica	
1	Medo	
2	Terror	
3	Insegurança	
4	Pânico	
5	Dor	
6	Desespero	
7	Revolta	

8	Tristeza	
9	Tensão	
10	Violência	
11	Risco	
12	Outros	

112%

0	Não são usadas expressões/Não se aplica	
1	Medo	
2	Terror	
3	Insegurança	
4	Pânico	
5	Dor	
6	Desespero	
7	Revolta	
8	Tristeza	
9	Tensão	
10	Violência	
11	Risco	
12	Outros	

106%

0	A imagem não aparece/Não se aplica	
1	A imagem aparece normalmente	
2	A imagem aparece desfocada e a voz alterada, ocultando a identidade da fonte	

100%

0	Não aparecem imagens/Não se aplica	
1	Imagens feitas no interior da favela	
2	Imagens feitas na entrada/periferia da favela	
3	Imagens aéreas	

142%

0	Não se aplica/Não aparecem imagens	
1	Imagens do evento narrado	
	Imagens gravadas posteriormente ao evento	
3	Imagens de arquivo	
4	Infográfico	

124%

0	Não se aplica	
1	Sim	
2	Não	

100%

0	Não aparecem imagens da polícia/Não se aplica	
1	Sem armamento visível	
2	Com armamento visível e não letal	
3	Com armamento visível letal não empunhado	
4	Com armamento visível letal empunhado	
5	Com armamento visível letal atirando	

			100%
0	Não há imagens da polícia/Não se aplica		
1	Em frente aos policiais		
2	Atrás dos policiais		
3	Em posição neutra, distanciada dos policiais		
			115%
0	Não aparecem imagens/Não se aplica		
1	Aparecem portando cartazes, dispondo mensagens de paz ou gritando palavras de ordem de forma pacífica		
2	Aparecem jogando ou incendiando objetos para conter a passagem de policiais ou motoristas		
3	Aparecem em luta corporal contra a polícia		
4	Aparecem desafiando a polícia ou outras autoridades do estado com gestos e palavras agressivos		
			103%
0	Não aparecem imagens/Não se aplica		
1	Sim		
2	Não		
			100%
0	Não aparecem imagens/Não se aplica		
1	Movendo-se no sentido em que caminham os moradores		
2	Parada, nos sentido oposto ao dos moradores		
3	Parada, neutra em relação aos moradores		
			100%

Entrevista realizada no dia 7 de novembro de 2007, auditório da Escola Bahia, com um grupo de alunos do último ano do Ensino Médio

Entrevistados:

Alessandra ó 30 anos ó trabalha numa creche na Vila do Pinheiro

Jane ó 36 anos ó dona de casa

Carlos Gomes ó 49 anos ó funcionário público

Fabiana ó 30 anos ó manicure

Alexander ó 36 anos ó moto boy

Graziele ó 17 anos ó funcionária do Mac Donalds

1.Quais são os meios de comunicação que usam para se informar?

Alessandra ó Televisão e jornal. Jornal leio bastante. O meu patrão compra todo dia. O Meia Hora.

Jane ó Jornais, temos também o jornal aqui da Maré, TV e internet. Acesso a internet de casa. Jornal, leio aos domingos, o Extra e O Dia.

Carlos - TV, jornais e internet. Na internet leio O Globo e O Dia. Acesso do trabalho. Aos domingos, compro O Dia.

Fabiana ó Só vejo TV, sou muito mal informada. Vejo aquele jornal da Globo, o Jornal Nacional, e o da Record, de meio-dia.

Alexander ó No jornal, costumo ler a parte de política, esportes, o dia-a-dia. Na TV, só o Jornal Nacional. Procuro enfocar os programas que trazem alguma coisa para a pessoa. A internet de vez em quando eu mexo.

Graziele ó Internet, uso da lan house, jornal, o Meia Hora, e de vez em quando O Cidadão. TV: novela, Jornal Nacional e aquele do meio-dia. Só que agora não dá para ver, porque eu tô trabalhando.

2.Como é sua leitura, você lê sozinho, discute o que leu com alguém?

Alessandra ó Leio no trabalho, eu mostro para a colega alguma notícia interessante. Meu patrão, quando lê alguma coisa legal, mostra para mim. O jornal é muito comentado.

Graziele ó Eu gosto de ler sozinha. Quando eu mostro alguma coisa para minha mãe ela não pára mais de falar.

Jane ó Leio sozinha, meu marido também lê sozinho. Depois a gente acaba discutindo as notícias.

Carlos ó Discuto com a minha mulher as notícias do crime, os policiais corruptos. É o debate mais freqüente.

Fabiana ó Sou manicure, acabo comentando as notícias com as próprias clientes.

Alexander ó Leio sozinho, não gosto de ninguém me perturbando. Moro com minha família, mas digo: ôme deixaõ.

3. Que outras leituras ou programas vocês costumam ver?

Alessandra ó Costumo ler bastante a Bíblia. Além disso, tudo que é filme, comédia, desenho, eu gosto. Não gosto de programas assim como o Pânico. De filme, gosto de tudo.

Jane ó Como eu tenho filhos pequenos, a gente assiste muito desenho lá em casa.

Carlos ó Gosto do Globo Repórter. Às segundas, tem um programa muito bom na Record, o Repórter Record. Nessa semana passou uma matéria boa sobre a Colômbia. Falava do tráfico, das milícias, muito bom, muito recomendável. Melhor que o Globo Repórter. Mostrou como a Colômbia acabou com a criminalidade.

Fabiana ó Eu assistia aquele A Casa é sua, mas acabou. Fala dos artistas.

Alexander ó Tudo que é questão de evangélico eu to vendo. Não sou evangélico ainda, mas to caminhando.

Graziele ó Gosto de ver comédia: Casseta e Planeta, Toma lá dá cá.

4. Você se lembra qual foi a última vez que viu uma matéria que falava de favela na mídia?

Alessandra ó Foi na Regina Case. Ela mostra a periferia como uma coisa boa. No nosso caso, a periferia é vista como um lugar sujo, de pobreza, miséria, sem nada de bom. Ela mostra os problemas, mas mostra o lado bom, também.

Jane ó Não me lembro. Vejo mais na Regina Case, mesmo.

Carlos ó Foi sobre o Morro do Alemão, estas incursões que a polícia fez no morro. Me chamou atenção o fato das pessoas serem baleadas dentro de casa. Nesta última incursão, uma senhora de 82 morreu, dentro de casa, e um homem foi baleado, dentro de casa, também. E desta vez os moradores inocentaram a polícia. Foram os bandidos que atiraram, mesmo.

Fabiana ó A Vila Cruzeiro ta sendo muito falada por causa das balas perdidas. O jornal foca mais nestas questões, não mostra o lado bom.

Alexander ó Notícia de comunidade tem sempre. Tive lendo, semana retrasada, que um político estava falando que as comunidades do Rio são marginalizadas pela polícia, pela comunidade e pela política. É falta de mantimento, de condições, de creche para uma mãe que sai para o trabalho e não tem onde deixar o filho, de segurança, de saneamento, de tudo. É o que a gente lê e vê.

Então, em alguns casos o que o jornal fala é a realidade, em outros não. Saneamento: Se a gente entra vai ver que não tem. Vai na Roquete Pinto, onde eu morei. Não tem nenhum.

Questão de segurança: há bandido no meio dos moradores. Muitas vezes a gente não sabe quem é bandido e quem não é. Às vezes você quer apaziguar e não pode, porque pode entrar numa furada. Então, muitas vezes é mais mentira do que verdade.

Graziele ó A última da Maré foi que os caras do Pinheiro invadiram aqui. Também a novela do 13, Vidas Opostas. Não foi tudo verdade, mas alguma coisa. Por exemplo, no último capítulo, os moradores ajudaram a matar os bandidos. Eu ouvi numa reportagem que na comunidade tem bandido porque os moradores deixam. Isto não é verdade. Agora, o bandido ta lá armado, ninguém é maluco de ir lá convencer ele.

Jane ó Os grandes bandidos são eles, tudo estudado. O pobrezinho da favela só faz soltar foguete.

5. O que você acha da forma como a comunidade é apresentada na mídia?

Alessandra ó Não concordo. Eles colocam de forma sensacionalista, exageram muito para vender jornal, para ganhar audiência. Acaba distorcendo.

Jane ó A notícia favorece a polícia. Eles chegam atirando mesmo, não quer nem saber. Depois, vai a juiz e não dá em nada.

Graziele ó Meu tio entrega jornal perto da boca, à noite. Ele foi buscar a bicicleta que deixou lá, carregada de jornal, e começou um tiroteio. Ele ganhou uma bala na perna, que saiu na virilha. A polícia não quis nem socorrer, disse que era bandido. E ele tava com o uniforme do trabalho.

Carlos ó Eu concordo em parte. Eu acompanho muito. Às vezes, tem uma operação da polícia e não tem população na rua. Numa incursão num dia de domingo, no

Morro, não tinha ninguém na rua. A população saiu para a rua, para ver. Se há uma troca de tiro? Saiu para ver, acontece. A mando dos traficantes, claro. Os traficantes dão uma ordem para os moradores fazerem um protesto e fecharem o caminho da polícia.

Fabiana ó Acho que tiram conclusões que não aconteceram.

Graziele ó Eu tava no morro. Claro, onde tem bandido a gente não pode ficar. Mas tava tendo baile no morro. Fui com uma amiga que tem um problema na perna, mas não sossega. Vi a correria, achei até que era o caveirão. Com o caveirão já to até acostumada. Mas, não. Os policiais subiram o morro a pé e atirando. Falaram para a gente subir de volta. Como subir de volta, a gente ia dormir lá em cima? Isto não sai no jornal. Quando eles estão errados, querem se livrar, botam a culpa no bandido.

Alexander ó Os bandidos massacram a comunidade. Não sou a favor de bandido. Claro que tem policiais que são meio chupeta da idéia. Entram na favela e saem largando o aço. Mas não posso admitir que tenha pessoas assim na comunidade no meio dos moradores.

A gente não pode deixar o filho jogar bola na praça porque tem um indivíduo fumando maconha na praça. O filho vê e acha que se o indivíduo pode fumar, ele pode também. Se o cara porta uma arma, posso portar também.

Na maioria das vezes, as pessoas falam que a polícia ta errada. Na verdade, o bandido é que é o errado.

Alessandra ó Mas a gente espera que aquele cidadão, que se coloca no lugar de autoridade, proteja o morador e não é o que se vê. A gente vê é o motorista da kombi passar R\$ 2 pela janela para a polícia. Você olha aquele cidadão como um cidadão de bem. Antigamente era assim. A polícia passava na rua 10h da noite e dizia: òOlha a hora, ta na hora de entrarõ. O cidadão respeitava a polícia e a polícia respeitava o cidadão. Hoje, bandido e polícia, você vê como um coisa só.

Graziele ó As pessoas também não colaboram. Quando eu comecei a namorar meu namorado, eu não sabia que ele fumava maconha. Eu descobri que a própria mãe dava maconha para ele. Ele foi para Saquarema, passou um mês lá pescando, a mãe mandou uma pedra grandona para ele usar.

6. E a favela da ficção, como é representada?

Alessandra ó Eu assisti a novela da Record. Tem coisas exageradas, também. Os moradores nunca vão enfrentar os bandidos, bater de frente. Mas que tem uma realidade

ali ... mostra os jovens que não têm oportunidade e entram para o movimento. Acho que mostra sim.

Jane ó Eu vi o filme Tropa de Elite. Gostei. Acho que é a verdade da polícia. Mostra isto, a corrupção. A comunidade também mostra. Os garotos novos no tráfico.

Carlos ó Tivemos uma reportagem na Maré sobre a bailarina. O lado artístico da comunidade, que tem muito. Muitas pessoas que são artistas. Apareceu na Ação Global, do Serginho Groissman. É a parte real da favela, o lado artístico. Tem advogados, lutadores, feitos dentro da favela. Têm os bandidos também. Tem uma série de advogados se formando. Na minha família tem três. Pelo menos vou ter alguém para me defender.

Tem uma discriminação grande. Quando vai arrumar emprego. Botar Maré ... não pode fazer. Já aconteceu comigo. O cara diz: ãNão posso te pagar o salário de R\$ 300 que você ta pedindo na fichaõ. Mas paga R\$ 1.500 para o cara que mora lá fora. Agora to no Estado. O Estado não manda a gente embora. Mas é assim. Sou favelado, moro em comunidade.

Alessandra ó Eu não falo que moro na Maré nem morta. É Bonsucesso.

Jane ó A parte boa é que não paga condomínio, água, TV a cabo.

Carlos ó Mas é erradíssimo. A gente ta participando da pirataria. Mas se não é assim, não consegue. Quando é que a TV a cabo vai instalar na favela?

Jane ó Quando falta luz à noite a gente fica sem até de manhã, porque a light diz que é área de risco.

Fabiana ó Na ação Global já mostra um lado positivo, o Ceasm, a Vila Olímpica, os jovens estudando para se formar. É bem positivo, mais realista.

Alexander ó Eu lembro muito de Cidade de Deus [o filme]. Quem mora na comunidade já conhece o ritmo, sabe como é a rapaziada, o que acontece ali, na favela. E o filme retrata o que acontece dentro da comunidade. Por causa do meu trabalho eu entro muito em comunidade. O meu trabalho é de moto boy, por enquanto. Quando entro em uma comunidade, vamos dizer, Cidade de Deus, CDD, eu vejo os bandidos tudo armado. Olho e vejo que aquilo no filme foi verdade. Vidas opostas fala uma verdade meio mentirosa. Desde quando os moradores vão expulsar os bandidos? Na Cidade Alta, onde moro, quando a milícia foi invadir, o bandido foi junto. A comunidade se uniu e não deixou eles entrarem.

Graziele ó Cidade de Deus retrata até os bandidos que são amigos e um mata o outro.

7. E o jornal da Maré, de que forma retrata a comunidade?

Alessandra ó Já vi algumas vezes. Mostra a realidade, os talentos. Acho que é uma forma mais positiva que a mídia em geral. Já tive vizinhos que apareceram lá.

Jane ó Eu conheço, acho que é bom, mostra mais o lado bom, as coisas boas que têm para fazer, cursos de graça, várias coisas. É mais isso. Precisa mostrar o lado bom.

Carlos ó Inclusive, nesta última edição, saiu a entrevista com a presidente do Museu falando sobre o Museu da Maré. Aquele cara, que é alfaiate, foi condecorado em Brasília. Foi à Brasília e recebeu a homenagem do presidente Lula. Isto engrandece a comunidade. Não tem só o lado ruim. Teve uma matéria sobre a obesidade muito boa mesmo. Foi excelente. E teve uma boa circulação. Mostra a realidade. Os pontos de diversão da comunidade, que pode frequentar. Isto fortalece o bairro, a Maré.

Fabiana ó Esse Cidadão mostra o lado positivo dos moradores da comunidade. Não lembro qual é a reportagem, mas mostra o lado bom.

Alexander ó Não conheço o jornal.

Graziele ó Leio de vez em quando. Não passa direito nas casinhas.

Carlos ó Mas tem lá no museu, você pode ir lá e pegar.

Graziele ó Nem sabia que tinha museu na Maré.

8. A comunidade mudou muito, na opinião de vocês?

Alessandra ó Moro há 25 anos na Maré. Melhorou num sentido e piorou na criminalidade.

Jane ó Moro aqui desde que nasci. Minha mãe conta que era tudo ponte, tudo valão. Embaixo era água. Era mesmo, tinha o maior medo de cair. Evoluiu bastante, para melhor. Morava na Nova Holanda, naquela época tinha outro nome que não me lembro. Agora moro na Baixa.

Carlos ó Moro na Maré há dez anos. Morava na Baixada Fluminense. A Maré mudou pelo trabalho que foi feito. Aqui perto era um Porto, né? Agora é um paraíso, tirando a bandidagem. Não tem lugar melhor de se viver.

Fabiana ó Moro há 21 anos. Antes morava em Magé. Mudei para o Timbau. A comunidade agora é outra. A Maré foi marcada por grandes mudanças. Como a gente

pesquisou aqui para o trabalho. Foram dois dias de trabalho. Você tinha que ver, foi lindo. Eu montei uma maquete com os barraquinhos de palafitas. Fiz até um poste cheio de fios em curto. Pensei em doar a maquete para o Museu da Maré.

9. As pessoas vêm para a Maré e ficam por muito tempo, né? Em muitas comunidades as pessoas estão sempre mudando, procurando um lugar mais distante do movimento.

Carlos ó Acho que é porque aqui na Maré já não tem barraco de madeira, é tudo alvenaria.

Alexander ó Quando começa a melhorar a casa é porque já tem intenção de ficar ali, não se muda mais.

Alessandra ó Mas eu também não me mudaria para outra favela. Mudaria sim, para outro lugar. Para outra favela eu não vou.

Alexander ó Morei na Vila da Penha, agora me mudei para Cordovil. Eu não me acostumei com a Roquete Pinto. As condições eram diferentes. Muitas pessoas pensam a mesma coisa. A falta de condições faz com que ele fique ali. Agora, eu conheço um rapaz que é gerente de banco e mora em Parada de Lucas e não se muda por nada. Ele se acostumou ali. Eu não me acostumei. Morei nove anos na Maré.

Graziele ó Moro há 16 anos na Maré. Nem sei onde eu morava antes. Moro naquelas casinhas. Não é no fogo cruzado, não é kinder ovo, não fala assim. É Conjunto Habitacional Nova Maré. É ótimo. Minha mãe quer se mudar para a roça. Eu fico, não saio daqui por nada. Gosto, meus amigos estão todos aqui.

10. Vocês estão no último ano do Ensino Médio. Quais são os planos para o futuro?

Alessandra ó Pretendo fazer uma faculdade no ano que vem. De que? Não sei ainda. Trabalhar e, se tiver condições, sair daqui. Tenho uma filha de 10 anos e gostaria de criar ela numa cidade mais tranquila. Se não, continuo aqui. Eu gosto daqui.

Jane ó Pretendo fazer o Ceasm, para enfrentar uma faculdade.

Carlos ó Trabalho para o governo. Meu sonho é daqui a um ano tentar vestibular para Ciências Contábeis. Trabalho há 20 anos com contabilidade. Faltam quatro anos para eu me aposentar. Vou me aposentar com 35 anos de trabalho. E vou vender laranja na feira. Fazer o que? Com 50 anos?

Fabiana ó Como sou manicure, pretendo dar continuidade aos estudos na área de estética. Fazer um curso de inglês e me dar bem. Penso em continuar na comunidade.

Alexander ó Só quero o diploma do segundo grau. E viver a vida.

Graziele ó Pretendo fazer uma faculdade de administração. Mas quero ficar um ano descansando. Se eu não repetir este ano, ano que vem não vou estudar. Meu trabalho é muito cansativo. Passo o dia todo em pé servindo sorvete de casquinha, que é onde dá mais movimento. No meu trabalho não posso levar comida, fico o dia todo com um hambúrguer na barriga, que eu só posso comer na hora que minha gerente deixa. To cansada. Só não parei porque estava no último ano.

Carlos ó Se parar, não volta mais.